

**MASCULINO E FEMININO: UMA DUALIDADE
OBRIGATÓRIA ?**

**De *The Subjection of Women* de Stuart Mill a *Herland* de
Charlotte Perkins Gilman**

Ana Cristina Amaral Oliveira

Porto 2000

MASCULINO E FEMININO: UMA DUALIDADE

OBRIGATÓRIA ?

De *The Subjection of Women* de Stuart Mill a *Herland* de

Charlotte Perkins Gilman

Ana Cristina Amaral Oliveira

Porto 2000

Dissertação de Mestrado em Estudos
Anglo-Americanos apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do
Porto

AGRADECIMENTOS

Uma palavra de apreço muito particular para a Prof. Dr^a Ana Luísa Amaral, pelo interesse e disponibilidade constantes demonstrados ao longo da orientação/realização desta dissertação e, ainda, pelo rigor científico e sugestões críticas que se mostraram indispensáveis para a coerência deste trabalho. Além disso, gostaria de a congratular pela coragem de ter aceite orientar uma tese que não era originariamente sua.

Os meus agradecimentos à Prof Dr^a Fátima Vieira pelo interesse manifestado e pelas valiosas apreciações críticas que, amavelmente, se dispôs fazer.

À Prof. Dr^a Filomena Vasconcelos pela motivação, pelos conhecimentos científicos transmitidos no mestrado e pela abertura de horizontes no âmbito da Filosofia e da Literatura.

À Fátima Silva por todo o empenho e dedicação na verificação ortográfica e...

À Helena Queirós do Instituto de Estudos Ingleses da Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela coragem, pela disponibilidade e pela boa disposição nos momentos menos optimistas.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo empréstimo incondicional de livros indispensáveis para a pesquisa inerente à elaboração desta tese.

À Carla Martins pela disponibilidade na verificação dos pormenores gráficos da bibliografia.

Aos meus amigos, que me apoiaram incondicionalmente, obrigado pela tolerância e paciência demonstrados ao longo destes quatro anos.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e incentivaram, o meu apreço perene.

Ao meu irmão pelo seu sorriso nos dias de maior desânimo...

Finalmente, uma palavra muito especial para o Pedro – sem ti não teria sido possível chegar ao fim.

À Prof. Dr^a Margarida Losa a quem dedico esta tese

“When one man dies, one chapter is not torn out of the book, but translated into a better language; and every chapter must be so translated”

John Donne, *Devotions upon Emergent*

Occasions, Meditation 17, 1624.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

THE SUBJECTION OF WOMEN:Proposta para a cooperação entre os sexos
.....12

WOMEN AND ECONOMICS E THE MAN-MADE WORLD: Antídotos para a
supremacia masculina.....39

UMA TERRA QUE SEJA DELAS: *Herland* ou a concretização na ficção de
Women and Economics.....79

CONCLUSÃO 121

BIBLIOGRAFIA.....130

“...
...

They who had fed their childhood upon dreams

...

Were called upon to exercise their skill,
Not in Utopia, subterraneous Fields,
Or some secreted Island, Heaven knows where,
But in the very world which is the world
Of all of us, the place in which, in the end,
We find our happiness, or not at all.”

William Wordsworth, “The
French Revolution”, 1809.

INTRODUÇÃO

A leitura desprevenida de obras de Virginia Woolf e de Betty Friedan veio a constituir-se como um suporte de informações valiosas para o entendimento da posição social da mulher contemporânea, que suscitaram o interesse em descobrir a raiz de tal perspectiva.

Já na segunda metade do século XVIII, mais concretamente em 1792, encontra-se *A Vindication of The Rights of Woman*, de Mary Wollstonecraft, obra que normalmente é designada por “manifesto”¹ original do feminismo. A noção de manifesto advém do facto de esta autora ter registado um conjunto de postulados que representam uma posição inovadora e revolucionária à luz dos princípios que caracterizavam a sociedade e mentalidade da época.

Esses princípios podem ser, de certa forma, sintetizados através da teoria educacional proposta por Rousseau alguns anos antes em *Émile ou de L’Education*, de 1762, no capítulo V. Neste capítulo, o autor estabelece um protótipo da mulher ideal, que pode traduzir-se basicamente no postulado de um ser delicado, debilitado física e intelectualmente; de um ser dissimulado, ignorante, sentimental e cuja função na sociedade era apenas a de agradar ao homem e dar-lhe filhos.

Esta concepção do sexo feminino funda-se no pressuposto de que a anatomia da mulher orienta o seu destino no sentido da dependência do sexo masculino, devendo, por

¹ A designação é de Miriam Brody que, na introdução à edição de 1992, a justifica com as seguintes palavras: “With her universal declaration of human rights, [Wollstonecraft] has claimed the entitlement of all persons, however different from each other, in the long-standing project of creating social justice.”, p.70. Daí que facilmente se perceba que “*A Vindication of the Rights of Woman* is so comprehensive an argument that one may say that all feminists, radical and conservative, who followed Wollstonecraft, are her philosophic descendants.”, p. 58.

isso, a educação da mulher ser perspectivada em função da do homem. Esta diferenciação da natureza dos sexos coloca a mulher numa posição de inferioridade relativamente ao homem, quer no que se refere à consideração das suas capacidades mentais, quer relativamente às suas atitudes morais e sociais. A todas elas está subjacente a ideia de que a lei fundamental da natureza reside na sobrevivência das espécies, devendo a mulher contribuir para ela através da sua actividade procriadora e materna, visto que, assim, contribuirá igualmente para a regeneração moral necessária ao progresso da sociedade. Escreve Rousseau:

L'empire de la femme est un empire de douceur, d'adresse et de complaisance; ses ordres sont des caresses, ses menaces sont des pleurs. Elle doit régner dans la maison comme un ministre dans l'Etat, en se faisant commander ce qu'elle veut faire. En ce sens il est constant que les meilleurs ménages sont ceux où la femme a le plus d'autorité: mais quand elle méconnaît la voix du chef, qu'elle veut usurper ses droits et commander elle-même, il ne résulte jamais de ce désordre que misère, scandale et déshonneur.

(1966:535)

Por outro lado, Mary Wollstonecraft, inspirada nos ideais igualitários da Revolução Francesa, na sequência da qual, em 1792, as leis de Setembro concederiam à mulher o estatuto de cidadãs, de indivíduos livres e racionais, capazes de se governarem, critica a forma como Rousseau encara a mulher e, consequentemente, invectiva o privilégio dado pela sociedade do século XVIII a uma educação sexual e moral diferenciada para o rapaz e para a rapariga, assente nos valores do patriarcado em que a vontade do homem se sobrepõe à da mulher.

A preocupação central desta autora inglesa é conseguir modificar a atitude da mulher da classe média, considerada inútil e escravizada pelo poder masculino, institucionalizado no casamento, destino para o qual ela é educada. Efectivamente, o argumento de *A Vindication*

of The Rights of Woman é constituído com base no pressuposto de que os sexos são iguais e de que, excluindo os obstáculos do meio-ambiente, a mulher será tão capaz intelectualmente quanto maior for a sua motivação e o seu esforço para atingir esse objectivo. Assim, é inútil tentar alterar a situação da mulher sem se falar numa mudança geral da sociedade, visto que o mesmo sistema económico social que oprime as mulheres, limitando o seu desenvolvimento racional, constrange e restringe também os homens, através do poder arbitrário. A educação e o ambiente surgem, neste contexto, como factores determinantes do comportamento e condição femininas. Um dos pontos mais importantes da obra de Wollstonecraft é justamente a apologia do direito da mulher à educação, fundamentada na capacidade inata de raciocinar, que constitui um imperativo moral do desenvolvimento intelectual. Neste sentido, a reforma social preconizada por Mary Wollstonecraft baseia-se numa reestruturação radical da educação da mulher e da sua função na sociedade.

Em contraste com Rousseau, defensor de uma educação feminina exclusivamente subordinada ao relacionamento com o sexo oposto, a autora inglesa defende que a educação da mulher deve ser um meio para assegurar a sua felicidade e a sua realização pessoal. Neste sentido, a educação proposta por Mary Wollstonecraft não é a prevista por Rousseau para Sophie, a personagem feminina, mas antes o percurso educacional que este autor traça para Émile, o que se depreende do seguinte excerto: “The most perfect education, in my opinion, is such an exercise of the understanding as is best calculated to strengthen the body and form the heart. Or, in other words, to enable the individual to attain such habits of virtue as will render it independent.” (1992:103). Por isso, introduzir o sistema de co-educação, que permite libertar as mulheres de todos os constrangimentos que as impedem de participar nos

direitos da humanidade, constitui-se como objectivo principal do projecto de educação nacional da autora, para quem se impõe uma mudança no conceito que as mulheres têm de si próprias, para que haja um verdadeiro contributo do sexo feminino para o progresso da sociedade, visto que a inferioridade das mulheres não é de ordem natural, mas antes resultante de uma rotina diária que as coloca em contacto com frivolidades, tornando-as ignorantes². Ora não pode haver liberdade autêntica fundada na renúncia das mulheres ao seu ser: ou seja, à sua qualidade de sujeito racional e sexuado. Essa qualidade não obsta à consideração, idêntica em Rousseau, de que a maternidade e o casamento são aspectos vitais do destino feminino, na medida em que o desempenho dos papéis atinentes a este estado não excluem o seu direito à independência nem a sua participação na esfera cultural.

A enunciação de alguns dos princípios fundamentais de *A Vindication of The Rights of Woman*, na esfera do domínio privado e social, pode, como se viu, ser contraposta à teoria de Rousseau e colocada ainda em correlação com as propostas feministas dos princípios do século XX e dos anos sessenta, já referidas. Uma e outra tarefa apontam para o carácter de “manifesto” atribuído à obra, parecendo ser indiscutível que esta obra antecipou muitos dos assuntos que feministas posteriores iriam debater, nomeadamente no que respeita à fraqueza

² A co-educação proposta por Wollstonecraft advoga a educação conjunta de rapazes e raparigas no sentido de tornar estas capazes de ocupar um lugar ao lado dos homens. Afirma a autora: “Girls and boys still together? I hear some readers ask. Yes. And I should not fear any other consequence than that some early attachment might take place [. . .] Besides, this would be a sure way to promote early marriages, and from early marriages the most salutary physical and moral effects naturally flow [. . .] In this plan of education the constitution of boys would not be ruined by the early debaucheries, which now make men so selfish, or girls rendered weak and vain, by indolence and frivolous pursuits [. . .] Society can only be happy, and free in proportion as it is virtuous; but the present distinctions, established in society, corrode all private, and blast all public virtue.” (1992), p. 294.

e ausência de direitos da mulher na sociedade resultantes de uma educação precária e de atitudes preconceituosas.

A reflexão e pesquisa de que resultou a síntese apresentada conduziram ao presente estudo e, nesse âmbito, à delimitação do seu objecto. Através do objecto estabelecido, procurar-se-á verificar a forma como os autores do século XIX e do século XX perspectivaram a posição social e económica da mulher. A opção por um tal objecto fundamenta-se numa perspectiva de continuidade com o manifesto apresentado e na ideia de que essa continuidade está forçosamente investida de novos elementos, fruto dos contributos trazidos pela progressão temporal.

À delineação deste programa de trabalho presidiu a determinação de um conjunto de objectivos, de entre os quais se salientam a demonstração de que a mulher foi sendo objecto de estudo ao longo da história; a enunciação dos contributos que autores dos séculos XIX e XX forneceram para a tentativa de dignificação do papel da mulher não só na teoria, mas também na prática; a explicitação das relações existentes entre o sexo feminino e o sexo masculino; a avaliação do percurso efectuado em termos da actual concepção da mulher.

Para a consecução dos objectivos estabelecidos foi seleccionado um *corpus*, constituído com base num critério de integração do objecto proposto e da sua actualidade. Daqui decorrem duas considerações importantes. Por um lado, a selecção efectuada não

atendeu apenas ao sexo dos autores, por isso não ter sido considerado como factor determinante do tratamento pretendido. No entanto, o facto de haver representantes de ambos os sexos é relevante, pois permite verificar que a proposta de um papel diferente da mulher na sociedade foi sendo preconizada não só por mulheres, mas também por homens, muitas vezes mais bem posicionados para a sua defesa, dada a sua situação na sociedade patriarcal. Por outro lado, efectivou-se uma bipartição quanto aos géneros considerados, na medida em que se tratou predominantemente o ensaio, mas foi também seleccionada uma obra de ficção. O primeiro permite identificar os princípios veiculados pelos autores numa determinada época, traçando, por conseguinte, um programa de acção; o segundo, de natureza utópica, conduz à aplicação prática de um conjunto de postulados teóricos. Tomar como ponto de referência ficcional a obra de um dos ensaístas em estudo, o único considerado, de resto, em que se verifica essa articulação, garante um acesso mais fácil à concepção da teoria proposta, representa um alargamento estrutural relevante quanto ao tipo de textos em análise e constitui um ponto de chegada do percurso efectuado ao longo do trabalho, permitindo, de certa forma, condensar princípios básicos defendidos nos dois séculos considerados.

Assim, optou-se por fazer uma análise diacrónica da perspectiva de John Stuart Mill, corroborada pelos pontos de vista de Harriet Taylor Mill e de Charlotte Perkins Gilman. Esta escolha justifica-se pela importância destes autores para a reflexão sobre a posição social da mulher no século XIX e nos inícios do século XX. De facto, Stuart Mill e Charlotte Perkins

Gilman são autores basilares na história das análises intelectuais sobre a “Woman Question”³, sobre a relação entre os dois sexos e, desse modo sobre a posição da mulher na sociedade.

No caso específico de Stuart Mill, a sua importância reside no facto de ter sido um dos impulsionadores do movimento sufragista em Inglaterra, tendo, enquanto membro do Parlamento, apresentado uma petição onde pretendia que o direito de voto fosse alargado ao sexo feminino. O seu maior contributo para a consciencialização do sistema vigente relativamente às injustiças sociais, políticas e económicas das mulheres, no entanto, foi dado através da obra *The Subjection of Women*, de 1869, onde o autor expõe as suas convicções políticas e morais face à desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O facto de esta obra ter sido a primeira e única escrita nesta época, por um homem, em favor de uma efectiva igualdade entre os sexos, o que a torna um trabalho ainda hoje estudado pela crítica, tornou pertinente a sua abordagem no âmbito do estudo proposto.

Dando continuidade à constatação de que a “Woman Question”, presente ao longo da história, foi abordada de forma inovadora não só no século XIX, mas também no século XX, seleccionou-se a perspectiva sócio-económica de Charlotte Perkins Gilman, apresentada em *Women and Economics*, em 1898. Esta obra, considerada por inúmeros críticos como o primeiro e o mais importante tratado da autora, a obra basilar de toda a sua filosofia de vida, surge trinta anos depois da publicação de *The Subjection of Women*. Este hiato temporal permite a Gilman reflectir de forma mais profunda sobre variadas questões já tratadas por

³ A expressão “Woman Question” é utilizada pela maior parte da crítica quando se refere a todas as questões relacionadas com a posição e caracterização social, económica, política, moral, física e psicológica da mulher. Optou-se, aqui, por manter a expressão no original.

Stuart Mill, em 1869. A actualidade desta obra encontra eco nas palavras de Ann J. Lane, uma das biografas e antologistas de Gilman: “In the first decades of this century, Charlotte Perkins Gilman was recognized internationally as a major theorist and social commentator. Even today. . . her work stands as a major theoretical contribution to feminist thought” (1990:3). Assim, apesar de ser uma autora norte-americana, o impacto de *Women and Economics* fez-se sentir a nível internacional. A este propósito, Michael Kimmel, na introdução à edição de 1998 desta obra, apresenta um excerto da “Westminster Gazette” em Londres que comprova a proliferação das ideias de Gilman:

This book unites in a remarkable degree the charm of a brilliantly written essay with the inevitable logic of a proposition of Euclid. It deals, of course, with the woman question, but in a manner so striking, from a standpoint so novel, with a wit so trenchant yet void of offence, that no apology is needed for its publication in England after making something of a sensation in the United States. Nothing that we have read for many a long day can approach it in clearness of perception, in power of arrangement, and in lucidity of expression.

(1998: xxxi)

Além da análise das duas obras ensaísticas incluiu-se uma obra de ficção de Charlotte Perkins Gilman, o texto utópico *Herland*, escrito em 1915. A escolha deste texto em detrimento de outros textos utópicos da autora decorre de três razões.

Antes de mais, *Herland* é considerada pela crítica como o melhor trabalho de ficção de um conjunto de três obras utópicas que incluem *What Diantha Did* (1910) e *Moving the Mountain* (1911). Na verdade, Carol Farley Kessler, estudiosa de Gilman afirma: “The barely disguised rhetorical argumentation of *Moving the Mountain* is clumsier than the more realistic treatment of *What Diantha Did* or the cleverly satiric wit of *Herland*. In *Moving the Mountain* Gilman sketches social changes that she would present more fully in *Herland*”

(1995:62-3). Kessler nota ainda que, em comparação com *What Diantha Did* e *Moving The Mountain*, *Herland* é a mais viva e mais feminina das três, e que é geralmente considerado que *Herland* ocupa uma posição de charneira em termos do seu mérito literário e teórico (1995:36).

A segunda razão, relacionada com a primeira, prende-se com o facto de esta utopia ser a que oferece a perspectiva mais completa da teoria sócio-económica da autora, bem como o conteúdo dos seus ideais utópicos. Na realidade, grande parte dos temas aos quais Gilman devotou a sua carreira, enquanto escritora, são expostos em *Herland*: a reforma do vestuário, as considerações sobre a cultura física da mulher, a independência económica, a vida comunitária, a maternidade universal e a educação das crianças com vista à criação de uma nova raça mais humanizada. Deste modo, os aspectos tratados nesta utopia podem ser considerados como personificações ficcionais das teorias avançadas em 1898, em *Women and Economics* e em *The Man-Made World: Or our Androcentric Culture*, escrito em 1911.

A terceira razão que está subjacente à escolha de *Herland* para o desfecho desta dissertação relaciona-se com o legado importante que este texto utópico deixou ficar a todos os estudiosos das questões femininas.

Tendo sido delineados os objectivos desta pesquisa e o *corpus* que a suporta foi estabelecida uma metodologia que possibilitasse a sua consecução. A essa metodologia encontra-se ligada uma estrutura tripartida do trabalho, correspondente a dois capítulos que

se debruçam sobre ensaios e a um outro, que tratará de uma obra de ficção para validar os pressupostos teóricos apresentados no segundo capítulo.

No primeiro capítulo, será feita uma aproximação textual a *The Subjection of Women*, com algumas incursões nos textos “Early Essays on Marriage and Divorce” e *Enfranchisement of Women*, no intuito de mostrar que John Stuart Mill e Harriet Taylor Mill propõem uma vertente de cooperação para a relação entre homem e mulher, entendendo-os como seres indissociáveis e dependentes entre si enquanto pólos indispensáveis da sociedade. Verificar-se-á, através da análise do texto, que o casamento é, neste contexto, entendido como um contrato de colaboração, constituindo a educação e a igualdade de oportunidades laborais os meios necessários para a libertação e a independência económica das mulheres.

Apresentados os pontos de vista de Stuart Mill e de Harriet Taylor Mill, analisar-se-á, no segundo capítulo, a teoria sócio-económica de Charlotte Perkins Gilman, através do ensaio *Women and Economics: A Study of the Economic Relation between Men and Women as a Factor in Social Evolution*, de cujos princípios os autores mencionados são precursores. Relacionando o aparecimento desta obra com a ascensão do socialismo, estabelece-se o conjunto de requisitos para a criação de uma nova mulher, consignada na expressão “New Woman”, e determina-se o âmbito da sua acção na esfera social e pessoal, resultante da qual se perspectiva a necessidade de considerar uma nova relação entre homem e mulher, (pelo facto de ela ter repercussões na forma como o ser feminino age, como se vê) e, conseqüentemente, conduzir à determinação de um novo papel na sociedade.

As concepções sócio-económicas de Gilman, veiculadas em *Women and Economics*,

são retomadas e desenvolvidas no terceiro capítulo, através do estudo de *Herland*, que permitirá estabelecer a correlação existente entre as várias situações descritas e os princípios teóricos apresentados e a oposição dessa forma de organização social relativamente ao mundo real, recuperado, de alguma maneira, em *With Her in Ourland*, obra convocada para complementar as questões colocadas em *Herland* e os princípios defendidos em *Women and Economics*.

Da continuidade da actualidade da reflexão efectuada dar-se-á conta no momento de concluir, altura em que se procederá também à avaliação do cumprimento dos objectivos propostos.

CAPÍTULO I – *The Subjection of Women*: Proposta para a cooperação entre os sexos

By the way,
The works of women are symbolical.
We sew, sew, prick our fingers, dull
our sight,
Producing what ? A pair of slippers, sir,
To put on when you're weary—or a stool
To stumble over and vex you . . ' curse
that stool! '
Or else at best, a cushion, where you lean
And sleep, and dream of something we
are not
But would be for your sake. Alas, alas !
This hurts most, this—that, after all, we
are paid
The worth of our work, perhaps.

Elizabeth Barrett Browning,
"Aurora Leigh", 1856.

Consciente da importância de John Stuart Mill e de Harriet Taylor Mill para a construção de uma sociedade baseada no princípio da igualdade, onde se privilegia a educação como meio para a libertação do sexo feminino, pretende-se, neste primeiro capítulo, fazer uma análise da colectânea *Essays on Sex Equality: John Stuart Mill & Harriet Taylor Mill*, que inclui "Early Essays on Marriage and Divorce" (1832), escritos pelos dois autores, *Enfranchisement of Women* (1851), de Harriet Taylor Mill e *The Subjection of Women* (1869), de Stuart Mill⁴.

⁴ Optou-se pela colectânea *Essays on Sex Equality: John Stuart Mill & Harriet Taylor Mill* por conter ensaios dos dois autores em estudo. No presente capítulo, as páginas utilizadas são as desta colectânea e sempre que sejam feitas referências parcelares em corpo de texto, essas serão indicadas da seguinte forma: EMD, para "Early Essays on Marriage and Divorce"; EW, para *Enfranchisement of Women*; SW, para *The Subjection of Women*.

Tomando como ponto de partida as obras referidas, procurará provar-se que o par Mill propõe uma vertente de cooperação para a relação entre os sexos podendo, neste sentido, ser considerado precursor da perspectiva de Charlotte Perkins Gilman, apresentada no final do mesmo século. Embora se reitere a inevitável compreensão do mundo enquanto realidade feminina ou realidade masculina – que espelha a mentalidade do século XIX – apresentar-se-á o apelo feito pelos autores ingleses que advogam a necessidade de se caminhar para uma visão globalizante do ser humano, onde homem e mulher são seres indissociáveis e dependentes entre si quando entendidos como dois pólos necessários da mesma realidade.

Para o cumprimento deste objectivo, far-se-á, inicialmente, uma abordagem do movimento sufragista inglês, na qual se procurará sintetizar os acontecimentos que se revelam importantes para a ênfase que é dada à situação do sexo feminino ao longo do século XIX. Neste contexto, atentar-se-á na participação de Stuart Mill nesta causa, enquanto membro do Parlamento inglês capaz de alertar o sector político para as injustiças sociais que se faziam sentir. Por outro lado, dada a importância das premissas apresentadas por Stuart Mill e Harriet Taylor Mill nos ensaios sobre a igualdade dos sexos, dar-se-á particular atenção a aspectos considerados pertinentes pelos dois autores que denunciem a divisão da humanidade em duas castas, assim comprovando a postura inovadora dos estudiosos em análise. De facto, ao proporem a construção de uma sociedade de iguais, em que o casamento é entendido como um contrato de colaboração, e a educação e a igualdade de oportunidades laborais são os meios de libertação e de independência económica das mulheres, Stuart Mill e Harriet Taylor Mill dão os primeiros passos para a proposta que viria a ser postulada por Charlotte Perkins Gilman em *Women and Economics*, publicado em

1898, e em *The Man-Made World: Our Androcentric Culture*, de 1911, objectos de estudo do próximo capítulo.

* * * * *

Em *Suffragists and Liberals* (1994), David Morgan afirma que a exigência do sufrágio em 1906 foi o produto final de uma campanha que já existia há pelo menos quarenta anos. De facto, o século XIX repensou a vida das mulheres como o desenrolar de uma história submetida a uma codificação colectiva, precisa e socialmente elaborada. Seria, porém, errado pensar que essa época foi apenas o tempo de uma longa dominação, de uma absoluta submissão das mulheres, já que esse século assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que designa importantes mudanças estruturais e o aparecimento colectivo das mulheres na cena política.

O aparecimento formal do movimento feminista surge associado à data de 1903 com “The Woman’s Social and Political Union”, a que se voltará mais tarde. Contudo, as manifestações pelos direitos das mulheres tiveram lugar ao longo do século XIX e, apesar de não terem um carácter organizacional, o seu impacto foi importante pelo que serão, agora, objecto de referência.

O primeiro esforço desenvolvido no sentido de se lutar pela participação das mulheres na vida pública e política surgira no período pós Revolução Francesa. A agitação intelectual associada ao movimento tinha produzido, inevitavelmente, um porta-voz para o feminismo em Inglaterra e o fermento do descontentamento feminino permearia movimentos subsequentes.

Assim, em 1792, Mary Wollstonecraft fazia eco das vozes das mulheres da classe

média em *A Vindication of the Rights of Woman*. Incitada, de forma extrema, pelas afirmações do seu amigo Thomas Paine em *The Rights of Man*, a autora replicaria com *A Vindication of the Rights of Woman*, utilizando a maior parte dos argumentos contra os direitos prescritivos dos reis, contra o rei entre as mulheres – o homem⁵. Em termos gerais, nesta obra, Mary Wollstonecraft defendia que as mulheres, criaturas cativas do homem, o impediriam de atingir a sua liberdade total e que enquanto não houvesse uma revolução na relação entre os sexos, nem homens nem mulheres seriam totalmente livres. Os argumentos de Mary Wollstonecraft foram bastante discutidos e, por exemplo, alguns dos pensadores socialistas, nomeadamente William Godwin, Saint-Simon e Robert Owen, tentaram retomar a questão, embora nunca chegasse a haver um consenso socialista sobre a posição da mulher.

Por um lado, o aparecimento do movimento cartista⁶, que muito se empenhou no apoio à causa feminina, deu origem a incidentes por parte das mulheres, que se insurgiram contra as limitações da “Reform Bill” de 1832. Esta lei, apresentada pelo governo Whig, pretendia redistribuir os lugares no Parlamento e triplicar o eleitorado, transferindo o poder político dos proprietários aristocratas para as mãos da classe média. Porém, a composição social da Câmara dos Comuns pouco mudou e, apesar de o eleitorado ter sido alargado, só os homens podiam votar. Acompanhando este fervor político dos anos 30 e 40 surgem as primeiras escritoras de romance. Em 1847, Anne Knight, uma Quaker, publicou o primeiro

⁵ A obra referida não foi, no entanto, a primeira desta autora a servir de réplica a uma outra. Na verdade, já antes, em 1790, como reacção às ideias apresentadas por William Burke em *Reflections on the French Revolution*, Mary Wollstonecraft responderia com *A Vindication of the Rights of Men*.

⁶ Este movimento, que exigia uma reforma eleitoral e social, exerceu a sua actividade reivindicativa entre 1838 e 1848, altura em que entrou em declínio. A palavra “cartismo” deriva do programa de reforma – “People’s Charter” apresentado no Parlamento, em 1837, pela “London Working Men’s Association”. A agitação cartista, apoiada por esta associação, teve origem num descontentamento crescente face à “Reform Bill” de 1832.

panfleto sobre “Woman Suffrage”, subsidiado pela agitação cartista. Com o colapso do partido Tory, William Gladstone juntou-se aos Whigs e, em 1866, propôs várias emendas para a “Reform Bill” apresentada pelo líder do partido conservador, Benjamin Disraeli, que conseguiu que a lei fosse aceite no Parlamento em 1867. No entanto, com esta “Reform Bill”, o problema de alargar o voto ao sexo feminino manteve-se e todos os esforços no sentido de assegurar às mulheres esse direito foram alvo de oposição, porque nenhum dos principais líderes políticos da altura se preocuparam em enfrentar a recusa implacável da Rainha Vitória em oferecer apoio ao movimento feminista. Por outro lado, esta exigência do direito de voto foi gradualmente apoiada pelos intelectuais liberais na Inglaterra a partir de 1850, nomeadamente por John Stuart Mill e sua mulher, Harriet Taylor Mill. Os anos 50 revelaram-se um prelúdio frutífero para as tentativas de fundar organizações. Stuart Mill ajudou a formar, em 1865, a primeira associação inglesa de voto para as mulheres e, em 1867, apresentou ao Parlamento a petição desta sociedade que se sentia ultrajada, pelo facto de os membros desta associação de voto, todos eles do sexo feminino, preencherem, tal como muitas outras mulheres, os requisitos exigidos pela lei eleitoral, no que respeitava as condições da propriedade, e não poderem, apesar disso, votar e vendo-se excluídos do acto eleitoral, simplesmente por serem mulheres. Até 1873, reinou no Parlamento uma grande agitação que aumentou quando a emenda da Lei, proposta por Stuart Mill, foi rejeitada.

Em 1869, apesar dos incidentes políticos e sociais, o Parlamento concedeu às mulheres que pagavam impostos o direito de votarem nas eleições municipais e, nas décadas seguintes, as mulheres puderam ser eleitas para os “County” e “City Councils”, embora lhes continuasse a ser negado o direito de voto nas eleições parlamentares.

O movimento sufragista inglês teve um impacto maior quando, em 1897, os vários grupos sufragistas se uniram, formando a “National Union of Women’s Suffrage Societies”, que garantiu maior coerência e organização ao movimento. Perante a falta de acção governamental, uma parte das associadas verificou que as suas políticas eram pouco arrojadas e pouco definidas, pelo que, em 1903, a facção mais militante, oriunda da classe burguesa, adoptou uma tática violenta: com Emmeline Pankhurst e sua filha Christabel na liderança, formou-se “The Woman’s Social and Political Union”, cujo objectivo era a libertação das mulheres das funções determinadas pelos homens. Além disso, eram atacados a educação e o crescimento baseados somente no papel da mulher/mãe e procurava-se a escolha de novos papéis para as mulheres.

Depois do regresso do partido liberal ao poder, em 1906, os anos subsequentes assistiram à não aprovação de sete propostas sufragistas no Parlamento. Como consequência, as sufragistas envolveram-se em acções violentas que as levaram à prisão onde, apesar de tudo, continuaram os protestos até 1914, através de greves de fome o que acabaria por provocar um aumento da solidariedade pública, traduzida na organização de protestos e exposições como forma de apoio ao direito de voto das mulheres.

Quando começou a I Guerra Mundial, as organizações sufragistas canalizaram as energias no sentido de ajudarem nos esforços de guerra. Dado que a sua eficácia foi notável, as sufragistas ganharam o reconhecimento público da necessidade do direito ao voto. Assim, em 1918, todas as mulheres com idade igual ou superior a 30 anos viram a sua participação eleitoral concedida pelo Parlamento. Na realidade, dada a forma convincente com que tinham assumido papéis tradicionalmente masculinos – como a participação nas actividades

de apoio inerentes à guerra – os argumentos contra o sufrágio das mulheres não podiam manter-se válidos. Finalmente, em 1928, as mulheres passaram a usufruir de completa igualdade política quando as forças parlamentares determinaram, sem discriminação do sexo, os 21 anos como a idade mínima exigida para votar.

* * * * *

Esta breve síntese apresentada sobre o movimento sufragista em Inglaterra, pretendeu enquadrar Stuart Mill numa época de mudanças sociais. Note-se que o autor de *The Subjection of Women* foi um dos impulsionadores desse movimento e que desenvolveu esforços reconhecidos no sentido de alargar o direito de voto às mulheres. Pode constatar-se que o período entre 1865 e 1868 se revelou de extrema importância, nomeadamente pela apresentação no Parlamento da petição que sugeria a abolição da palavra “masculino” do voto eleitoral⁷. A influência de Stuart Mill continuou a fazer-se sentir em 1869, quando o filósofo publicou a obra que espelhava as suas convicções políticas e morais, no que respeita à relação entre homem e mulher e às situações de desigualdade que daí resultam. Neste sentido, convém fazer referência ao ensaio introdutório de *Essays on Sex Equality: John Stuart Mill & Harriet Taylor Mill* (1970), escrito por Alice S. Rossi, intitulado “Sentiment and Intellect”, visto que nesse estudo a autora faz notar que, mesmo cem anos passados desde a publicação de *The Subjection of Women*, a obra continua a ser objecto de estudo. Sublinha, ainda, que *The Subjection of Women* apresenta, simultaneamente, uma análise intelectual da posição da mulher e um apelo para uma intervenção política, no sentido de assegurar a igualdade dos sexos (1970:4). Na verdade, nenhum trabalho desta dimensão havia sido publicado antes de 1869 e nada voltou a ser escrito até 1898, data em que Charlotte Perkins

⁷ Leia-se, a propósito da relevância desta intervenção de Stuart Mill, o comentário do autor na sua autobiografia “This was by far the most important, perhaps the only really important public service I performed in the capacity of a Member of Parliament”, John Stuart Mill, *Autobiography* (Penguin Books, Harmondsworth,

Gilman trouxe a público *Women and Economics*, constituindo-se, por conseguinte, ambas as obras como marcos da história do movimento das mulheres e da história das análises intelectuais sobre a relação entre os dois sexos.

Tendo-se optado por fazer uma análise diacrónica das contribuições dos autores para o conhecimento da situação social, política e económica dos dois sexos no século XIX, é importante começar a abordagem que nos propomos efectuar pela obra fulcral de Stuart Mill – *The Subjection of Women*. Contudo, dada a influência de Harriet Taylor Mill nas ideias veiculadas pelo autor inglês, serão feitos alguns envios para “Early Essays on Marriage and Divorce”, bem como para *Enfranchisement of Women*, sempre que o seu conteúdo se revele importante para enfatizar, contextualizar ou ampliar as perspectivas desenvolvidas na obra de 1869.

Delimitado o enfoque deste primeiro capítulo, verifica-se que o interesse em analisar *The Subjection of Women* se prende com o facto inegável de esta obra ser a primeira e a única, com este tema, escrita por um homem, nesta época que foi decisiva para a emancipação das mulheres. O seu objectivo central é apresentado logo na primeira página e é demonstrado ao longo dos quatro capítulos em que Stuart Mill defende que o estado de subordinação das mulheres não é de origem natural. Partindo do princípio de que a opinião favorável ao sistema vigente, que submete o sexo mais fraco ao mais forte, se apoia unicamente em teoria, Stuart Mill começa por corroborar uma das posições mais radicais que, de resto, viria a ser defendida, em 1898, por Charlotte Perkins Gilman: “(. . .) the principle which regulates the existing social relations between the two sexes—the legal

subordination of one sex to the other—is wrong in itself, and now one of the chief hindrances to human improvement; and that it ought to be replaced by a principle of perfect equality, admitting no power or privilege on the one side, nor disability on the other” (SW:125).

A partir desta afirmação, o autor procura ilustrar que o princípio de desigualdade entre os sexos decorre apenas do facto de, desde os primórdios da sociedade humana, todas as mulheres estarem num estado de dependência relativamente aos homens, baseado na lei do mais forte. Embora Stuart Mill reconheça a possibilidade de haver diferenças, no que respeita à força física entre os sexos, não é essa a causa da inferioridade social das mulheres, a diferença residindo antes nos sentimentos artificiais e nos preconceitos da sociedade.

Nesta linha de raciocínio, Stuart Mill refere que as primeiras sociedades aceitaram a escravidão como um princípio correcto baseado na opressão dos mais fracos e compara a situação do escravo com a situação de escravatura legal em que se encontra a mulher do século XIX. Directamente relacionada com este ponto de vista, está a perspectiva do autor sobre a lei do casamento. De facto, a servidão da mulher, implícita neste estado civil, é, na opinião de John Stuart Mill, explicitada em “Early Essays on Marriage and Divorce” (1832), o único caso, desde a abolição da escravatura, em que um ser humano é entregue à mercê de outro no intuito de assegurar a sua sobrevivência (EMD:79). Porém, embora Stuart Mill considere absurdo e imoral que a posição social da mulher seja assegurada pelo casamento, afirma que não é a lei desta instituição que origina a desigualdade entre os sexos, mas sim a educação e a tradição a que estão submetidos homem e mulher.

A corroborar a opinião do marido, Harriet Taylor Mill afirma em *Enfranchisement of*

Women que o “não natural” significa “não habitual” da mesma forma que aquilo que é considerado “natural” se reporta a um conjunto de hábitos. Assim, já que a submissão das mulheres aos homens é um hábito universal, ela é também aceite “naturalmente” pela generalidade dos seres humanos, como se pode ver pelas palavras da autora: “Over three-fourths of the habitable world, even at this day, the answer, “it has always been so,” closes all discussion” (EW:141).

Na verdade, as mulheres são educadas para não serem capazes de subsistir fisicamente sem um homem que as mantenha⁸. São, assim, ensinadas a não serem capazes de se proteger da injúria sem a ajuda masculina e mentalizadas de que não terão vocação para desempenharem uma função útil no mundo, no caso de ficarem solteiras. Perante esta realidade, a mulher vê-se obrigada a casar e a encarar a sua submissão à esfera masculina como a maior virtude e o aspecto mais atraente da sua personalidade. Concomitantemente, Harriet Taylor Mill afirma, em *Enfranchisement of Women*, que as mulheres são ensinadas a pensar que reagir activamente a uma injustiça que lhes é feita é algo de masculino e, por isso, devem ser protegidas pelo homem (EW:118).

Retomando a óptica de Stuart Mill, é curioso salientar que, em “Early Essays on Marriage and Divorce”, o autor esclarece um dos pontos polémicos subjacente à superioridade do homem sobre a mulher. Na sua perspectiva, a questão do casamento não pode ser analisada de forma correcta se for isolada de todas as outras problemáticas sociais

⁸ A este propósito Stuart Mill afirma que o caso das mulheres é o único em que revoltar-se contra a ordem estabelecida continua a ser visto com os mesmos olhos do tempo em que não se podia fazer revoltas contra o rei. Uma mulher que participe num movimento que o marido não aprove, diz Mill, faz de si própria uma mártir. Como o autor afirma, as mulheres não podem dedicar-se à sua emancipação até que haja um número considerável de homens preparados para se juntarem a elas na luta pelos seus direitos. *SW*, p. 215.

que lhe são inerentes. Nesta linha de pensamento, o verdadeiro problema não é o que deveria ser o casamento, mas o que deveria ser a mulher. Assim, é necessário, antes de mais, determinar se o casamento é uma relação entre dois seres iguais, ou entre um ser superior e um inferior, entre um ser que protege e um ser dependente dado que, resolvida esta dúvida, todas as outras serão facilmente solucionadas (EMD:73).

A realidade dos factos demonstra que, no século XIX, o marido tinha direitos absolutos sobre a esposa – que não beneficiaria de qualquer tipo de protecção legal contra o poder do marido – e sobre os seus bens materiais⁹. Escreve Stuart Mill: “ She can do no act whatever but by his permission, at least tacit. She can acquire no property but for him; the instant it becomes hers, even if by inheritance, it becomes *ipso facto* his” (SW:158). Corroborando esta afirmação, Harriet Taylor Mill acrescenta, em *Enfranchisement of Women*, que a humanidade se encontra dividida em duas castas: uma que nasceu para mandar e outra, para obedecer; uma que foi educada para reinar e outra, para prestar vassalagem (EW:97-98).

Tendo em conta que a educação parece estar na origem de alguns comportamentos associados à natureza feminina e à forma de estar que caracteriza o homem, será importante analisar os aspectos, apontados pelos autores em estudo, conducentes à demarcação de dois territórios – o público e o privado. Na verdade, se se atentar na teoria de Stuart Mill, verifica-se que a questão da educação feminina está intimamente ligada a aspectos sobre a natureza da mulher e à sua suposta vocação para o casamento. Segundo este autor, a

⁹ Estas restrições legais impostas à mulher têm, segundo Stuart Mill e Harriet Taylor Mill, origem na sociedade patriarcal que faz de cada homem um pequeno tirano dentro da sua própria casa. Andrew Pyle, *The Subjection*

sociedade do século XIX defendia que toda a mulher estava destinada, por natureza, para o papel de mãe e de esposa e, neste sentido, proporcionar-lhe uma educação de carácter académico – que lhe asseguraria uma intervenção pública – significava perder recursos valiosos podendo tornar-se a mulher num ser incapaz de desempenhar o seu papel tradicional na esfera privada¹⁰. Neste contexto, Harriet Taylor Mill sublinha a posição de Stuart Mill ao declarar que as mulheres são educadas para um único fim – ganhar a sua independência através do casamento, como se pode ver pela seguinte afirmação: “To be married is the object of their existence and that object being gained they do really cease to exist as to anything worth calling life or any useful purpose” (EMD:85). Além disso, como a

of Women: Contemporary Responses to John Stuart Mill (Thoemmes Press, Bristol, 1995), p. xxiii.

¹⁰ Stuart Mill insurge-se contra esta perspectiva vitoriana sobre a posição da mulher. Porém, John Ruskin, considerado por muitos críticos como um autor basilar no que respeita a discussão da “Woman Question”, partilha dos princípios que regiam a mentalidade do século XIX. Neste sentido, a posição vincadamente patriarcal assumida por este autor é diametralmente oposta à de Stuart Mill. Em 1864, Ruskin afirmava em “Lilies: Of Queen’s Gardens”, conferência apresentada no *Town Hall* de Manchester, que as mulheres e os homens têm personalidades diversas e, como tal, que a sua educação deveria ser dirigida para as diferentes funções que desempenhavam. À mulher cometia a tarefa de orientar, ao homem, algo mais determinante como guerrear, criar, descobrir, ser activo e completado pela passividade da mulher que deveria ser o seu guia: “But the woman’s power is for rule, not for battle – and her intellect is not for invention or creation, but for sweet ordering, arrangement, and decision.” (59). Esta teoria de complemento de funções entre os dois sexos articulava-se com a das esferas ou territórios, para onde a educação da mulher teria de ser conduzida, não perdendo de vista que a formação do carácter feminino tinha um rumo: a casa, local ideal para o exercício do seu poder. Deste modo, afirmava Ruskin, a deusa exerceria o dever sagrado de zelar pelo bem-estar do seu protector, preservando a paz deste abrigo do mundo cruel: “The true nature of home – it is the place of Peace; the shelter, not only from injury, but from all terror, doubt and division.” (59). Munida de um código de valores apropriados, a mulher desabrocharia, guardada dos perigos do mundo. Partindo do princípio de que a educação feminina se resumia à educação dos sentimentos “an instinct for all its real duties...the intense instinct of love, which, rightly disciplined, maintain all the sanctities of life” (72), Ruskin defendia que a mulher abdicaria do desempenho de qualquer papel na vida pública, privilegiaria o privado e, em especial, a mais pura e nobre de todas as suas funções: a de esposa e de mãe. Assim, na óptica deste autor, o casamento ideal surgia como o cenário onde cada um dos actores desempenhava os papéis para que tinha sido moldado: o marido encontrava a esposa submissa – “wise, not for self-development, but for self-renunciation: wise, not that she may set herself above her husband, but that she may never fail from his side” (60), a qual, por sua vez, veria o marido como o seu eterno protector do mundo – “He guards the woman from all this”. John Ruskin, *Sesame and Lilies: The Two Paths. The King of The Golden River* (London, J.M. Dent & Sons, 1944).

Para uma discussão mais específica sobre a oposição entre John Stuart Mill e John Ruskin veja-se o ensaio de Kate Millet “Ruskin vs. Mill” in *Suffer and Be Still: Women in the Victorian Age*, ed. Martha Vicinus (London, Methuen & Co. Ltd, 1972), pp. 121-39.

mulher tem consciência do seu poder de sedução, usa-o para obter aquilo que foi ensinada a considerar como adequado à sua situação, transformando o casamento numa moeda de troca.

Por outro lado, fruto do sistema de hábitos e opiniões instituídos na sociedade, as raparigas acabam por entrar num contrato, ignorando as suas condições por completo. Em oposição a esta ideia, a opinião corrente advogava que a profissão adequada para a mulher era o trabalho doméstico, a superintendência da casa e a educação dos filhos, já que a maternidade tinha que ser assegurada e os interesses femininos não tocavam o domínio político. Intrinsecamente relacionado com esta visão redutora do mundo está o conceito de “true womanhood” que cabe, agora, abordar¹¹.

As qualidades inerentes a este conceito do século XIX, pelas quais as mulheres se julgavam e eram avaliadas pelo marido e pela sociedade, podem ser divididas em quatro virtudes: devoção, castidade, submissão e domesticidade. A religião e a devoção eram o centro das virtudes femininas e a fonte de poder da mulher. A razão que está na origem desta devoção pela religião prende-se com o facto de ser uma virtude que não afastava o sexo feminino da sua esfera doméstica e, neste sentido, as mulheres eram advertidas para não deixarem a literatura ou os seus objectivos intelectuais afastarem-nas de Deus.

Por sua vez, a castidade era também uma virtude essencial que definia as mulheres como seres femininos. A sua ausência rotulava a mulher negativamente, já que “a fallen woman was a fallen angel”, indigna da companhia dos outros. A noite do casamento era o

¹¹ Para a problematização do conceito de “True Womanhood”, ter-se-á como base o ensaio de Barbara Welter, “The Cult of True Womanhood: 1820-1860” (American Quarterly, XVIII, 2, Part 1, Summer 1996), pp.151-174.

grande acontecimento da vida da mulher, por ser este o momento em que ela oferecia o seu “tesouro” ao marido, passando a ser sua propriedade para sempre, sem qualquer existência moral ou legal própria. Assim, todas as “true women” eram aconselhadas a conservarem a sua castidade, imposição social que aceitavam de forma submissa e honrada, apesar de os homens tentarem roubar-lha.

No que respeita à submissão, ela era, provavelmente, a virtude mais feminina esperada das mulheres. Os homens eram os que agiam e decidiam; as mulheres eram criaturas passivas e submissas. Como mães e como esposas, as mulheres eram obrigadas a serem submissas ao destino e no caso de serem “true women”, compreendiam a sua posição. Sofrer e calar era a maior ordem a que tinham de obedecer. Tendo em linha de conta estas virtudes supostamente femininas, o lugar da mulher era junto da lareira, desempenhando o papel de filha, irmã, mas principalmente de mãe e de esposa. Supostamente, a casa era um lugar agradável a partir do qual a mulher tinha o dever de redimir o marido. Barbara Welter afirma que “The Young Ladies’ Class Book” (1831), selecção de aulas em prosa e em verso, advogava o que a seguir se transcreve provando que o lar era, por excelência, o lugar da mulher: “the domestic fireside is the great guardian of society against the excesses of human passions” (1966:162).

Ao passar a totalidade do seu tempo em casa, cumprindo a quarta virtude, a domesticidade, a mulher tinha que ser, além de mãe, enfermeira, e devia ter um talento especial para os bordados e um gosto apurado pelas flores. Dada a dependência económica em que se encontrava, o seu único meio de sobrevivência era o casamento, encarado como o estado adequado para desempenhar as tarefas domésticas. A este propósito, Barbara Welter

faz referência a George Burnap que, em *Sphere and Duties of Woman* (1854), expõe o seu ponto de vista sobre o casamento: “That sphere for which she is so exactly fitted to adorn and bless, as the wife, the mistress of the home, the solace, the aid, and the counsellor of that ONE, for whose sake alone the world is of any consequence to her.”(1966:170). O autor conclui ainda que o casamento desenvolve o carácter feminino por duas razões: “not only because it puts her under the best possible tuition, that of affections, and affords scope to her active energies, but because it gives her higher aims, and a more dignified position.” (1966:171).

Embora o casamento fosse uma união importante pelas razões apresentadas, o seu corolário era a maternidade, pois acrescentava uma outra dimensão de utilidade e de prestígio à mulher, tornando-a mais ligada à família e ao lar e, consequentemente, mais devotada às virtudes que lhe eram impostas socialmente. Perante esta perspectiva epocal, que encara a submissão da mulher como um dever natural inerente à condição feminina, Stuart Mill interroga-se sobre a validade de tal argumento: “...how could it be that a woman’s interests should not be all concentrated upon the impressions made on those who come into her daily life, when society has ordained that all her duties should be to them, and has contrived that all her comforts should depend on them ?” (SW:212).

Decorrente da análise das tarefas a que o ser feminino está destinado desde a infância, Stuart Mill postula que, no que respeita à tarefa de supervisionar o trabalho doméstico, ela deverá ser feita por criados¹² e, só no caso de não haver possibilidade para contratar outras

¹² Dado que Stuart Mill utiliza a palavra “servants” para se referir às pessoas que devem fazer o trabalho doméstico, não é possível inferir, pelo contexto, se o autor inclui nesta função o sexo masculino e/ou o sexo feminino.

peçoas, é que caberá à mulher fazê-la. Assim, a mulher dever-se-á ocupar da educação afectiva e moral dos filhos, já que a instrução de conhecimentos específicos será da responsabilidade dos professores.

No âmbito da interpretação de Stuart Mill, importa recuperar a opinião veiculada por Harriet Taylor Mill, em *Enfranchisement of Women*, na medida em que completa as ideias do marido, pondo em causa a justificação, dada pelo senso comum, para as restrições impostas no domínio de acção das mulheres. Stuart Mill constata que a opinião geral afirma que o acesso do sexo feminino às esferas laborais lhe é negado pelo facto de serem trabalhos masculinos e que o domínio adequado para a mulher é a vida doméstica. A este propósito, Harriet Taylor Mill reafirma esta posição, indo mais longe: “We deny the right of any portion of the species to decide for another portion, or any individual for another individual, what is and what is not their “proper sphere”. The proper sphere for all human beings is the largest and highest which they are able to attain to.” (EW:100).

A sociedade em que se inserem os autores em estudo parece convicta de que a mulher e o trabalho doméstico fazem parte de uma realidade indissociável. Neste sentido, são invocadas algumas razões que pretendem justificar a incompatibilidade das mulheres com a vida pública. O primeiro argumento advoga a incapacidade feminina em conjugar os deveres de mãe e de esposa com as tarefas da vida activa, defendendo, por isso, que as mulheres ou são mães ou não são nada. Em oposição assumida relativamente a esta postura, Harriet Taylor Mill constrói o seu contra-argumento, dizendo não haver razão lógica para se obrigar as mulheres a devotarem, em exclusivo, a sua vida à maternidade. Na verdade, se há

mulheres que o fazem é porque lhes é negado qualquer outro tipo de emprego. Assim, afirmar que as mulheres têm que ser excluídas da vida activa, porque a maternidade as desqualifica, equivale a dizer que qualquer outra actividade lhes deveria ser proibida, para que a maternidade pudesse ser a sua única alternativa (EMD:104). Esta é também a conclusão de Stuart Mill quando refere a posição patriarcal assumida pela opinião pública:

The general opinion of men is supposed to be, that the natural vocation of a woman is that of a wife and mother. I say, is supposed to be, because, judging from acts- from the whole of the present constitution of society- one might infer that their opinion was the direct contrary. They might be supposed to think that the alleged natural vocation of women was of all things the most repugnant to their nature; in so much that they are free to do anything else— if any other means of living, or occupation of their time and faculties, is open, which has any chance of appearing desirable to them- there will not be enough of them who will be willing to accept the condition said to be natural to them.

(SW:155)

Intimamente relacionada com este pretenso argumento de incompatibilidade de tarefas está a segunda razão apresentada, que toca a educação moral incutida no ser feminino. Supostamente educada para ter um carácter oposto ao do homem – sem vontade própria, controlada, submissa e sujeita ao controle dos outros – a mulher vê-se privada de participar activamente na vida pública. Na verdade, todos os ditames morais lhe dizem que o seu dever é viver para os outros, abnegar completamente de si própria e não ter vida a não ser para o homem com quem se relaciona, ou para as crianças que constituem um elo de ligação entre o casal.

Face a esta moral castradora, Harriet Taylor Mill rebate o suposto efeito penoso que a inserção da mulher na vida activa teria. A autora clarifica o seu ponto de vista, afirmando que a questão problemática da divisão de tarefas e, consequentemente, da separação de

morais e de bons costumes, só pode ser resolvida com total liberdade, isto é, com a abertura de todas as ocupações laborais a ambos os sexos, no sentido de cada um poder provar as suas capacidades, ao pô-las em exercício. Acrescenta ainda que a participação do sexo feminino nas profissões designadamente masculinas seria benéfica para a sociedade em geral e para a emancipação da mulher em particular. Partindo do pressuposto de que se trata de uma questão de justiça humana, a autora reflecte sobre esta situação de desigualdade e conclui que o verdadeiro problema reside na decisão de ser ou não justo que metade da raça humana passe a sua vida subordinada à outra metade em todas as áreas da existência do ser (EW:107).

Também Stuart Mill advoga a independência material das mulheres como sendo um passo indispensável para a sua libertação. De facto, pode ler-se, no ensaio do autor sobre o casamento, que a mulher tem que ser educada para ser independente do pai e do marido e assegurar a sua subsistência: “That a woman ought not to be dependent on a man, more than a man on a woman, except so far as their affections make them so, by a voluntary surrender, renewed and renewing at each instant by free and spontaneous choice.” (EMD:75).

Assim, até que todos os pais assegurem meios de subsistência independentes às raparigas, ou lhes facultem uma educação que as qualifique no sentido de serem capazes de sobreviverem por si próprias, as mulheres nunca terão a posição social que merecem. Veja-se, a este propósito, o passo que se segue do ensaio “Early Essays on Marriage and Divorce”: “...the woman who will be dependent for the sake of a maintenance, proves herself as low-minded as a man in the like case— or *would* prove herself so if that resource were not too often the only one her education has given her, and if her education had not

also taught her not to consider as degradation, that which is the essence of all prostitution, the act of delivering up her person for bread.” (EMD:74).

Com esta afirmação, o autor parece antever uma das posições que viria a ser assumida por Charlotte Perkins Gilman no final do século XIX, quando a autora americana classifica o casamento como uma relação sexo-económica. Assumir que o casamento é a moeda de troca para a subsistência da mulher é admitir que os dois sexos se encontram em posições sociais diferentes e, por isso, em situação de desigualdade económica. O facto de a mulher se entregar física e moralmente ao marido como única forma de assegurar a sua sobrevivência permite a Stuart Mill fazer uma comparação, ousada para a época, entre as prostitutas e as donas de casa. Embora com rótulos sociais diferentes, a prostituta e a mulher que se casa desempenham papéis que, na sua essência são semelhantes. O objectivo de ambas é assegurar a sobrevivência e a diferença é posta em termos de aceitação social: uma prostitui-se, a outra prostitui-se legalmente.

Um outro ponto de ruptura, que serve de base de comparação e de decisão no que respeita aos rótulos de “mais forte” e de “mais fraco”, é a conduta moral diferenciada incutida em ambos os sexos, na medida em que contribui para a solidificação do poder do sexo masculino sobre a fragilidade típica da mulher. Em *Enfranchisement of Women*, Harriet Taylor Mill demonstra que, apesar de se reconhecer a existência de um código comum para ambos os sexos, na prática, se verifica que a vontade própria e a capacidade de emitir opiniões constituem virtudes masculinas. Por outro lado, a auto-abnegação, a resignação, a paciência e a subordinação ao poder foram decididas, pela maior parte das

peçoas, como sendo as obrigações e virtudes exigidas às mulheres¹³.

Deste modo, constata-se que a educação moral influencia a postura dos dois sexos e contribui, de forma decisiva, para a divisão de esferas que caracteriza a sociedade em que se integravam John Stuart Mill e Harriet Taylor Mill. Considerando esta visão redutora, por dividir a humanidade em dois pólos opostos, incapazes de interagirem e de construírem uma sociedade de iguais, Stuart Mill propõe uma relação quase contratual entre os sexos, que aboliria a tradicional figura hierárquica da autoridade e da submissão. Neste sentido, o autor faz apelo para que a mulher seja igual ao homem no acesso a uma educação académica que lhe permita dar opiniões conscientes no domínio público. Com efeito, considerando presunção querer decidir o que as mulheres são ou não são, podem ou não ser, por constituição natural¹⁴, Stuart Mill afirma, com segurança, que quase toda a gente admitiria a injustiça de excluir metade da raça humana do grande número de ocupações lucrativas e de quase todas as funções sociais mais elevadas, se fosse dada oportunidade às mulheres de provarem as suas capacidades (SW:181).

Da mesma forma que Harriet Taylor Mill, este autor postula que o acesso ao poder intelectual das espécies e à quantidade de intelecto disponível para a boa gestão dos seus

¹³ Estas virtudes femininas constituem os princípios base do conceito de “True Woman”, que viria a ser refutado pela emergência de uma postura inovadora designada “New Woman”, que iria revolucionar as atitudes da mulher dos séculos XIX e XX. Esta nova visão da mulher será analisada no próximo capítulo com base no ensaio de Carroll Smith-Rosenberg, “The New Woman as Androgyne: Social Disorder and Gender Crisis, 1870-1936” incluído em *Disorderly Conduct: Visions of Gender in Victorian America* (Oxford University Press, Oxford, 1985), pp. 245-96.

¹⁴ Relativamente à natureza feminina, pode comprovar-se, em *The Subjection of Women*, que Stuart Mill nega a possibilidade de alguém saber ou vir a ter conhecimento da natureza dos dois sexos, uma vez que estes só têm sido observados numa relação de coexistência. Deste modo, o autor acredita que se o homem tivesse existido na sociedade sem a mulher, ou a mulher sem o homem, ou ainda se tivesse existido uma sociedade em que as mulheres não tivessem estado sob o controle do sexo masculino, poder-se-ia saber alguma coisa sobre as diferenças mentais e morais inerentes à natureza de cada um. No presente estado da sociedade, afirma Stuart

assuntos seria obtido, parcialmente, através de uma educação intelectual das mulheres, melhor e mais completa, a ser posteriormente desenvolvida a par e passo com a do sexo masculino.

Assim sendo, o alargamento da esfera da acção para as mulheres seria benéfico, ao alargar a sua educação ao âmbito da educação dos homens, havendo, consequentemente, uma co-participação nas actividades de ambos os sexos. A mera consciência de que a mulher teria que ser um ser humano como o homem, com permissão para definir os seus objectivos, teria como resultado uma vasta expansão das faculdades mentais femininas e a sua opinião passaria a exercer uma influência maior e mais benéfica sobre a massa geral da crença e dos sentimentos humanos. Diz Stuart Mill: “The second benefit to be expected from giving to women the free use of their faculties, by leaving them the free choice of their employments, and opening to them the same field of occupation and the same prizes and encouragements as to other human beings, would be that of doubling the mass of mental faculties available for the higher service of humanity.” (SW:220).

Defensor do princípio de igualdade perfeita para as relações entre os sexos, Mill procura demonstrar que a mulher não é uma mera propriedade e que, por isso, tem que ser considerada como um ser humano que luta pela igualdade. Contudo, na opinião deste autor, só se pode falar em direitos iguais a partir do momento em que o casamento for um laço dissolúvel. Depois de apresentar os argumentos a favor da indissolubilidade do casamento¹⁵,

Mill, só é possível verificar que aquilo a que se chama “natureza da mulher” é uma realidade artificial, p. 148.

¹⁵ Na opinião de Stuart Mill, as razões apresentadas pela sociedade para que o casamento seja um acto indissolúvel, resumem-se a três aspectos. O primeiro relaciona-se com o facto de a sociedade ser relutante à mudança e, por isso, o primeiro casamento dever ser eterno. Em segundo lugar, todas as rupturas causam danos morais e, nesse sentido, o divórcio não é uma boa solução para os cônjuges. Finalmente, Stuart Mill apresenta a

Stuart Mill afirma que essa argumentação pouco significa em comparação com as razões a favor do divórcio. Estas residem na consideração do casamento como um contrato igual a tantos outros, realizado entre seres humanos e anulado de acordo com a vontade das partes. Na opinião do autor, a possibilidade de divórcio é a única forma de o carácter e de a condição femininas serem aquilo que devem ser. Enquanto casar significar assegurar a sobrevivência da mulher, não haverá uma verdadeira cooperação entre os sexos, e a mulher aceitará casar para não ser mal vista em sociedade. Stuart Mill insurge-se contra esta situação de desigualdade entre os sexos e declara que a posição de uma mulher solteira não é perigosa e precária e que a Lei, por si só, deveria ser suficiente para a proteger dos insultos e das injúrias, não lhe impondo o casamento como única forma de protecção. Apesar de, aparentemente, os sexos terem direitos iguais, o autor verifica o contrário e afirma: “...it is absurd to talk of equality while marriage is an indissoluble tie. It was a great change for the better, from a state in which all the obligation was on the side of the weaker, all the rights on the side of the physically stronger, to even the present condition of an obligation equal on both. But this nominal equality is not real equality” (EMD:83). A verdade dos factos prova, assim, que o mais forte consegue sempre isentar-se das suas obrigações, quando estas já nada lhe dizem. Neste contexto, enquanto o marido pode abusar da esposa, negligenciá-la e procurar outras mulheres (embora não de uma forma completamente impune), à mulher é-lhe negada a possibilidade efectiva de desfazer o compromisso assumido, como se pode constatar por uma outra reflexão de Stuart Mill : “...what are the penalties which opinion

questão dos filhos como sendo a mais delicada numa situação de divórcio, causando este sérios danos emocionais nas crianças pelo que deverá ser posto de parte.

imposes on him compared with those which fall upon the wife who even with that provocation retaliates with the husband?" (EMD:84).

No que respeita a esta situação de desigualdade, Harriet Taylor Mill corrobora que a única solução para acabar com este mal social é promover a educação e modificar as leis do casamento, no sentido de se permitir o divórcio: "I have no doubt that when the whole community is really educated, though the present laws of marriage were to continue they would be perfectly disregarded, because no one would marry." (EMD:85).

Ainda nesta linha de pensamento, Stuart Mill afirma que o casamento deveria ser apenas uma questão de escolha e não uma necessidade artificial que subjuga as mulheres ao poder dos homens, pois só uma relação entre iguais pode fazer do casamento uma escola de virtudes morais. Segundo este autor, uma sociedade de direitos iguais permitiria abolir a auto-abnegação exagerada das mulheres e tornar os homens menos egoístas, na medida em que não seriam ensinados a venerar a sua vontade como sendo lei a cumprir pelos outros seres racionais (SW:170). Veja-se, a este propósito, o que o autor afirma em *The Subjection of Women*: "The moral regeneration of mankind will only really commence, when the most fundamental of the social relations is placed under the rule of legal justice, and when human beings learn to cultivate their strongest sympathy with an equal in rights and in cultivation." (SW:236).

Colocando a ênfase numa educação feminina apropriada, Harriet Taylor Mill reitera a posição de Stuart Mill ao defender que as mulheres são capazes de contribuírem de forma salutar para o desenvolvimento da sociedade, se lhes for dada a oportunidade de aprenderem a pensar por si próprias. Na óptica da autora, a falsa educação inculcada nas

mulheres desde a infância permite-lhes apenas acompanharem as conversas dos maridos sem revelarem um verdadeiro conhecimento sobre o assunto. Partindo do princípio de que aquilo que torna os seres humanos inteligentes é a capacidade de pensarem, Harriet Taylor Mill confronta o leitor com a hipótese de que as mulheres só serão inteligentes em casos excepcionais, uma vez que a regra é ensinarem-lhes que pensar é um atributo masculino e que o seu dever é unicamente agradar ao sexo oposto. Atente-se nas palavras da autora: “High mental powers in women will be an exceptional accident, until every career is open to them, and until they, as well as men, are educated for themselves and for the world— not one Sex for the other.” (EW:112-13). Face a esta situação social redutora, a autora propõe uma educação feminina centrada no bem comum, que permita à mulher defender os interesses públicos como se fossem os seus, participar activamente na esfera social e política, promover o progresso do ser humano e decidir sobre o seu destino. Harriet Taylor Mill resume esta nova posição da mulher através da expressão “social and spiritual union” e refere-se à educação do seguinte modo: “a medium of expressing the highest moral and spiritual views of justice” (EW:120).

Esta união social e espiritual, que alarga o domínio de acção das mulheres, habituadas a movimentarem-se somente no espaço doméstico, é também advogada por Stuart Mill que, no final de *The Subjection of Women*, reforça as vantagens de se instituir uma sociedade baseada no princípio de igualdade. O autor parece convicto de que, em termos sociais, esta mudança se iria repercutir num aumento de conhecimento, do poder de decisão e no desenvolvimento das condições gerais da relação entre homem e mulher.

Claramente precursores de um conjunto de reformas sociais, o par Mill vê na

educação e no direito de voto alargado ao sexo feminino os motores de uma mudança estrutural que invalida os ditames morais da sociedade patriarcal e permite o reconhecimento do sexo feminino como sendo a outra metade da raça humana, capaz de contribuir para o bem estar comum. Colocados em situação de igualdade, ambos os sexos poderão cooperar, tornando possível regenerar a sociedade em termos morais e minorar os efeitos de uma cultura androcêntrica que sempre se impôs às mulheres.

Quase trinta anos após a publicação de *The Subjection of Women*, Charlotte Perkins Gilman atesta que a razão que explica a submissão do sexo feminino ao sexo masculino se prende com a relação sexo-económica estabelecida entre homem e mulher, decorrente das estruturas morais que caracterizam a sociedade androcêntrica. Neste sentido, as posturas de Harriet Taylor Mill e de John Stuart Mill, válidas por elas próprias, encontram também eco na teoria económico-social proposta pela autora americana, que será o objecto de análise do próximo capítulo.

CAPÍTULO II – *Women and Economics e The Man-Made World*: Antídotos para a supremacia masculina

Men succeed. Women get married.
Men fail. Women get married.
Men enter monasteries. Women get married.
Men start wars. Women get married.
Men stop them. Women get married.
Dull, dull...

Joanna Russ, *The Female Man*,
(1985), p.126.

Apresentados os pontos de vista de Stuart Mill e de Harriet Taylor, é importante analisar a teoria económica de Charlotte Perkins Gilman, apresentada em *Women and Economics: A Study of the Economic Relation between Men and Women as a Factor in Social Evolution*, obra publicada em 1898 e retomada, em alguns aspectos, em *The Man-Made World: Or Our Androcentric Culture* de 1911, pela filosofia de vida inovadora esplanada ao longo das duas obras¹⁶. Visto que a autora norte-americana é um dos pilares da teorização sobre a situação de desigualdade em que se encontrava a mulher na viragem do século XIX para o século XX, é relevante a apresentação de alguns dos pontos mais incisivos da sua teoria sobre a cultura androcêntrica, vista como o motor de uma mentalidade que privilegia metade da raça humana e oprime os outros cinquenta por cento.

Os trinta anos que separam *The Subjection of Women* e *Women and Economics* justificam a força das afirmações de Gilman e o carácter arrojado das suas propostas. Se, influenciada pelo emergir do movimento sufragista, a escrita de John Stuart Mill revelara,

¹⁶ Sempre que sejam feitas referências a estas duas obras em corpo de texto, elas serão indicadas pelas respectivas datas de publicação, seguidas das páginas.

em 1869, a urgência da construção de uma sociedade de iguais, em 1898, em termos comparativos, será de considerar, em *Women and Economics*, o peso do socialismo. De facto, historicamente, o socialismo é associado ao movimento de libertação das mulheres, uma vez que ambos pretendem a igualdade de oportunidades e a estabilidade, negadas pela competitividade necessária ao regime capitalista. Deste modo, o socialismo, enquanto forma de governo que afasta os meios de produção da entidade privada e os coloca sob a administração do estado, ou de pequenas entidades colectivas, surge, nos finais do século XIX, como o sistema político que contrasta com o capitalismo e que postula a libertação do sexo feminino. A comprovar esta postura, Frederick Engels, filósofo socialista, afirma, em *A Origem da Família da Propriedade e do Estado* (1884), que a propriedade privada é a causa directa da opressão das mulheres e que só após o seu aparecimento houve necessidade de o homem controlar a mulher¹⁷.

Tendo por base que, idealmente, o socialismo cria uma sociedade de pessoas iguais, trabalhando harmoniosamente para o bem da comunidade, Gilman advoga que este princípio de igualdade, ao abolir a existência de classes sociais, permite à mulher um estatuto social

¹⁷ Embora o ideal do socialismo tenha influenciado Gilman nas suas propostas de alteração das estruturas sociais, convém referir que a sua posição difere do marxismo tradicional, na medida em que a autora coloca a ênfase da sua análise na reestruturação das relações entre homem e mulher. Na verdade, segundo Ann J. Lane, Karl Marx e Frederick Engels assumiram que uma mudança nos meios de produção provocaria, automaticamente, todas as alterações necessárias nas relações sociais. Gilman, por oposição, afirma que a tónica deve ser colocada nos mecanismos de alteração da vida familiar, da vida doméstica e das relações interpessoais, sem os quais não se verificarão quaisquer tipos de alterações sociais. Desta forma, verifica-se que Gilman se identifica mais com os princípios do socialismo fabiano, justificando-se, assim, a sua contribuição para a revista “American Fabian”. A sociedade fabiana, fundada em Londres em 1883, acreditava que o capitalismo havia produzido uma grande desigualdade social e que o socialismo era a solução para a modificação da sociedade. Sem quaisquer pretensões de se tornarem num movimento de massas como o marxismo, os fabianos acreditavam na mudança gradual, rejeitando a ideia de que a luta revolucionária era necessária.

George Bernard Shaw, um dos fabianos mais proeminentes e autor admirado por Gilman, defendia que o capitalismo tinha que ser substituído pelo socialismo, para que as mulheres pudessem usufruir de igualdade legal e económica. Ann J. Lane, *To Herland and Beyond: The Life and Work of Charlotte Perkins Gilman*

igual ao do homem. Prova-se, desta forma, que o sexo feminino é capaz de participar económica e socialmente na comunidade. Convicta de que este será o estado ideal da humanidade, a autora propõe a imagem da mulher independente e inteligente como alternativa à postura feminina da época vitoriana. Com efeito, o seu ideal feminino pressupõe a existência de uma mulher educada, com opiniões próprias, com capacidade de se sustentar economicamente e de participar nas actividades sociais e políticas – no fundo, tudo o que era esperado do homem. Além disso, homem e mulher poderiam dividir as suas tarefas de tal forma que a nova mulher, sendo auto-confiante, manteria, contudo, as características típicas da mulher da época: carinhosa, sensível, amável e boa dona de casa. É, pois, neste contexto que se enquadra o conceito de “New Woman” que será, agora, objecto de referência, pela importância que desempenha na reestruturação da imagem feminina.

Carroll Smith-Rosenberg afirma, no ensaio “The New Woman as Androgyne: Social Disorder and Gender Crisis, 1870-1936”, que, nos finais do século XIX, surgiu um novo problema social e político que se fundava na “naturalidade” e legitimidade de uma nova mulher americana – solteira, educada e economicamente autónoma – “The New Woman”¹⁸. O aparecimento da nova mulher constituiu um fenómeno revolucionário em termos demográficos e políticos. Evitando o casamento, ela lutava pelo destaque profissional, pela

(U.S.A: University of Virginia Press, 1990), pp. 184-185, 231.

¹⁸ A evolução do conceito de “New Woman” só será abordada no que respeita à sua primeira geração, embora se faça, pontualmente, referência à segunda, dado que é nessa primeira geração que se enquadra Charlotte

inovação, pelas reformas sociais e económicas e aspirava ao poder político. Repudiando o culto da verdadeira feminilidade que caracterizava as “True Women”¹⁹, esta nova mulher ameaçava os homens de uma maneira que as mães nunca tinham ousado. Durante meio século, as mulheres e os homens americanos debateram a legitimidade social e sexual desta nova postura feminina. O aspecto concordante entre os dois sexos era o facto de a mulher desafiar as relações de género existentes e a distribuição do poder. Ao defini-la como fisicamente “não natural”, aqueles que eram ameaçados pela nova mulher reafirmavam a legitimidade e a “naturalidade” da ordem burguesa, manifestando sintomas de uma sociedade doente.

Contudo, insistindo na sua própria legitimidade social e sexual, as “New Women” repudiavam esta ordem estabelecida (1985:245). A luta por um acesso igual à educação constitui a principal característica da nova mulher. Efectivamente, muitas mulheres viam na educação uma oportunidade para a sua auto-realização intelectual e para desempenharem um papel autónomo fora da família patriarcal. Esta posição abalaria as estruturas sociais da época, porque, na verdade, colocar uma mulher na esfera pública, treiná-la para pensar e sentir como um homem, encorajá-la a ter sucesso profissional, por outras palavras, pôr a profissão à frente do casamento, violava todas as normas vitorianas. Neste domínio, Carrol Rosenberg constata, ainda, que apesar de as novas mulheres rejeitarem as normas prisioneiras da família patriarcal e a vida doméstica das mães, não repudiavam, nem o mundo tradicional do amor feminino, nem o conceito de família. De facto, era a família

Perkins Gilman. Embora as gerações subsequentes tenham sido importantes, o desenvolvimento das suas acções não será objecto de estudo nesta dissertação.

¹⁹ O conceito de “True Woman” foi já objecto de análise no capítulo anterior, pelo que será apenas referido enquanto termo de contraste com a nova situação da mulher, cf. pp. 26-8.

dominada pelo homem, e não aquela que poderia ser gerida pela mulher, que restringia o desenvolvimento do sexo feminino (1985:255). Tendo em conta esta situação, as mulheres com acesso à educação podiam desenvolver instituições familiares alternativas, promotoras da autonomia feminina e da produtividade criativa. Atente-se no seguinte passo, que sintetiza a ideia apresentada: “In radical new environments, on the brink of developing a host of new roles for women, the first generation of New Women wove the traditional ways of their mothers into the heart of their brave new world.” (1985:255).

As novas mulheres surgem, assim, como figuras liminares fora das instituições convencionais, já que, ao rejeitarem o mundo que fora das mães, são sempre consideradas como membros não desejados nas estruturas sociais existentes e sem hipóteses de conseguirem fazer parte delas. O aparecimento de instituições de ensino superior para mulheres originou uma resposta hostil por parte do sexo masculino que veiculava os valores tradicionais. Isto, porque a educação superior abria novas perspectivas de participação social para a mulher burguesa e desafiava a base tradicional da diferenciação do género. Como exemplo do alarme provocado em muitos homens pelas implicações filosóficas e práticas de se estabelecer uma educação igual para os dois sexos, pode citar-se o caso dos médicos vitorianos, que lançaram um ataque baseado em pretensos malefícios físicos que decorreriam do acesso das mulheres à educação, o que é ilustrado pelas palavras que se seguem: “The woman who favoured her mind at the expense of her ovaries—especially the woman who spent her adolescence and early adulthood in college and graduate school—would disorder a delicate physiological balance.” (1985:258). Assim, diziam os médicos, a mulher que insistisse em colocar o seu desenvolvimento intelectual em primeiro plano, arriscava-se a ter

esgotamentos nervosos e a desenvolver características fisiológicas masculinas. Durante os anos setenta, o centro das atenções destes desvios foi colocado na rejeição da maternidade. A próxima citação explicita esta realidade:

On the level of public policy, the Victorian male medical model was direct and simple. Nature, not individual caprice, determined women's and men's social characteristics and roles. State legislators, college administrators, and fond parents must not permit young women to attend college, nor should men marry women who had thrown away good health and a fecund nature in the foolish pursuit of education.

(1985:260)

No entanto, desenvolvendo a sua linguagem metafórica própria, a nova mulher negava a possibilidade de ser fisiologicamente “não natural” e socialmente desviante, defendendo que o exercício do intelecto e o livre acesso às profissões masculinas fortaleciam o corpo e a mente: “The confined and married women—weakened by frequent pregnancies, burdened with a large family—was far more prone to hysteria, depression, or gynecological diseases than her educated sister.” (1985:262). Na opinião destas mulheres, era possível ser-se feminina e humana. Algumas mulheres politicamente activas defendiam também que as mulheres não tinham obrigatoriamente que ter filhos para cumprirem os ditames da natureza feminina²⁰.

O objectivo das “New Women” não era serem masculinas, mas antes combaterem as injustiças políticas e económicas de que tinham plena consciência enquanto mulheres que encetavam uma reforma. Assim, defendiam que os professores e as mulheres implicadas na

²⁰ A este propósito, veja-se a observação de Carroll Smith-Rosenberg: “Women who sought to secure the health and happiness of working-class children through child-labour legislation, the public-health movement, visiting-nursing services, and educational reform, Jane Addams and other settlement-house women argued, had assumed the role of public mothers. Indeed, Addams, Wald, and other first-generation New Women reformers

reforma social se dedicavam aos seus alunos como as mães biológicas se dedicavam aos filhos e que a única diferença residia no número de crianças com que se ocupavam: “...whereas mothers nurtured only their own, these women cared for hundreds, even thousands, of America’s neediest children”²¹ (1985:263-4). Por isso, consideravam que as mulheres não corrompidas pelo mundo político, sexualmente puras, com experiência de amar os outros, eram muito mais capazes de lutarem pela justiça social e de contribuírem para o avanço do bem estar da humanidade do que os homens (1985:263).

Contrariando esta posição, e na continuidade dos médicos vitorianos, cientistas ingleses e americanos iniciaram, em 1890, uma nova vaga de ataques dirigidos às mulheres solteiras com uma carreira profissional e às activistas políticas, dizendo que estas mulheres constituíam um sexo intermédio pois violavam as categorias-padrão do género e fundiam macho e fêmea. Eram a personificação da desordem social e apelidadas de “Mannish Lesbians” (1985:265).

A Segunda geração de “New Woman” confrontou estes ataques, fundamentando-se no seu direito de participar no mundo masculino e de assumir o poder. Essa argumentação não obistou, no entanto, a que as primeiras décadas do século XX se revelassem muito complexas, obrigando esta nova geração de mulheres a rebater as teorias psico-sexuais de Krafft-Ebbing e de Havelock Ellis, que pretendiam transformar as novas mulheres numa anomalia sexual. Ao longo deste processo de luta, os resultados nem sempre foram positivos

vigorously defended their “womanly” natures” (1985), p. 263.

²¹ Neste contexto, Ann J. Lane refere a postura de Gilman face ao nascimento da nova mulher nos seguintes termos: “Gilman has summed up what she sees as male qualities, physical and psychological. The new woman will be no less female than the old, she says, but she will be able to do more. The rapid changes we are witnessing have nothing to do with masculine or feminine traits but are simply products of advances in human development of traits both sexes share” (1990), p. 246.

e os últimos grupos perderam muito do poder político e dos ganhos económicos e institucionais que tinham sido, entretanto, alcançados.

Tendo em linha de conta esta nova perspectiva sobre a situação da mulher, Charlotte Perkins Gilman transpõe para a sua teoria o ideal do socialismo fabiano, a posição inerente ao conceito de “New Woman” e o desejo de abolir o sistema patriarcal²².

Os princípios inovadores apresentados em *Women and Economics* e em *The Man-Made World* reflectem, em alguns aspectos, as visões precursoras de John Stuart Mill e de Harriet Taylor Mill, apresentadas trinta anos antes²³. A bipolaridade “masculino-feminino”, que está subjacente aos textos dos autores ingleses, continua presente em Charlotte Perkins Gilman. Com efeito, no final do século XIX, apesar de terem sido feitos progressos no sentido de atenuar o hiato existente entre a esfera masculina e a feminina, a necessidade de lutar pela igualdade de oportunidades entre os dois sexos continua patente cada vez que se é obrigado a fazer uma comparação entre eles, reafirmando-se, também, a disparidade existente na determinação do seu papel, fruto de uma cultura androcêntrica. Neste sentido,

²² Dando cumprimento ao objectivo deste capítulo interessa, sobretudo, abordar a teoria apresentada em *Women and Economics*. Sempre que necessário, serão feitos envios para *The Man-Made World*, por se entender que os subsídios provenientes desta obra permitem analisar a posição da autora de forma mais consciente e mais abrangente.

²³ Na introdução de Michael Kimmel à edição de 1998 de *Women and Economics*, pode ler-se que os meios de comunicação da época reconheceram que Charlotte Perkins Gilman escrevia na esteira de John Stuart Mill e que compararam as obras dos dois autores, como se pode ver pelo seguinte passo: “Both the *Nation* and the *London Chronicle* compared the book favourably to John Stuart Mill’s *The Subjection of Women*. The former called it “the most significant utterance on the subject since Mill’s,” while the latter noted that since Mill “there has been no book dealing with the whole position of women to approach it in originality of conception and brilliancy of exposition” (1998), p. xxix.

Women and Economics apresenta aquilo que está implícito no subtítulo (*A Study of the Economic Relation between Men and Women as a Factor in Social Evolution*): uma análise da relação económica entre homem e mulher enquanto factor determinante para a evolução social.

Consciente da influência de uma cultura androcêntrica na definição dos códigos masculinos e femininos, Gilman afirma, na obra de 1898, que aquilo que distingue o ser humano das outras espécies é o facto de a mulher depender do homem para se alimentar, pois esse facto transforma a própria relação sexual numa relação económica. Na realidade, condicionando a espécie humana de forma inigualável relativamente aos outros seres vivos, a dependência económica da mulher determina a sua postura e limita os seus comportamentos sociais (1898:5).

A autora constata, ainda, que todas as actividades que determinam o progresso económico estão nas mãos dos homens e que a mulher é impedida de participar nas actividades públicas, não podendo realizar tarefas consideradas masculinas. Gilman adverte, contudo, que esta incapacidade não se deve à falta das competências necessárias para a consecução de tais objectivos, nem a qualquer falta de habilidade do sexo feminino, mas antes à presente condição da mulher, visto que esta não lhe permite desenvolver a sua capacidade económica. Neste aspecto, o homem está a centenas de anos de avanço do estatuto económico da mulher, na medida em que produz e distribui riqueza, limitando-se o sexo feminino a recebê-la nas suas mãos, como é descrito no seguinte passo:

Men can cook, clean, and sew as well as women; but the making and managing of the great engines of modern industry, the treading of earth and sea in our vast systems of

transportation, the handling of our elaborate machinery of trade, commerce, government,- these things could not be done so well by women in their present degree of economic development. . . . The economic status of the human race in any nation, at any time, is governed mainly by the activities of the male: the female obtains her share in the racial advance only through him.

(1898:8-9)

Assim, partindo do princípio de que os homens distribuem a riqueza do mundo e de que as mulheres obtêm a sua quota parte como esposas, Gilman afirma que o marido se encontra na posição de patrão, e a mulher, na de empregada. Na verdade, a independência económica individual entre os seres humanos significa que cada um é capaz de pagar pelos bens que consome. Ora, não é esta a situação da mulher, uma vez que consome bens económicos, mas não os produz. Nesta linha de raciocínio, a autora interroga-se sobre a forma de pagamento desses produtos: “If the wife is not, then, truly a business partner, in what way does she earn from her husband the food, clothing, and shelter she receives at his hands? By house service, it will be instantly replied. This is the general misty idea upon the subject, —that women earn all they get, and more, by house service” (1898:12-3).

Com esta resposta, aparentemente óbvia, Gilman esclarece o seu ponto de vista, afirmando que, apesar de não serem produtoras de riqueza, as mulheres participam nos processos finais de preparação e de distribuição dos bens, através do trabalho doméstico, que adquire, por isso, um valor económico. Em termos gerais, o trabalho da mulher nas lides caseiras permite ao homem produzir mais riqueza e, neste sentido, as mulheres são factores económicos da sociedade. Contudo, não são independentes, o que se pode ver na seguinte afirmação “The labor of horses enables men to produce more wealth than they otherwise could. The horse is an economic factor in society. But the horse is not

economically independent, nor is the woman.”(1898:13).

Esta afirmação evidencia que o trabalho doméstico é visto pelo senso comum como um dever da mulher e não como um emprego. A autora refere ainda que, segundo essa perspectiva, o trabalho doméstico não tem qualquer relação com o estatuto económico feminino e que são os deveres e os serviços maternos que valorizam as mulheres. Todavia, a autora de *Women and Economics* refuta este argumento, postulando que a prosperidade das mulheres não tem como causa directa a maternidade. O passo seguinte comprova a posição de Gilman: “We shall see that nothing could be more repugnant to human feeling, or more socially and individually injurious, than to make motherhood a trade.” (1898:17).

Rejeitado o argumento da produtividade feminina assente no seu papel de mãe, os que negam que as mulheres são sustentadas pelos maridos só têm como saída assumir a posição de que a função maternal impede a mulher de produzir riqueza e de ser auto-suficiente, e que, por isso, é correcto e “natural” que ela seja protegida e alimentada pelo marido. Na óptica da autora de *Women and Economics*, esta postura pressupõe, erradamente, que as funções maternas da espécie humana canalizam todas as energias da mulher para a educação do filho, em todas as fases do seu desenvolvimento. Na verdade, aquilo que se constata é que a mulher trabalha arduamente, de variadas formas, ao longo da sua vida, não só em função dos filhos, mas principalmente para servir o homem. Essa constatação, prova que não é a maternidade que obriga a mulher a trabalhar de sol a sol, mas sim o trabalho doméstico a que está sujeita: “Women work longer and harder than most men, and not solely in maternal duties.” (1898:20).

Estes aspectos sublinham, por um lado, que, apesar da suposta segregação da mulher

para as funções de mãe, são os deveres extra-maternais que a ocupam horas demasiadas, obrigando-a a ter uma vida dependente, mesmo em termos económicos, com a justificação de que a maternidade a impede de trabalhar (1898:21). Por outro lado, reiteram a ideia de que o poder laboral da mãe sempre foi um factor proeminente na vida humana. Ela é a trabalhadora por excelência, embora o seu trabalho não seja reconhecido de forma a determinar um estatuto de independência económica. Por conseguinte, na sua vida, tudo o que obtém – comida, roupa, luxo, divertimento – nada tem a ver com a sua capacidade de produzir riqueza ou com o trabalho que desempenha, relacionando-se apenas com o homem com quem casa, isto é, o homem de quem depende. Na sua apreciação crítica da sociedade masculina, Charlotte Perkins Gilman afirma que esta relação sexo-económica distorce as relações humanas, e esclarece o seu ponto de vista no que diz respeito ao processo de evolução das relações sociais.

Partindo do pressuposto de que existe um processo natural de desenvolvimento social, a autora defende que a raça humana criou “a morbid excess in the exercise of this function”,²⁴ porque a atracção sexual, causada por uma excessiva distinção entre os sexos, é tão acentuada nos seres humanos que prejudica o progresso do indivíduo e da espécie (1898:31-3).

A este propósito, a autora introduz algumas distinções básicas, indispensáveis para a

²⁴ Segundo Lane, Gilman faz a distinção entre aquilo que ela designa por “natural process of social development” e “unnatural process”. O primeiro contribuiu para o avanço do bem estar da espécie e o segundo, para o seu recuo. Os organismos mais complexos evoluíram, gradualmente, a partir de outros mais simples e esta evolução foi acompanhada pelo desenvolvimento progressivo de distinções entre macho e fêmea. À medida que estas diferenças entre os dois seres foram aumentando, a atracção entre ambos tornou-se maior, até que se formaram dois sexos distintos, que, através da atracção sexual, cumprem a função de reprodução da espécie. Este é o processo que Gilman considera natural e que contribui para o desenvolvimento da espécie (1990), p. 236.

compreensão da sua doutrina. Com efeito, pode ler-se, em *Women and Economics*, que, para se assegurar a proliferação da espécie, é necessária a existência de um equilíbrio entre aquilo que Gilman designa por “self-preservation” e “race-preservation”. A auto-preservação, desenvolvimento das qualidades que mantêm o indivíduo vivo, evolui através da selecção natural, que actua sobre o ser, dotando-o de características próprias. Por sua vez, o processo de preservação da raça, desenvolvimento das qualidades necessárias para garantir a sobrevivência da espécie, pode ser prejudicial para a satisfação das necessidades individuais, sendo produzida pela selecção sexual. Esta selecção, específica de posturas de género, actua sobre o indivíduo e beneficia, directa ou indirectamente, o progénie. Neste sentido, cada espécie deve criar, entre os sexos, diferenças que assegurem a reprodução. Uma vez provada a veracidade destes factos, Gilman atesta uma dupla funcionalidade do ser humano. Se, por um lado, enquanto macho e fêmea, os membros da espécie desempenham funções diferentes, desenvolvendo-se, por isso, de forma distinta, por outro, enquanto espécie humana, macho e fêmea cumprem funções idênticas e, como tal, evoluem da mesma forma (1898:34-7). Veja-se, a este propósito, o exemplo dado pela autora:

The order mammalia is the resultant of a primary sex-distinction developed by natural selection; but the gorgeous plumage of the peacock's tail is a secondary sex-distinction developed by sexual selection. If the peacock's tail were to increase in size and splendor till it shone like the sun and covered an acre,- if it tended so to increase, we will say, - such excessive sex-distinction would be so inimical to the personal prosperity of that peacock that he would die, and his tail-tendency would perish with him.

(1898:35)

Deste raciocínio pode inferir-se que o equilíbrio entre estas forças opostas se revela indispensável para a vida da espécie. Gilman postula, todavia, que, no caso do ser humano,

esse equilíbrio não existe, já que a mulher depende economicamente do marido. Considera-se, ainda, que, de acordo com a selecção natural, todas as criaturas são modificadas pelo meio ambiente, desenvolvendo as qualidades necessárias para assegurar a sua subsistência. O homem, ao alimentar a mulher, transforma-se no factor predominante de mudança da condição económica feminina e, ao posicionar-se entre a mulher e o meio-ambiente, impede o ser feminino de sentir a influência dos outros factores que a rodeiam e de lhes reagir. Além disso, segundo o princípio da selecção sexual, as criaturas adaptam-se ao macho, pelo que, quando o macho se torna também o dono, quando à atracção sexual se acrescenta uma necessidade económica, verifica-se que a mulher se adapta à sua feminilidade de forma excessiva: “It is not the normal sex-tendency, common to all creatures, but an abnormal sex-tendency, produced and maintained by the abnormal economic relation which makes one sex gets its living from the other by the exercise of sex-functions. This is the immediate effect upon individuals of the peculiar sexuo-economic relation which obtains among us.” (1898:39). Esta adaptação em excesso é transmitida aos filhos, sendo, assim, implantada na constituição humana a tendência mórbida para o exagero da distinção sexual²⁵. Neste contexto, Gilman defende que tudo o que é considerado feminino ou masculino é uma característica sexual. Em consequência, ser distinguida pela feminilidade é ser distinguida de forma sexual e, como tal, ser excessivamente feminina é ser excessivamente sexuada. Contudo, verifica-se que no homem as características sexuais não são tão acentuadas, na

²⁵ Na opinião de Ann J. Lane, a definição de Gilman de “distinção sexual” é ingénua e idiossincrásica. No seu vocabulário, a expressão “over-sexed” refere-se a um excesso das distinções sexuais primárias e secundárias. Gilman acreditava que o excesso se manifestava no domínio das características sexuais secundárias e que algumas dessas características eram de natureza física e outras, de natureza comportamental. Convém referir, no entanto, que esta teoria não se aplica à mente humana: “There is no female mind. The brain is not an organ of sex. As well speak of a female liver” (1990), p. 238.

medida em que as suas capacidades se desenvolveram de acordo com o progresso humano. De facto, através do crescimento da indústria, do comércio, da ciência, do governo, da arte e da religião, o macho da espécie humana tornou-se mais humano do que macho. Para o homem, o domínio específico da sexualidade não passa de um pormenor, de um incidente, enquanto para a mulher as especificidades do seu sexo são tudo, já que no sexo feminino a valorização das características sexuais faz-se sentir de forma constante nos domínios físico, psíquico, social e ético. Com base nesta influência negativa, a autora analisa cada um destes domínios, começando por afirmar que, fisicamente, a mulher é capaz de exercer variadas funções. Quando lhe é dada essa oportunidade, ela desenvolve-se de acordo com a actividade que desempenha e não é menos mulher por ser um ser humano saudável. No caso de lhe serem restringidos os domínios de acção, constata-se que a mulher só se desenvolve nas áreas que lhe são permitidas. Partindo do princípio de que, normalmente, estas restrições lhe permitem actuar apenas em áreas de actividade sexual, atesta-se que o corpo da mulher manifesta, predominantemente, uma distinção baseada nas características sexuais. Assim, poder-se-á afirmar que o “eterno feminino” significa, simplesmente, “eterno sexual”, de tal modo que a pequenez e a fragilidade femininas são características baseadas no sexo. Ao serem levadas ao extremo, estas características conduziram à concepção da mulher conhecida como “o sexo mais fraco” (1898:40-5).

Do mesmo modo, o grau de debilidade e estupidez associado às mulheres, a incapacidade para correrem, saltarem, escalarem e desempenharem outras funções características da espécie, denota a valorização excessiva das características que distinguem os sexos e a transmissão desta fragilidade às crianças (rapazes e raparigas) retarda o

desenvolvimento humano. Com este estudo, Gilman conclui que as mulheres fortes, livres e activas não são, devido à sua perseverança humana, piores mães, já que é a delicadeza feminina civilizada que faz das mulheres péssimas mães:

The relative weakness of women is a sex-distinction. It is apparent in her to a degree that injures motherhood, that injures wifehood, that injures the individual. The sex-usefulness and the human usefulness of women, their general duty to their kind, are greatly injured by this degree of distinction. In every way the over-sexed condition of the human female reacts unfavorably upon herself, her children, and the race.

(1898:46-47)

No domínio das manifestações psíquicas, Gilman recua aos primeiros anos de vida de ambos os sexos e analisa os comportamentos dos pais face aos rapazes e às raparigas. Em *Women and Economics*, a postura da autora revela-se bastante perspicaz ao confrontar o leitor com a constatação de que as mulheres são vista como “o sexo”, que as características sexuais se manifestam logo na infância e, que, como tal, os brinquedos das raparigas e dos rapazes são diferentes. A excessiva distinção das características sexuais dos dois sexos surge, precocemente, no desenvolvimento da criança, visto que um dos primeiros aspectos inculcado nos bebés é o facto de serem rapazes ou raparigas. Obrigados a perceberem a realidade de modos diferentes e a serem distinguidos de forma evidente, as crianças são vestidas de maneira distinta, renunciando-se às suas necessidades pessoais, muito semelhantes neste período de desenvolvimento psíquico. Na opinião de Gilman, obrigar a rapariga a usar determinadas roupas que interferem com a sua actividade física, promovendo uma consciência sexual prematura, é a prova mais evidente da insistência da sociedade androcêntrica na distinção sexual. Além das diferenças no vestuário dos rapazes e das

raparigas, são esperados comportamentos opostos, que a autora resume em duas palavras: ao rapaz diz-se “faz”, à rapariga diz-se “não faças”²⁶. Do rapaz espera-se que cuide da irmã, mesmo que esta seja mais velha, pelo simples facto de ser rapaz, isto é, por uma questão de sexo: ele vai ser homem, razão explicativa para tudo, e ela vai ser apenas mulher (1898:54, 56). Estas atitudes diferentes face aos dois sexos são exploradas em *The Man-Made World* onde a autora reitera que os rapazes e as raparigas são encorajados, desde o início, a demonstrarem sentimentos masculinos e femininos, que se traduzem nas brincadeiras de infância. No caso de o rapaz partir objectos e berrar afirma-se, orgulhosamente, que ele é um rapaz e que, por isso, estas atitudes são normais. Paralelamente, se a rapariga brinca com bonecas e fica angustiada quando o irmão as estraga, diz-se, de forma convincente, que ela é já uma mãe perfeita. Esta bipolarização é assim expressa por Gilman: “We do not expect the little boy to manifest a father’s love and care for his imitation child—but we do expect the little girl to show maternal feelings for her imitation baby.” (1911:110).

Consciente de que os instintos sexuais só se desenvolvem numa fase posterior do desenvolvimento da criança, Gilman declara que é uma monstruosidade incentivar as crianças a demonstrarem sentimentos e a terem comportamentos que evidenciam as suas características sexuais na infância. Este não é o período adequado para este tipo de manifestações psicosexuais e o facto de as crianças serem encorajadas e admiradas revela a condição excessivamente sexual da sociedade, que assenta em valores masculinos. Deste modo, a ênfase colocada nas características sexuais de ambos os sexos determina o processo psíquico dos rapazes e das raparigas que, desde crianças, são educados de acordo com os

²⁶ No original, as expressões utilizadas pela autora são “Do” e “Don’t” respectivamente.

padrões androcêntricos. É assim que as brincadeiras de infância são decisivas para a formação das características psicológicas e para as posturas assumidas na vida adulta: “She has her doll and her tea set. She “plays house”. If very active she may jump rope, in solitary enthusiasm, or in combination of from two to four. Her brother is playing games. From this time on he plays the games of the world” (1911:111-12).

Depois de explorar os domínios físico e psicológico, Gilman debruça-se sobre as consequências negativas da supremacia masculina na posição social do sexo feminino. Em termos sociais, o domínio de acção das mulheres está confinado ao lar – o local sagrado, o centro e a circunferência, o princípio e o fim da sua vida. Esta clausura do ser feminino é uma consequência directa do casamento. A mulher é educada e exibida para contrair matrimónio e a jovem rapariga casa porque essa é a única saída para a fortuna e para a vida. Neste sentido, a mãe assegura a vantagem económica da filha ao prepará-la para o “mercado” e educa-a para ser especialista na demonstração do seu poder de sedução aprendido e no uso de truques femininos.

Ao analisar a instituição do casamento, Gilman postula que, para o homem que se depara com a vida, o mundo é amplo. Os poderes que tem podem e devem ser utilizados. Se fizer uma má opção, pode optar novamente. Se não tiver sucesso num determinado negócio, poderá alcançá-lo num outro. As várias necessidades da humanidade exigem do homem múltiplos serviços através dos quais ele pode encontrar a sua grandeza. Aquilo que o homem quer ser, pode esforçar-se por ser. Aquilo que quer ter, pode lutar para ter: riqueza, poder, distinção social, fama e escolha de uma esposa.

Para a mulher, pelo contrário, há sempre o mesmo mundo, as mesmas energias, os

mesmos desejos e ambições. Tudo aquilo que ela deseje ter ou fazer vem, obrigatoriamente, de uma única escolha. A riqueza, o poder, a distinção social, a fama, a casa, a felicidade, a reputação a segurança, o prazer, o pão e a água, que asseguram a sua sobrevivência, todos advêm de um pequeno anel de ouro (1898:71). Esta dualidade comportamental surge explicitada em *The Man-Made World* de forma transparente e radical. Nesta obra, a autora afirma que sempre se pensou nos homens como os representantes da espécie e na mulher como acompanhante e assistente subordinada meramente essencial para a função procriadora. Tendo a mulher ocupado sempre uma posição de apêndice relativamente ao homem, aceitou-se, sem questionar, desde o início da humanidade, que “mankind” significava “menkind” e que o mundo pertencia aos machos (1911:17, 20). Por conseguinte, uma vez casada, a mulher tem a seu cargo a gestão do lar e da família. As mulheres do mundo educam os filhos, cozinham, lavam, limpam o pó e costuram para os maridos. Esta relação, assumida por ambos os sexos como sendo o comportamento “natural” do sexo feminino, perpetua-se ao longo das gerações, onde o pai tirano espera ser servido pela filha e o marido dominador, pela mulher.

A veracidade desta transmissão de valores e de comportamentos reside em dois processos, apresentados em *Women and Economics*, que justificam a aceitação de tratamentos diferentes para sexos distintos. O primeiro destes processos é a lei da adaptação segundo a qual os organismos, através da repetição, se adaptam ao meio ambiente. Deste modo, os hábitos culturais com que os indivíduos se deparam desde que nascem acabam por passar despercebidos e por serem considerados normais (1898:79). O segundo aspecto que minimiza a percepção da realidade é a lei da personalização. A relação sexual envolve um

homem, a sua esposa, os seus filhos e, por isso, a família só consegue ver a sua realidade parcelar, ignorando o que se passa nos outros casais. Como consequência, atribui-se o sofrimento que se sente ao comportamento incorrecto de um homem específico e nunca se pensa nas coisas como sendo o resultado de uma condição comum a todas as mulheres. Um exemplo concreto da vida familiar é a atitude da mãe face à rapariga no que respeita à relação sexual. Salvo raras excepções, a mãe não prepara a filha para aquilo que a vida lhe reserva, deixando a ignorância, a inocência, a doença, o pecado e a dor perpetuarem-se ao longo das gerações (1898:84-5).

Esta realidade opressora é, ainda, corroborada por Gilman em *The Man-Made World*, quando afirma que as mulheres aceitam as convenções impostas pelos homens, repetindo-as e inculcando-as nas filhas. Assim, a mulher é mantida em casa e, supostamente, a sua natureza feminina delimita-lhe a vida de forma satisfatória enquanto a sua natureza humana é completamente ignorada (1911:165).

Admitindo que os hábitos enraizados estão correctos, não há, por parte da sociedade, desejo de mudança e o esforço é feito no sentido de se fazer uma transmissão fiel dos valores da sociedade patriarcal. Na óptica da autora, as mulheres, destinadas divinamente para o casamento, ficam honradas, mas economicamente dependentes dos maridos. Esta condição servil desenvolve no sexo feminino qualidades psíquicas de servitude, impedindo-o de ser responsável por si e de assumir as consequências das suas acções. O problema é explicitado nos seguintes termos:

An intense self-consciousness, born of the ceaseless contact of close personal relation; an inordinate self-interest, bred by the constant personal attention and service of this relation; a feverish, torturing, moral sensitiveness, without the width and clarity of vision of a full-grown moral sense; a thwarted will, used to meek surrender, cunning evasion, or futile

rebellion; a childish, wavering, short-range judgement, handicapped by emotion; a measureless devotion to one's own relatives, and a maternal passion swollen with the full strength of the great social heart, but denied social expression, – such psychic qualities as these, born in us all, are the inevitable result of the sexuo-economic relation.

(1898:337)

Em resultado desta filosofia de vida, as mulheres mantêm-se subdesenvolvidas e não podem exprimir as suas ideias, limitando-se, por isso, os seus processos de pensamento e a sua capacidade de julgar.

Tendo em atenção que este estado redutor impede o desenvolvimento saudável da raça, Gilman explica, em *The Man-Made World*, o funcionamento da família patriarcal, dizendo que o macho dominador e ciumento tem a mulher como propriedade e considera-a sempre sua. Assim, não podendo pertencer a si própria, aos filhos ou ao mundo, a mulher é cercada com várias restrições: as de carácter moral são-lhe impostas através das doutrinas opressivas de submissão, ensinadas pelas religiões androcêntricas, e as de carácter mental são-lhe inculcadas através do incentivo da ignorância (1911:96).

No que respeita às influências masculinas no domínio da ética, verifica-se que a sociedade androcêntrica tem atitudes morais diferentes para cada um dos sexos. Em *The Man-Made World* a autora começa por afirmar que as noções de ética lidam quase exclusivamente com proibições. Neste sentido, o homem, ao confinar as mulheres ao desempenho de funções femininas, exigiu-lhes que fossem virtuosas, de acordo com o padrão dos valores masculinos. De todas as virtudes femininas, a que impera e a que classifica moralmente a mulher é a castidade. Na óptica de Gilman, o problema não reside no facto de se exigir que as mulheres sejam castas, visto que dessa prática depende o

desenvolvimento saudável da espécie. A injustiça relaciona-se, mais uma vez, com a prepotência do sexo masculino que, ao considerar a castidade como uma virtude das mulheres, se exclui a si próprio de a praticar: “It is essential to the best growth of humanity that we practice the virtue of chastity; it is a human virtue, not a feminine one. But in the masculine hands this virtue was enforced upon women under penalties of hideous cruelty, and quite ignored by men.” (1911:133-4). Depois destas considerações, a autora conclui que as éticas masculinas, constituídas por instintos masculinos, reconhecem a validade da castidade para as mulheres, chegando a puni-las por não serem virtuosas, mas não aplicam qualquer tipo de sanção ao sexo masculino. Perante esta realidade, que circunscreve os princípios morais apenas às mulheres, a autora afirma: “Ethical laws are laws— not idle notions. Chastity is a virtue because it promotes human welfare— not because men happen to prize it in women and ignore it themselves.”(1911:134).

Destas situações de reclusão em todos os domínios da vida humana, Gilman deduz que metade da humanidade se manteve imóvel, enquanto a outra metade foi evoluindo. Incutiu-se um tipo de qualidades em metade da espécie e outro na outra metade, pois tudo foi feito para ensinar os homens a serem fortes e as mulheres a serem covardes. Educaram-se os homens com as qualidades sociais mais úteis que se foram desenvolvendo com a pressão das condições económicas, enquanto às mulheres se ensinaram apenas as qualidades pessoais vantajosas para o sexo masculino: “We have made a creature who is not homogeneous, whose life is fed by two currents of inheritance as dissimilar and opposed as could be well imagined. We have bred a race of psychic hybrids, and the moral qualities of hybrids are well known.” (1898:331).

Partindo do pressuposto de que a maternidade é a função da mulher por excelência, e tendo em conta a relação sexo-económica que domina a sociedade androcêntrica dos princípios do século XX, Gilman tenta provar que as restrições impostas ao sexo feminino prejudicam o desempenho das suas funções de mãe. Com consequências graves para a educação da criança, que nasce com um pai que se desenvolveu no tempo e com uma mãe que estagnou, o tipo de maternidade praticado na sociedade dominada por valores masculinos é, portanto, incorrecto e insuficiente.

Enquanto agente principal na reprodução, a mãe é venerada com base no campo fisiológico. Enquanto agente principal no desenvolvimento do amor, a maior aspiração humana, a mãe é a fonte de todo o crescimento do ser humano. Sendo primeira e última educadora, ela molda exteriormente aquilo que fez interiormente. Atente-se no seguinte passo que explica a razão da reverência pela mãe: “... as she is the visible, tangible, lovable, living type of all this, the being in whose person is expressed the very sum of good to the individual, it is no wonder that our strongest, deepest, tenderest feelings cluster about the great word “mother”” (1898:177). A maternidade, quando desempenhada correctamente, tem como objectivo principal transformar a criança num ser melhor que os pais, transmitindo-lhe o carácter dos seus antepassados e renovando a raça humana através do poder de mãe. Nos seres humanos, este objectivo é servido por dois processos: o primeiro actualiza-se através da função individual da reprodução e o segundo, por meio da complexa função social da educação. Desta premissa resulta, para Gilman, a certeza de que, sendo a educação uma função social que pertence à espécie, o desenvolvimento da criança exige não só o amor e os cuidados da mãe, mas também os cuidados e a instrução de todas as outras pessoas: “So

largely is this true that it may be said in extreme terms that it would be better for a child to-day to be left absolutely without mother or family of any sort, in the city of Boston, for instance, than to be supplied with a large and affectionate family and be planted with them in Darkest Africa" (1898:180).

Todavia, na sociedade androcêntrica, a maternidade não funciona como uma função social. A argumentação de Gilman começa por tornar claro o carácter desvantajoso da maternidade e, nesse sentido, a autora declara que a maior justificação para a submissão das mulheres é a suposta vantagem de ser mãe, que resulta numa especialização da mulher para o desempenho desta função. Esta posição apresenta, segundo ela, dois pontos fracos. Em primeiro lugar, as vantagens da maternidade não podem ser provadas; em segundo lugar, a mulher não se especializa no desempenho das funções da maternidade, mas nos usos da indulgência sexual. Como as mulheres são economicamente dependentes do marido, as suas vantagens económicas dependem do poder de atrair e conseguir obter a devoção do homem. E este não é o poder da maternidade. Pelo contrário, esta função, ao reduzir a capacidade de sedução e ao ocupar o tempo da mãe, não dá o prazer nem o lucro obtido pelas mulheres que não são mães. É através da relação sexual que a mulher mais lucra (1898:169). Deste modo, a maternidade não é assim tão vantajosa como parece e, no caso dos seres humanos, o seu desempenho está muito abaixo do desempenho da maternidade noutras espécies. Esta deficiência deve-se à natureza da relação sexo-económica existente entre macho e fêmea humanos, tornando-se imprescindível, para melhorar o exercício da maternidade, a liberdade económica da mulher.

Tendo provado que ser mãe não é de todo uma vantagem que justifique a clausura e a

submissão das mulheres ao sexo masculino, a autora explica a situação em que se encontram a maternidade e o papel da mãe neste processo. Quanto mais a mulher é segregada para as funções do sexo, ficando proibida de exercer qualquer função económica e, portanto, completamente dependente da relação sexual para sobreviver, mais patológica é a maternidade. O excesso das características sexuais da mulher, imposto pela dependência económica, prejudica as suas funções essenciais. Na opinião de Gilman, o problema começa desde cedo, na medida em que as mulheres quando são mães, não o sabem ser, porque não foram educadas para tal função. Como a máquina social que constitui o mercado universal do casamento não tem um departamento para assistir ou desenvolver a maternidade, as mulheres são educadas numa atitude que é absolutamente inconsciente e injuriosa para o desempenho futuro da função de mãe. As palavras da autora demonstram que as mulheres são treinadas, unicamente, para atraírem o sexo oposto com fins económicos: “This is as though all men were to be soldiers with the fate of nations in their hands; and no man told or taught a word of war or military service until he entered the battle-field!” (1898:193). Como consequência, esta função humana é deixada de geração para geração nas mãos de mulheres, que nada sabem sobre a mais importante das funções humanas, até que são obrigadas a desempenhá-la seguindo o que lhes diz o instinto maternal²⁷. Perante esta realidade, a autora constata que à medida que a humanidade avança, crescendo mais complexa e variada, e à medida que o intelecto humano se vai desenvolvendo para acompanhar novas funções e

²⁷ Na óptica de Gilman, o instinto maternal, enquanto instinto não merece qualquer tipo de reverência e deve ser avaliado apenas como um meio para atingir um fim. A razão de ser desta opinião é apresentada da seguinte forma: “Maternal instinct is a very respectable and useful instinct common to most animals. It is “divine” and “holy” only as all the laws of nature are divine and holy; and it is such only when it works to the right fulfilment of its use.” (1898), p.194.

necessidades, o valor do instinto diminui.

Partindo da asserção de que a razão e a vontade são os factores que permitem o desenvolvimento do ser humano, Gilman conclui que a mulher negou todas as actividades que desenvolveram a inteligência do homem e a educação da vontade que só se consegue pela liberdade e pelo poder, tendo mantido apenas intactas as forças rudimentares do instinto. Por essa razão, as crianças da humanidade continuam a nascer em braços de mães que não foram educadas para desempenhar a maternidade e que, por isso, não educam nem têm experiência. A única coisa que trazem consigo é a força acumulada de um instinto bruto que justifica uma paixão e devoção cegas pelos filhos. Além disso, o amor maternal é uma força imensa, que tem que ser direccionada (1898:193-5), pois amar instintivamente não ajuda a criança, a menos que atitudes específicas expressem esse amor. A autora justifica a sua posição com a seguinte pergunta: “Can maternal instinct discriminate between Marrow’s Food and Bridge’s Food, Hayrick’s Food and Pestle Food, Pennywhistle’s Sterilized Milk, and the other infants’ foods which are prepared and put upon the market by— men!” (1898:196).

Argumentando, em suma, que a educação é uma função social e que as mulheres não aprendem a ser mães, Gilman postula, de forma inovadora, que a mãe biológica faz menos pelo seu filho do que qualquer outra mãe no mundo. O conhecimento necessário do mundo, indispensável para qualquer ser humano, não pode ser dado pela mãe, porque ela não o possui. Todo este conhecimento é dado por outras mãos e por outros cérebros que não o da mãe biológica. Atente-se no seguinte passo:

... the best service and education a child can receive involve the accumulated knowledge and exchanged activities of thousands upon thousands besides his mother,—the fathers of the race. ... The gain in human education thus far has not been acquired or distributed through the mother, but through men and single women; and there is nothing in the achievements of human motherhood to prove that it is for the advantage of the race to have women give all their time to it.

(1898:190)

Segundo esta autora, a mulher que trabalha é, normalmente, uma melhor reprodutora do que a mulher que é só mãe, não se compreendendo, por isso, o papel submisso das mulheres que dedicam a sua vida ao marido e aos filhos, sem nunca serem consideradas seres humanos. A este propósito, pode ler-se, em *Women and Economics*, um exemplo hipotético que é digno de transcrição por demonstrar a dimensão da perspicácia de Gilman:

An extra-terrestrial sociologist, studying human life and hearing for the first time of our so-called “maternal sacrifice” as a means of benefiting the species, might be touched and impressed by the idea. “ How exquisitely pathetic and tender! One half of humanity surrendering all other human interests and activities to concentrate its time, strength, and devotion upon the functions of maternity! To bear and rear the majestic race to which they can never fully belong! To live vicariously forever, through their sons, the daughters being only another vicarious link! What a supreme and magnificent martyrdom!” ... He would view with intense and pathetic interest the endless procession of girls, born as human as their brothers were, but marked down at once as “female”—abortive type—only use to produce males.”

(1898:191)

Certa, então, de que a maternidade, característica da sociedade dominada pelos homens, é patológica, Gilman postula que, para além da falta de preparação das mulheres para serem mães e da influência negativa dos valores androcêntricos no seio familiar, o conceito de lar, associado ao de casamento, contribui para a educação precária das crianças. No seu estudo, Gilman começa por fazer uma distinção importante entre duas instituições

independentes que são vulgarmente fundidas, sublinhando que o casamento e a família são duas instituições e não uma. O casamento é uma forma de união sexual reconhecida e sancionada pela sociedade. É uma relação entre duas ou mais pessoas, de acordo com a tradição do país, e implica obrigações mútuas. Apesar de se ter feito do casamento uma relação económica, este laço não é, na sua essência, um compromisso económico. A família é, por sua vez, um grupo social, uma entidade moral, um pequeno estado. Tem um papel importante na evolução da sociedade, mas nada tem a ver com o casamento.

Por outro lado, o lar, ao ser associado a estas duas instituições, assume um papel especial na dinâmica das relações entre os sexos e, conseqüentemente, na educação dos filhos. Gilman explica que apesar de se associar o lar a um lugar sagrado, que protege, alimenta e permite ao ser humano crescer, também é verdade que as emoções mais fortes da humanidade têm lugar no exterior do lar. Só quando se vive, se pensa, se sente e se trabalha fora de casa, é possível ao ser humano desenvolver-se, civilizar-se e socializar-se (1898:221).

Esta ideia contraria a vivência de outros tempos em que se considerava que o melhor sítio para a criança se desenvolver era o lar, visto que, nesta fase em que a relação familiar é apenas uma parte da vida das pessoas e os deveres da humanidade se impõem entre os indivíduos na relação social, as crianças têm novas necessidades. Isto não significa uma destruição do círculo familiar, ou do lar, ou a separação entre mãe e criança. Significa uma mudança na base da relação familiar através da anulação das suas fundações económicas e de uma mudança no método da educação infantil.

Esta proposta parte do pressuposto de que toda a vida humana está aberta ao

desenvolvimento e de que a maternidade não é excepção, sendo, por esse motivo desastrosos os resultados da vida familiar androcêntrica. Esta postura é assumida por Gilman em *The Man-Made World*, obra em que defende que a família patriarcal, ao confinar a educação da criança ao lar, impede que a rapariga tenha consciência do que é o mundo, perspectivando este campo proibido como propriedade exclusiva dos homens. A única realidade que ela conhece é que o homem, enquanto pai e marido, a vai alimentar, vestir e adornar, e que, em troca, ela o servirá. Desta forma, a rapariga vai fazendo a sua escalada desde a submissão de filha até à submissão de mulher, de uma casa para a outra, nunca chegando a entrar no mundo que pertence ao sexo masculino. Por outro lado, o rapaz considera que a casa é o lugar da mulher, um espaço inferior do qual procura, crescendo, fugir para encontrar o mundo real. O erro está no facto de este instinto social que anseia pelo exercício social em pleno, pela troca de experiências e pelo trabalho, ser considerado masculino, em vez de ser visto como um instinto humano característico dos rapazes e das raparigas. Como resultado destas limitações, a criança é afectada, em primeiro lugar, pelo subdesenvolvimento da mãe, em segundo lugar pelas condições prisioneiras da casa e, finalmente, pelos ideais errados que decorrem destas condições (1898:41).

Delineados os males da sociedade androcêntrica, dominada por valores masculinos, Gilman conclui que o desenvolvimento excessivo das características sexuais da mulher a impede de progredir em termos humanos, ficando eternamente numa situação de dependência económica. Proibida de participar nas actividades do mundo e forçada a ser empregada do marido, a mãe é incapaz de dar uma educação adequada aos filhos que, ao adquirirem os conceitos de “comportamento masculino” e de “comportamento feminino”,

vão contribuindo para a perpetuação da sociedade de “dois pesos e duas medidas”. Ao encarar esta realidade, subvertida pela influência masculina em todas as áreas da vida, Gilman propõe várias mudanças que, na sua óptica, estavam já a surgir nos inícios do século XX e constituem solução para acabar, ou pelo menos, minorar a supremacia do homem sobre a mulher.

A primeira destas alterações prende-se com a libertação da mulher em termos económicos, físicos e morais. Em *Women and Economics*, a autora considera que se está a verificar um aumento do desejo de as raparigas serem independentes, terem uma profissão e de se recusarem a pedirem dinheiro aos maridos e aos pais. Cada vez mais, pais e maridos dão às filhas e às mulheres uma conta bancária própria, como se pode ler no seguinte passo:

“More and more do fathers give their daughters, and husbands their wives, a definite allowance,— a separate bank account,— something which they can play is all their own. The spirit of personal independence in the women of to-day is sure proof that a change has come.” (1898:152).

Em termos físicos e morais, a mulher está a deixar de ser uma mera criatura sexual para ser um ser humano desenvolvido na sua plenitude, sem por isso deixar de ser mulher. Aquilo que alarma a sociedade perante a possibilidade desta mudança é a visão errada de que as funções da raça são masculinas. Há uma tentativa de fazer crer que as mulheres se vão tornar assexuadas e masculinas ao assumirem estes deveres humanos. Na verdade, não se consegue demonstrar que as mulheres começam a ter características masculinas. A única coisa que se pode observar é que as mulheres que trabalham continuam a ser mulheres: “...the “ new woman” will be no less female than the “old” woman, though she

has more functions, can do more things, is a more highly specialized organism, has more intelligence.” (1898:160). Além disso, o rápido alargamento das funções da mulher moderna nada tem a ver com troca de tratos masculinos e femininos. É, simplesmente, um progresso no processo de desenvolvimento humano das características comuns a ambos os sexos. Assim, aqueles que se opõem ao trabalho feminino com o argumento de que as mulheres não devem competir com os homens nem lutar pela sua existência, vêem o trabalho apenas como uma forma de ganhar dinheiro (1898:158-60).

A mudança na estrutura económica da relação entre os sexos só é possível se houver um aumento do acesso das mulheres à educação. Embora isso se comesse a verificar na época de Gilman, a autora alerta as mulheres para a necessidade de transformar o que ainda era uma excepção na regra geral para ambos os sexos. Em *The Man-Made World*, a autora explica a forma como a educação sempre foi, e continua a ser, transmitida, dizendo que o processo original de educação dada pela mãe foi negligenciado no mundo masculino. Esse processo sempre foi considerado uma função sexual subsidiária da mulher e, como tal, deixada ao seu instinto.

A veracidade dos factos demonstra que uma educação consciente foi dada aos rapazes, tendo a educação da rapariga ficado entregue ao instinto da mãe, que ensinava apenas o que sabia. Esta postura mostra, por um lado, o absolutismo do pressuposto de que o mundo é feito de homens e de que só os homens se adaptavam ao mundo e, por outro, de que as mulheres não são parte do mundo e, por isso, não é necessário ensiná-las. Perante o postulado universal de que o sexo masculino é a humanidade e de que o mundo é masculino e só para os homens, os esforços das mulheres foram recebidos como uma tentativa de se

tornarem homens. Devido a este preconceito androcêntrico de que ser mulher é ser ignorante, sem educação, e ser homem é ser inteligente e educado, a extensão às mulheres de uma educação igual à dos homens era alvo de oposição constante. Ao ver na mulher apenas sexo, o homem confina-a aos meros interesses femininos (1898:145-7). A autora tem consciência de que esta é uma visão masculina por excelência, que este sistema de educação está cada vez mais desactualizado e que o aumento das qualidades dos seres humanos nas mulheres exige cada vez mais uma educação igual para o rapaz e para a rapariga. Com a independência económica das mulheres e com o seu livre acesso a uma educação igual à dos homens, seria possível um maior desenvolvimento das características humanas dos dois sexos, ao mesmo tempo que se poderia combater a influência negativa dos valores masculinos. Esta alteração implicaria uma segunda mudança que, na opinião da autora, deve ocorrer no lar e na relação familiar.

Esta concepção de que os interesses do lar têm que ser reformulados alargando-se à esfera social, leva Gilman a sugerir uma mudança radical na maternidade e, consequentemente, no tipo de educação dada ao rapaz e à rapariga. Ao apresentar a sua perspectiva, a autora esclarece que a alteração que propõe não é contra as verdadeiras relações da família, do casamento e da paternidade, mas sim contra a sub-relação que existe nas famílias, onde o homem é rei e senhor. Esta forma diferente de encarar a maternidade implica que a mulher exerça as suas faculdades humanas a nível social e deixe de se dedicar às tarefas domésticas em exclusivo. Consciente de que à medida que a raça se vai especializando e se vai tornando mais diferenciada, as linhas que regem as relações familiares se vão tornando mais ténues e as linhas complexas das relações sociais mais

fortes, Gilman transmite a ideia de que a maternidade deve ser uma actividade comunitária. Este conceito, avançado para a época e, provavelmente, ainda duvidoso no final do século XX, pressupõe uma mãe economicamente livre, uma empregada do mundo e não da casa, uma mulher que conheça o mundo e viva nele (1898:267).

Todavia, este novo conceito, apresentado pela autora americana, colidia com a realidade retrógrada experienciada na sociedade androcêntrica que se organizava numa base sexual e religiosa. Aquilo que a criança vai apreendendo do mundo que o rodeia é que a mãe foi feita para esperar pelas pessoas, para preparar o jantar, para cuidar dos afazeres da casa, e que o homem é feito para trazer os bens para casa, sendo-lhe as coisas imploradas de acordo com as circunstâncias. Ela aprende ainda que os bebés são o centro das atenções, que passam de mão em mão como forma de divertimento e que são postos de lado sem se ter em conta as suas preferências.

O esclerosamento desta gestão familiar na sociedade androcêntrica foi-se acentuando à medida que a organização civil se foi tornando nacional, e se foi desenvolvendo o sentido de dever para com o estado. Da mesma forma, a organização laboral foi-se alargando às necessidades do dia-a-dia e ganhou-se um novo tipo de lealdade – a lealdade para com o trabalho. Neste estágio da vida humana, Gilman postula que o lar se mostra insuficiente, isolado e primitivo na educação das crianças. Isto não significa que o trabalho da mãe não implique sentido de lealdade e de dever, mas este dever terá de ser para com o indivíduo. Aquilo que ela é incapaz de acompanhar é a especialização do trabalho e a devoção das vidas humanas pelo desenvolvimento do seu trabalho. Ela é escrava dos seus deveres diários, mas não lhe ocorre aumentar a qualidade dos seus afazeres em benefício da humanidade.

Embora o texto de *Women and Economics* ilustre a situação precária da maternidade, é possível deduzir-se que a culpa não é da mulher, já que não se pode ensinar aquilo que não se sabe (1898:277). Sob este ponto de vista, o que é desejável é que a criança aprenda, o mais cedo possível, que a vida humana significa muita gente, para, desta forma, poder ser mais feliz, mais forte e sentir-se mais útil. Em termos práticos, a sugestão da autora americana passa pela capacidade de as mães deixarem de concentrar as suas capacidades apenas nos filhos, devendo ser colocadas em locais de trabalho onde os seus talentos, o seu conhecimento e a sua experiência possam beneficiar o maior número de crianças possível. Se não estiver em contacto permanente com o filho, a mãe continua a amá-lo, talvez mais do que antes, oscilando entre a vida do filho e a sua própria vida e regressando a cada uma delas com mais entusiasmo. Atente-se na seguinte afirmação:

She can keep the deep, thrilling joy of motherhood far fresher in her heart, far more vivid and open in voice and eyes and tender hands, when the hours of individual work give her mind another channel for her own part of the day. From her work, loved and honored though it is, she will return to the home life, the child life, with an eager, ceaseless pleasure, cleansed of all the fret and friction and weariness that so mar it now.

(1898:290)

Além disso, ao acostumarem-se com a ideia de muitos bebés para além dos seus filhos, as mães começariam, por um lado, a perceber melhor esta fase da vida e, por outro, a reconhecer as diferenças entre os bebés e a criarem um novo ideal para o seu trabalho de mães.

Segundo Gilman, esta mudança no conceito de maternidade é uma boa razão para a alargar à esfera social, pois, se as mães continuarem a centrar-se nos seus filhos, não

conhecendo outros, esta paixão, baseada no instinto, continuará a subestimar as qualidades humanas na criança. Para além disso, esta mudança daria à mãe horas livres como ser humano, como membro de uma comunidade civilizada, como produtora económica e como indivíduo realizado. Por outras palavras, esta liberdade, este crescimento, este poder, fariam da mulher uma mãe mais inteligente, mais forte e mais nobre, que não seria excluída da função de educadora, mas poderia ser ajudada pelos professores e pela escola nessa função (1898:288-9). A autora conclui destas premissas que a mãe economicamente independente, transformada pelo serviço social, fará um serviço mais produtivo como mãe, e que nada pode ser melhor para o desenvolvimento dos interesses da humanidade do que os cuidados correctos e o amor alargado da maternidade organizada (1898:294). Paralelamente a este alargamento das funções de mãe, Gilman propõe também uma libertação do sexo feminino dos trabalhos domésticos, reestruturando a casa e transformando a mulher numa empregada do mundo. A primeira sugestão relaciona-se com a modificação dos hábitos androcêntricos que, em consequência da natural divisão do trabalho em linhas sexuais, assumiram o processo de nutrição como sendo uma prerrogativa feminina. Na opinião da autora, cozinhar não é uma função da mulher. A selecção e a preparação da comida deveria ser feita por pessoas especializadas, sendo a mulher encarada como a companheira emocional do homem e não como uma empregada que lhe satisfaz os vícios físicos. Porém, alimentar o mundo por pessoas especializadas que usam os conhecimentos da ciência e a sua experiência é impossível na relação sexo-económica. Além disso, enquanto se considerar a arte de cozinhar uma função de sexo, comum a todas as mulheres, e o acto de comer uma função familiar, não se pode evoluir. Assim o demonstram as seguintes afirmações:

So the art of cooking can never be lifted to its true place as a human need and a social function by private service. It should be a reputable, well-paid profession, wherein those women and those men who were adapted to this form of labor would become cooks, as they would become carpenters. ... and we should have large, new avenues of lucrative and honorable industry, and a new basis for human health and happiness.

(1898:239-40)

Para a resolução do problema, Gilman propõe que cozinhar se torne uma profissão honrada e paga como qualquer outra. Quando as mulheres reconhecerem que o seu papel como cozinheiras é uma função social e não sexual, poderão, então, desempenhar melhor as suas tarefas, e contribuir, dessa forma, para o desenvolvimento da raça humana (1898:241).

No seguimento deste novo ponto de vista, a autora apresenta um modelo de vida diferente assente na reestruturação do espaço do lar. Na sua opinião, a casa deveria ser um espaço cómodo e bem equipado, concebido para mulheres que têm família e trabalham. No lar idealizado por Gilman, não haveria cozinhas individuais, as refeições seriam confeccionadas num espaço comunitário, pertencente ao edifício, e as famílias seriam servidas nos quartos ou numa sala de jantar comum. Além disso, a limpeza seria feita por profissionais contratados pelo administrador do edifício, para usufruto das famílias. Finalmente, no telhado haveria um jardim com educadoras e professoras que assegurariam os cuidados infantis (1898:142). Como consequência, a comida seria melhor e mais barata, qualificações aplicáveis ao trabalho doméstico e às necessidades comuns em geral. Por outro lado, esta divisão do trabalho doméstico requeria o serviço de menos mulheres, e por menos horas, libertando-as para a participação na esfera social. Veja-se, neste contexto, o raciocínio de Gilman: “Where now twenty women in twenty homes work all the time, and

insufficiently accomplish their varied duties, the same work in the hands of specialists could be done in less time by fewer people; and the others would be left free to do other work for which they were better fitted, thus increasing the productive power of the world.” (1898:245)²⁸.

As mulheres, enquanto produtoras económicas escolheriam, naturalmente, aquelas profissões que fossem compatíveis com a maternidade, tornando-se mulheres do lar e do mundo, com capacidade de decisão e de pôr em prática as suas qualidades humanas. Com esta reestruturação na dinâmica do lar, a casa deixaria de ser um museu e tornar-se-ia na expressão pessoal dos seus ocupantes, o lugar de paz, de descanso, de amor e de privacidade. A autora conclui o seu ponto de vista sobre as vantagens deste novo sistema comunitário de forma contundente: “Woman will fill her place in those industries with far better results than are now provided by her ceaseless struggles, her conscientious devotion, her pathetic ignorance and inefficiency”²⁹ (1898:247).

Esta tentativa de transformar os domínios de acção privados em responsabilidades comunitárias tem como fundamento básico a ideia de que o ser humano é um ser social. Em *Women and Economics*, a autora expõe o seu ponto de vista de forma clara, começando por dizer que o mundo é feito de pessoas e, como tal, é preciso que os seres humanos se

²⁸ A propósito desta reestruturação do espaço doméstico, Frank Dietz afirma que Gilman não foi pioneira na defesa de tais mudanças. Na verdade, constata o autor, o trabalho de Gilman tem que ser entendido como parte de um longo debate sobre a questão do trabalho doméstico. Neste sentido, dever-se-á ter em atenção o movimento das “material feminists”, que começou em 1850, uma vez que estas mulheres advogavam já uma reforma dos trabalhos domésticos, por forma a libertarem as mulheres da clausura do lar: “Material feminists like Melusina Fay Pierce, Mary Livermore, or Mary Stevens Howland developed a critique of domestic labor which proposed a complete transformation of the spatial design and material culture of American homes, neighborhoods, and cities.”, Frank Dietz, *Indian Journal of American Studies*, (Vol.19, Nos.1&2, Winter & Summer, 1989), p.20.

²⁹ Veja-se, no próximo capítulo como este assunto é ficcionalizado por Gilman em *Herland*, cf. pp. 106-7.

relacionem uns com os outros. O que se verifica na sociedade manipulada pelos valores androcêntricos é que, ao exagerar-se a relação sexual, se assumiu que o desejo de uma relação humana mais diversificada era um desejo de uma relação sexual mais alargada e, por isso, indesejável (1898:304). Ao impedir-se que as mulheres participem nas relações sociais, pactua-se com o poder exclusivo da masculinidade que se impõe nas leis e na forma de governo. Na opinião de Gilman, as alterações sugeridas na dinâmica das relações familiares, na educação das crianças e na postura da mulher em todos os domínios da vida, provocarão uma mudança inevitável em termos políticos, permitindo o aparecimento de um sistema democrático. Desta forma, as leis não serão impostas às pessoas, mas sugeridas pelos cidadãos. O governo deixa de ser o órgão que dita as leis para ser uma organização que, em diálogo com as pessoas, assegura o serviço público. Em *The Man-Made World*, a autora americana tece algumas considerações sobre os efeitos benéficos desta forma de governo: “Democratic government is no longer an exercise of arbitrary authority from those above, ... In this change government ceases to be compulsion, and becomes agreement; law ceases to be authority and becomes co-ordination.” (1911:185). Tendo, portanto, em conta que o verdadeiro objectivo da vida está para além das relações sexuais, Gilman postula que o progresso da vida humana assenta no princípio de que homens e mulheres são seres dotados de qualidades humanas. Nesse sentido, ambos os sexos devem ter uma igualdade absoluta enquanto cidadãos, participando nas decisões políticas que regem o destino das sociedades e a evolução dos seres humanos. Concedida à mulher a possibilidade de exercer a sua feminilidade em liberdade absoluta, a igualdade de direitos e a liberdade de expressão

surgirão na relação entre os sexos: “An economic democracy must rest on a free womanhood; and a free womanhood inevitably leads to an economic democracy.” (1911:260).

Convicta de que a relação sexo-económica determina a relação entre os sexos, Charlotte Perkins Gilman constata que a condição física, psicológica, ética e social da mulher é condicionada pelos valores masculinos. Porque historicamente há uma tradição definida em termos da supremacia do homem, a mulher aparece circunscrita ao espaço da casa, não se desenvolvendo como ser humano. Vista como “o sexo”, são-lhe cortadas as oportunidades laborais e as possibilidades de participar activamente na esfera pública, considerada prerrogativa do sexo masculino. Neste sentido, a mulher vê o casamento como a única oportunidade para sobreviver e rende-se à evidência de que tem de ser sustentada pelo marido. A moeda de troca nesta relação económica é o desempenho das funções supostamente femininas que limitam a mulher aos papéis de esposa, dona de casa e mãe. Partindo do princípio de que a maternidade é uma função feminina por excelência, a autora problematiza os efeitos negativos da supremacia masculina na família e, consequentemente, na educação dos filhos. Ao negar que a educação e as actividades desempenhadas pela mãe pertencem ao domínio privado, Gilman sugere que a maternidade deve ser uma função comunitária, levada a cabo na esfera social, permitindo-se, desta forma, que a criança tenha acesso a uma educação de valores mais abrangentes conducente à sua formação como ser humano. Concomitantemente, são sugeridas alterações na estrutura do lar que transformam a mulher numa empregada do mundo e que asseguram o desenvolvimento saudável da espécie.

Uma vez liberta das restrições impostas pela relação sexo-económica, a mulher poderá desempenhar as suas funções de forma mais eficaz, participar na esfera pública e usufruir de uma educação igual à do sexo masculino. Reunidas estas condições, a sociedade passará a funcionar numa base democrática onde são valorizadas as qualidades humanas dos indivíduos em detrimento da valorização excessiva das características sexuais. Assim, ao serem tratados de forma igual e justa, os dois sexos poderão contribuir para a formação de gerações melhores, através de uma educação capaz, e para o nascimento de sociedades humanizadas.

As concepções sócio-económicas veiculadas em *Women and Economics* demonstram a consciência social de Gilman, bem como a sua tentativa de alertar ambos os sexos para os efeitos perniciosos de uma relação de poder baseada, quase exclusivamente, na valorização das características que distinguem o sexo masculino do sexo feminino. Convicta de que as mulheres são elementos fulcrais no progresso social, a autora idealiza uma sociedade organizada por elementos do sexo feminino e demonstra que a suposta inferioridade das mulheres não lhes é inata, mas antes inculcada por uma cultura androcêntrica. Estas tomadas de posição têm lugar, como se viu, em 1898 com *Women and Economics*, sendo retomadas e desenvolvidas, em 1911, na obra *The Man-Made World*.

Em 1915, *Herland* surgia como o país utópico no qual as mulheres eram seres humanos. É esta utopia que vai ocupar o espaço de reflexão do próximo capítulo.

CAPÍTULO III – Uma terra que seja delas: *Herland* ou a concretização na ficção de *Women and Economics*

We have not sinned.
We are not damned.
We do not need to be saved.
Our business is To learn and to Grow

*Gilman, Charlotte Perkins,
Social Ethics, 1914.*

Na sequência da apresentação da teoria sócio-económica de Charlotte Perkins Gilman, procurar-se-á demonstrar, neste último capítulo, que os princípios teóricos formulados em *Women and Economics* constituem a base ideológica de *Herland*, tal será feito através do estabelecimento de uma correlação entre as várias situações descritas nesta obra e os postulados apresentados no capítulo precedente.

Dado que *Herland* é uma obra de ficção, far-se-á, num primeiro momento, uma sinopse da acção, onde serão apresentados os personagens principais, caracterizados por um conjunto de tópicos relacionados com o seu aspecto físico, ou psicológico, através do qual se poderá clarificar os propósitos de Gilman ao subdividir os seus personagens em dois grupos: os que assumem comportamentos contrastantes com os previstos na sociedade androcêntrica, e os que actuam em conformidade com os preconceitos sexistas e redutores do sexo masculino.

Partindo desta referência preliminar aos participantes em *Herland*, passar-se-á a uma análise da forma como algumas questões fulcrais – maternidade, educação, organização social, relacionamento interpessoal – são vivenciadas nesse país utópico por contraposição à

experiência de uma sociedade real nesses domínios. Procurar-se-á, assim, demonstrar as ligações entre esta utopia e *Women and Economics*, uma vez que, como já foi referido, grande parte das posições teóricas assumidas por Gilman, em 1898, reaparecem na obra de ficção em estudo.

Desse confronto resultará, tal como acontecia em *Women and Economics*, a explicitação da teoria de Gilman, cujos objectivos serão complementarmente considerados através de uma outra obra sua – *With Her in Ourland*. Embora não constituindo o fulcro da análise em questão, *With Her in Ourland* contribuirá, pelo seu valor de continuidade e de resolução das questões colocadas, de forma prática, em *Herland*, e de forma teórica, em *Women and Economics*, para um entendimento mais global e preciso da proposta da autora americana.

* * * * *

Herland relata a viagem, física e intelectual, de três exploradores norte-americanos – Terry O. Nicholson, Jeff Margrave e o narrador da história, Vandyck Jennings.

A narrativa inicia-se com uma expedição científica a uma região montanhosa, da qual não havia mapas. Logo no início dessa expedição os três exploradores tomam conhecimento, através dos nativos, de lendas sobre um país misterioso povoado só por mulheres:

“ “ Up yonder,” “Over there” “ Way up”— was all the direction they could offer, but their legends all agreed on the main point — that there was this strange country where no men lived—only women and girl children.
None of them had ever seen it. It was dangerous, deadly, they said, for any man to go there.

(1915:4)

Simultaneamente curiosos e cépticos relativamente à existência de tal lugar, os três exploradores deixam os guias e, primeiro de barco, depois de biplano, partem para Herland³⁰. Estes homens representam, à partida, diferentes enfoques do chauvinismo masculino.

Van, o sociólogo racional, é a personagem masculina com pontos de vista mais moderados relativamente ao sexo feminino, uma vez que é o mais disponível e interessado em ouvir a filosofia das mulheres de Herland. Embora aparentemente céptico no início da narrativa, Van é influenciado pelas tradições e costumes desta terra feminina. Terry Nicholson é o vilão sexista e incorrigível que se insurge, de forma irascível, contra a forma de ser e de estar das habitantes. Na sua perspectiva, as mulheres são meros objectos sexuais que, apesar de protestarem, querem ser dominados pelos homens. Jeff, por contraste, é o sonhador romântico que idealiza as mulheres e as coloca num pedestal onde elas podem ser belas, inúteis e protegidas pelo sexo masculino. Os viajantes descritos, mal aterram em Herland são imediatamente apanhados pelas habitantes que os mantêm sob vigilância. Apesar de tentarem fugir, os três exploradores americanos são recapturados e enviados para uma fortaleza e durante esse período de clausura aprendem a história de Herland³¹, que é

³⁰ Para evitar possíveis ambivalências de discurso, sempre que sejam feitas referências a *Herland*, texto, a palavra surgirá em itálico. Todas as referências a Herland, país, não terão qualquer distinção gráfica.

³¹ O nome “Herland” é dado por Terry, a única personagem a atribuir um nome ao país. Este explorador começa por chamar-lhe “Feminisia” (9), seguindo-se-lhe o título “Ladyland” (12), antes de optar pelo termo “Herland” (14), no final do primeiro capítulo. Contudo, nos últimos parágrafos do texto, quando Terry é expulso do território, chama-lhe “Ma-land” (145). Enquanto o nome “Herland” parece resumir a história do texto – um país de mulheres com uma sociedade exclusivamente feminina – o termo “Ma-land” denota um cariz depreciativo inerente à situação de Terry no final da obra, na medida em que este personagem considera que Herland é apenas uma sociedade de mães e de irmãs sem quaisquer atributos femininos.

narrada por Van, no capítulo cinco, intitulado “A Unique History”.

Deste modo, o leitor é informado de que, há dois mil anos, o país tinha sido povoado por uma raça bissexual³² isto é, composta por homens e por mulheres. Contudo, enfraquecida pela guerra, a população vira-se obrigada a refugiar-se nas montanhas. Na altura em que os homens protegiam o caminho para o refúgio montanhoso, uma erupção vulcânica tapara a passagem. Impedidos de regressar à montanha, tinham ficado, assim, isolados do mundo exterior. Os escravos sobreviventes haviam-se revoltado e matado os seus senhores, as crianças, as mulheres de idade e as mães, com o objectivo de se apoderarem daquele espaço e das jovens raparigas sobreviventes. As raparigas, enfurecidas com tantas desgraças, tinham encetado uma luta contra os escravos de tal forma que só elas haviam sobrevivido. Apesar disso, depois de alguns anos de convivência e de trabalho em conjunto, uma das mulheres dera à luz uma criança do sexo feminino, e, mais tarde, outras quatro. Este “milagre” deu início ao processo de partenogénese que, ao mostrar-se vital para a existência da população, permitiu o seu desenvolvimento ao longo de duzentos anos.

Durante o meio ano de reclusão, a relação entre os três exploradores e as suas tutoras, Somel, Zava e Moadine, vai-se solidificando através de diálogos onde ambas as partes partilham diferentes pontos de vista, nomeadamente sobre a organização de cada uma das sociedades e sobre os preceitos morais que as caracterizam. No momento em que as tutoras consideram que os três exploradores já não são uma ameaça para o país, permitem-lhes um contacto mais directo com a população. Os três viajantes são convidados a darem aulas às

³² O termo “bissexual” é a palavra utilizada por Gilman para se referir a uma sociedade composta pelos dois sexos. Dado que, actualmente, o termo assume outro significado – “que diz respeito aos dois sexos; bissexuado ou hermafrodita.” – chama-se a atenção para a peculiaridade da utilização deste vocábulo.

“herlanders”, para lhes falarem sobre os factos do mundo. Na sequência deste processo de aprendizagem e de descoberta, Van, Terry e Jeff apaixonam-se pelas três raparigas com quem tinham mantido o primeiro contacto ao chegarem a Herland. Apesar de Ellador, Alima e Celis não compreenderem o significado da expressão “paixão sexual”, de não conhecerem o conceito de casamento e de não simpatizarem com a ideia de casas privadas e de famílias nucleares, acabam por casar com os americanos. Porém, na tentativa de impor em Herland os rituais e hábitos inerentes ao casamento ocidental, Terry é expulso do país, acusado de tentativa de violação de Alima. Jeff e Van, numa atitude mais moderada e sensata, esforçam-se por superar as suas dificuldades conjugais e, no final de *Herland*, o primeiro decide permanecer no território com Celis, que, entretanto engravidara, enquanto o segundo e a sua mulher, Ellador, viajam para a América.

* * * * *

A primeira situação, no texto utópico, que providencia a crítica aos valores da sociedade patriarcal surge logo no início da viagem, quando o leitor é informado, pelo narrador, das expectativas dos exploradores:

... “What are you going to do with it when you do find it—if you do?” Jeff asked mildly. Jeff was a tender soul. I think he thought that country— if there was one— was just blossoming with roses and babies and canaries and tidies, and all that sort of thing.

And Terry, in his secret heart, had visions of a sort of sublimated summer resort— just Girls and Girls and Girls— and that he was going to be— well, Terry was popular among women even when there were other men around, and it's not to be wondered at that he had pleasant dreams of what might happen.

But I thought— then— that I could form a far clearer idea of what was before us than either of them.

“ You're all off, boys,” I insisted. “ If there is such a place— and there does seem some foundation for believing it— you'll find it's built on a sort of matriarchal principle, that's all. . . . I held a middle ground, highly scientific, of course, . . .

(1915:9, 11)

Do passo transcrito, pode inferir-se que, para cada um dos exploradores, as mulheres existem para satisfazer necessidades masculinas diferentes. Van vê o sexo feminino como um objecto de estudo científico, no que respeita às suas limitações biológicas. Na óptica de Jeff, as mulheres existem para serem idealizadas e protegidas por ele. Finalmente, Terry pretende conquistá-las e usá-las, satisfazendo, assim, o seu prazer de macho.

Estas especulações face ao que iriam encontrar em *Herland* alargam-se, no decorrer da conversa, a outros domínios sobre os quais os viajantes civilizados, principalmente Terry e Jeff, julgam ter certezas. Na perspectiva do primeiro, *Herland*, ao ser um país de mulheres, estará num estado primitivo, onde o progresso, as organizações e a ordem não existem, mas onde, apesar de tudo, ele será bem sucedido: “ “You'll see,” he insisted. “ I'll get solid with them all-and play one bunch against another. I'll get myself elected king in no time-whew! Solomon will have to take a back seat!”. Jeff, por outro lado, apresenta um ponto de vista mais idealista quando afirma: “You are dead wrong, it will be like a nunnery under an abbess—a peaceful, harmonious sisterhood.” (1915:10).

À medida que se vão aproximando do território, Van, Terry e Jeff, ficam surpreendidos com o que vêem: “a land in a state of perfect cultivation, where even the forests looked as if they were cared for; a land that looked an enormous park...an enormous garden.” (1915:13).

Incapazes de atribuírem o mérito da organização de Herland às mulheres, assumem como certa a existência de homens. Daí que, ao observarem que a população é apenas constituída por mulheres e por crianças, sejam impelidos, pela voz de Terry, a afirmar veementemente: “*Must be men here. Hark!*” (1915:16).

No entanto, ao serem confrontados com uma realidade diversa das suas expectativas, os viajantes, através das suas atitudes e observações, mostram que as deduções baseadas em ideias preconcebidas não passam de meras projecções de hábitos enraizados. Na verdade, Gilman explora o uso destes diferentes pontos de vista masculinos, para conduzir o leitor à consciencialização dos preconceitos subjacentes a essa informação precária e errónea dos três visitantes face à maneira de ser e de estar das “herlanders”. Estas perspectivas masculinas, características de uma cultura androcêntrica que delineava a sociedade americana, tinham sido já avançadas pela autora, na obra de 1898, *Women and Economics*, e serão retomadas ao longo de toda a história de *Herland*. Por um lado, reitera-se, nesta utopia, a crítica aos aspectos que condicionam a situação de aprisionamento do sexo feminino, colocando-se ainda em prática pelas “herlanders” as soluções apresentadas em 1898. Através delas procura a autora americana provar que as mulheres são seres humanos, mais do que meros objectos sexuais, capazes de organizarem, de gerirem e de desenvolverem uma sociedade melhor ou, pelo menos, tão capaz como a dos homens³³.

O momento em que, depois de uma primeira abordagem aérea do espaço utópico, os três exploradores aterram e entram na floresta, onde vozes femininas, vindas das árvores,

³³ Veja-se, a este propósito, a observação de Carol Farley Kessler em *Charlotte Perkins Gilman: Her Progress Towards Utopia With Selected Writings*: “*Herland* society disengages women from the sex parasitism that Gilman deplored in *Women and Economics* and demonstrates that women hold with men a common human potencial for world-service.” (1995), p.70.

captam a sua atenção, marca, o primeiro contacto com as protagonistas e revela a ineficácia dos métodos de abordagem masculina. Ao ver Alima, Celis e Ellador, Terry conclui, de imediato, que não podem ficar ali sentados a aprender a língua das raparigas e tenta uma aproximação física, que é recusada pelas “herlanders”. Perante tal atitude, afirma: “Have to use bait,” “I don’t know about you fellows, but I came prepared.” (1915:18). Activando os seus mecanismos de sedução, bem sucedidos na sociedade patriarcal, Terry tira do bolso um colar de pedras preciosas e enceta uma brincadeira com o firme propósito de deslumbrar as raparigas:

He held it up, swung it, glittering in the sun, offered it first to one, then to another, holding it out as far as he could reach toward the girl nearest him. . . . Terry’s smile was irreproachable, but I did not like the look in his eyes—it was like a creature about to spring. I could already see it happen—the dropped necklace, the sudden clutching hand, the girl’s sharp cry as he seized her and drew her in. But it didn’t happen. She made a timid reach with her right hand for the gay swinging thing—he held it a little nearer—then, swift as light, she seized it from him with her left, and dropped on the instant to the bough below.

(1915:18)

Essa tentativa resulta, no entanto, na fuga de Alima, face à qual Terry conclui que o seu esforço foi em vão, embora continue convicto de que as mulheres gostam de ser conquistadas. De facto, quando Jeff lhe diz: “You shouldn’t have tried that way”, a resposta de Terry demonstra que este actua em conformidade com as ideias preconcebidas relativamente ao sexo feminino: “Nonsense” “They expected it. Women like to be run after. Come on, let’s get to that town;” (1915:19).

Na opinião de Carol Farley Kessler, esta interacção inicial entre os visitantes e as raparigas revela, pela forma desumanizada e objectificada com que eles se aproximam, a

dimensão dos preconceitos masculinos face ao sexo oposto. Para os exploradores, as mulheres não são seres humanos, antes um mero jogo destinado a ser vencido, ou animais de estimação, incapazes de proezas civilizadas consideradas prerrogativas exclusivas do sexo forte (1995:72). Desta forma, verifica-se que, logo no segundo capítulo de *Herland*, Gilman crítica os valores da sociedade americana, personificados nas atitudes de Terry, Jeff e Van. Os três personagens expõem a inconsistência da suposta humanidade masculina, quebram a capa de verniz que protege a sua civilização e fazem uso de vocabulário sexista, típico dos valores androcêntricos.

Quando chegam à cidade, são, novamente, surpreendidos pelo número e pelo tipo de mulheres que encontram, já que as “herlanders” são apresentadas em contraste com os pressupostos estereotipados da feminilidade. Na verdade, ao contrário das expectativas, as habitantes de Herland não possuem, segundo os padrões dos viajantes, as características vulgarmente associadas ao sexo feminino: poder de sedução, feminilidade, submissão e medo dos homens:

In all our discussions and speculations we had always unconsciously assumed that women . . . would be young. Most men do think that way, I fancy.

“Woman” in the abstract is young, and, we assume, charming. As they get older they pass off the stage. . . .

But these good ladies were very much on the stage, . . .

We looked for nervousness—there was none.

For terror, perhaps—there was none.

For uncasiness, curiosity, for excitement— and all we saw was what might have been a vigilance committee of women doctors, as cool as cucumbers, and evidently meaning to take us to task for being there.

(1915:22-3)

Tendo ficado provado, pela voz do narrador, que estas mulheres são destemidas, pode

inferir-se que a primeira frase do passo transcrito demonstra, claramente, que, na cultura ocidental, a idade, associada à sedução, é a característica mais importante para distinguir as mulheres umas das outras: as que são sexualmente atraentes e, por isso, dignas da atenção masculina, e as que não despertam qualquer tipo de prazer físico. Para os três aventureiros, especialmente no caso de Terry, o que determina se uma rapariga é ou não feminina são características secundárias, como por exemplo o tamanho do cabelo – “If their hair was only long, they would look so much more feminine” – e a sua capacidade para costurarem – “When I see them knit,” afirma Terry, “I can almost call them feminine” (1915:32,3).

Ainda nesta linha de raciocínio, masculinamente condicionado, Jeff faz uma observação que reflecte a sua incapacidade de compreensão da reacção das “herlanders”, que agem alheias aos poderes sedutores masculinos:

“... The— the— reaction of these women is different from any that I’ve ever met.”
“There is something in what you say, Jeff,” I agreed. “There is a different atmosphere.”
“They don’t seem to notice our being men,” he went on. “They treat us— well— just as they do one another. It’s as if our being men was a minor incident.”
I nodded. I’d noticed it myself. But Terry broke in rudely. “Fiddlesticks!” he said. “It’s because of their advanced age. They’re all granmas, I tell you— or ought to be.”
(1915:32)

Convicto de que qualquer mulher se rende ao facto inegável de que ser homem é ser tudo, Jeff permite a Gilman enfatizar a inutilidade da exagerada importância atribuída às características específicas do sexo feminino. Neste sentido, ao dotar as habitantes de Herland com características e comportamentos socialmente reconhecidos como masculinos, a autora critica as posições assumidas pelas mulheres na cultura androcêntrica e demonstra que estas, tal como as “herlanders”, são capazes de construir uma sociedade “civilizada”,

desde que libertas dos aspectos que as distinguem excessivamente enquanto sexo. Este pressuposto teórico justifica o aspecto físico das raparigas de Herland e a forma peculiar como se vestem, ao mesmo tempo que as distingue dos “objectos sexuais” que fazem parte das sociedades exteriores ao espaço utópico. Van, Terry e Jeff deparam-se com mulheres de cabelo curto, altas, de porte atlético e com uma destreza física incomum que lhes permite subir, descer árvores e correr, como nunca tinham visto: “... they flew up that tree and hid, like schoolboys caught out of bounds— not like shy girls.” “And they ran like marathon winners...” Jeff added.” (1915:32).

Parte da agilidade das “herlanders” é facilitada pelo tipo de vestuário que usam, obviamente diferente das roupas femininas então usadas pelas mulheres americanas. O leitor é informado, aquando do aprisionamento dos três visitantes, de que as habitantes lhes levaram as roupas, substituindo-as por vestuário confortável:

We looked for our clothes—they were not there, nor anything of all the varied contents of our pockets. . . .

The garments were simple in the extreme, and absolutely comfortably, physically. . . . There was a one-piece cotton under-garment, thin and soft, that reached over the knees and shoulders, something like the one-piece pyjamas some fellows wear, and a kind of half-hose, that came up to just under the knee and stayed there. . . . Then there was a thicker variety of union suit. . . . of varying weights and somewhat sturdier material. . . . then there were tunics, knee-length, and some long robes. . . .

The costume was similar to that which we had seen on all women, . . .

(1915:27-8)

A descrição das roupas usadas neste território feminino é importante por dois motivos. O primeiro relaciona-se com o facto de as “herlanders” abolirem a distinção entre o seu tipo de vestuário e aquele que elas fornecem aos visitantes. Neste contexto, Gilman pretende

sublinhar, de forma didáctica, a ausência de distinções de género em *Herland*, por um lado, e alertar o leitor para a futilidade e desconforto de algumas roupas usadas pela sociedade dos princípios do século XX, por outro. O segundo motivo, de carácter mais abrangente, relaciona-se com a perspectiva da autora no que respeita à escravidão da moda à qual o sexo feminino se submete. Consciente de que as mulheres se resignam aos adornos e aos enfeites, com o único propósito de conquistarem o sexo oposto e, assim, assegurarem a sua sobrevivência através do casamento, Gilman sempre defendeu uma reforma no vestuário, que é posta em prática em *Herland*³⁴. Não tendo necessidade de se vestirem, ou de se comportarem para agradar aos homens, as “herlanders” privilegiam a funcionalidade em detrimento da frivolidade, e as características humanas em vez dos aspectos secundários, frutos do construtivismo social, que transforma as mulheres em seres excessivamente sexuais³⁵. Assim, num passo de *Herland* sobre a natureza específica do vestuário – neste caso sobre chapéus – as deduções estereotipadas dos exploradores relativamente à masculinidade e à feminilidade são ridicularizadas:

... Terry asked them if they used feathers for their hats , and they seemed amused at the idea. He made a few sketches of our women's hats, with plumes and quills and those various tickling things that stick out so far; ... As for them, they said they only wore hats for shade when working in the sun; ... In cold weather they wore caps or hoods.

“ But for decorative purposes- don't you think they would be becoming?” pursued Terry, making as pretty a picture as he could of a lady with a plumed hat.

They by no means agreed to that, asking quite simply if the men wore the same kind. We

³⁴ Apesar da crítica aberta à forma de vestir do sexo feminino, Gilman não foi a primeira a defender uma reforma no vestuário. De facto, por volta de 1850, mulheres como Amelia Bloomer, Elizabeth Smith Miller e Susan B. Anthony, defensoras da emancipação das mulheres, tinham introduzido o uso de roupas semelhantes às de *Herland*: as “baggy trousers”, mais conhecidas por “bloomers”, que eram vestidas por baixo de uma túnica. Contudo, poder-se-á afirmar que apesar de as roupas usadas pelas “herlanders” não serem radicais nem pioneiras, o facto de os homens e de as mulheres em *Herland* poderem usar o mesmo tipo de vestuário é-o, sem dúvida.

³⁵ A expressão “excessivamente sexuais” é utilizada por Gilman em *Women and Economics* e foi já contextualizada no capítulo anterior, cf. p.52n.

hastened to assure her that they did not—draw for them our kind of headgear.

“And do no men wear feathers in their hats?”

“Only Indians,” Jeff explained. . . . They never expressed horror or disapproval, nor indeed much surprise—just a keen interest.

(1915:51-2)

Contudo, as mulheres de *Herland* não são apenas fisicamente diferentes das mulheres da sociedade de Gilman, já que revelam, também, atitudes mentais distintas. Van observa que as “herlanders” são carinhosas, calmas e pacíficas: “They had the evenest tempers, the most perfect patience and good nature— one of the things most impressive about them all was the absence of irritability”. Ao atribuir estas características às habitantes de Herland, Gilman demonstra que as mulheres se podem libertar das causas da irritabilidade, presentes na cultura patriarcal, através do desenvolvimento das suas capacidades intelectuais. Apesar de a irritabilidade ser uma característica atribuída ao sexo feminino, é curioso verificar que em Herland quem perde o controle emocional é Terry quando, por exemplo, enfrenta uma situação de clausura metaforicamente comparável àquela em que vivem as mulheres da sociedade androcêntrica:

“I’m sick of it !” . . . “Sick of the whole thing.” . . .

If it had not been for Terry we would have been much more contented, but as the weeks ran into months he grew more and more irritable. . . .

“Let out!” he stormed. “Let out— like children kept after school. I want to Get Out, and I’m going to. I want to find the men of this place and fight!— or the girls—”

(1915:35)

Além da qualidade de calma, o narrador reconhece às mulheres uma capacidade de raciocínio fora do comum: “So far from being ignorant, they were deeply wise— that we realized more and more; and for clear reasoning, for real brain scope and power they were A

No 1, ..." (1915:48). Em diálogos com as tutoras, Somel, Zava e Moadine, Van aprende que as "herlanders" possuem conhecimentos sobre astronomia, matemática, fisiologia, química, botânica e física e verifica, ainda, que conhecem a geografia do seu território, mas que não sabem nada sobre geologia. O seu espanto é maior quando descobre que, apesar de só terem algumas reminiscências sobre antropologia, as tutoras conseguem inferir da existência de outras civilizações: "As to anthropology, they had those same remnants of information about other peoples, . . . Nevertheless, they had inferred (marvelously keen inference and deduction their minds were!) the existence and development of civilization in other places, much as we infer it on other planets." (1915:65).

Para além de destacar as diferenças físicas e psicológicas que caracterizam as mulheres de Herland, por oposição às mulheres habitantes da sociedade real, Gilman demonstra como um país povoado apenas pelo sexo feminino seria limpo e cuidado, ordenado e pragmaticamente organizado. Na verdade, Van, Terry e Jeff constataam que o meio-ambiente deste território nas montanhas é, ecologicamente, perfeito: não há lixo, pó, barulho, fumo, e por todo lado vêem-se flores, fontes e pássaros:

The place had an odd look, more impressive as we approached. "It's like an exposition."
"It's too pretty to be true." . . . It certainly was different from any towns we had ever seen.

"There's no dirt," said Jeff suddenly. "There's no smoke," he added after a little.

"There's no noise," I offered; . . .

Everything was beauty, order, perfect cleanness, and the pleasant sense of home over it all. . . . I could appreciate perfect roads, as dustless as a swept floor; the shade of endless lines of trees; the ribbon of flowers that enrolled beneath them; and the rich comfortable country that stretched off and away, full of varied charm.

(1915:21, 45)

A forma de ser e de estar das "herlanders", tão díspar da que manifesta o sexo

feminino das sociedades ocidentais, é o resultado de uma aprendizagem cultural, enraizada na sociedade e na sua psique colectiva. Ao longo de *Herland* verifica-se que as mulheres são socializadas no sentido de pensarem e de agirem colectivamente, fazendo apenas aquilo que é benéfico para a comunidade. Esta ênfase colocada no comunitarismo tem como base um dos pilares teóricos de Gilman. Na sua perspectiva, os seres humanos devem centrar-se nas causas da comunidade e não nos interesses individuais. Na verdade, as possibilidades para a felicidade humana devem ser procuradas no mundo colectivo, onde o indivíduo desempenha funções específicas, beneficiando, reciprocamente, das funções desempenhadas por todos os membros dessa colectividade. Neste sentido, o desempenho do indivíduo, tendo em conta o bem comum, não é entendido como um sacrifício, pois não existe um conflito inerente entre os interesses individuais e os interesses do corpo social.

Esta forma de encarar a dinâmica social está patente na maneira como as mulheres de *Herland* trabalham, bem como no tipo de tarefas que desempenham. Num país onde não há homens, todo o tipo de trabalho inerente à organização da sociedade é desempenhado pelas “herlanders” e, por isso, não há uma divisão de tarefas baseada nas características de género. A comunidade feminina que habita *Herland*, cuida das florestas, protege-as, cultiva os campos, preserva a natureza, constrói estradas e casas; no fundo, realiza tudo aquilo que é necessário para transformar um espaço físico num lugar onde se respira humanidade, cooperação e ausência de valores sexistas.

Ao visarem o bem comum, as “herlanders” transformam as suas histórias pessoais na história social do grupo e na história do país de *Herland*. Através dos diálogos com as tutoras, os três aventureiros aprendem que as mulheres actuam como um todo, partilhando

dos mesmos princípios e conhecimentos: “What one knew, all knew. . . .To them the country was a unit— it was theirs. They themselves were a unit, a conscious group; they thought in terms of the community.” (1915:66, 80).

Esta consciência colectiva, inculcada nas crianças desde que nascem, remonta às origens da formação da população de Herland, que foi agraciada com o fenómeno da partenogénese. O processo de descoberta face a esta forma peculiar de reprodução começa quando Terry pergunta se há homens em Herland e Somel lhe responde que não: “There are no men in this country. There has not been a man among us for two thousand years.” (1915:47). Perplexos com esta resposta, os três visitantes não conseguem compreender como é possível o país estar povoado de crianças, todas elas do sexo feminino, e não haver homens: ““But—the people—the children,” . . . “We are mothers—all of us—but there are no fathers.”. . . “Will you excuse us all,” Jeff said, “if we admit that we find it hard to believe? There is no such—possibility—in the rest of the world.””(1915:47). Confrontados com o facto de não haver pais, os viajantes concluem que a raça de Herland se formou partenogenicamente³⁶. O leitor apreende, através da voz do narrador, que este processo de reprodução surgiu, pela primeira vez, numa das mulheres que gerou uma criança do sexo feminino. Este “milagre” fora entendido como uma benção dos deuses e, em consequência, as restantes habitantes colocaram a primeira mãe – “Goddess of Motherhood” – no Templo de Maaia, onde deu à luz mais quatro raparigas (1915: 57,8). Com o nascimento destas

³⁶ A opção de criar uma sociedade em que as mulheres vivem sem homens há 200 anos e que, além disso, perpetuam a raça através da partenogénese, parece, na opinião de vários críticos, fazer eco da teoria ginocêntrica de Lester Ward. Alex Shihin afirma em “Gender and Industry in Herland” que, segundo este autor, considerado pela própria Gilman como o seu mentor intelectual, o aparecimento da humanidade deve-se a uma única mãe. Sendo o primeiro ser humano, esta “ur-mother” teria, por necessidade, dado à luz por partenogénese. (1998), p.111.

cinco crianças nasceu também a esperança da proliferação de uma população em vias de extinção:

It may be imagined how those five Daughters of Maaia, Children of the Temple, Mothers of the Future—they had all the tittles that love and hope and reverence could give—were reared. The whole little nation of women surrounded them with loving service, and waited, between a boundless hope and na equally boundless despair, to see if they, too, would be mothers.

And they were! As fast as they reached the age of twenty-five they began bearing. Each of them, like her mother, bore five daughters. Presently they were twenty-five New Women, Mothers in their own right, and the whole spirit of the country changed from mourning and mere courageous resignation to proud joy.

(1915:58)

Uma vez que, através da partenogénese, as habitantes de Herland não dependem do sexo masculino para terem filhas, esta realidade poderá ser interpretada como uma forma de libertação dos imperativos heterossexuais da sociedade patriarcal. A este propósito, Thomas Galt Peyser em, “Reproducing Utopia”, considera que a partenogénese é uma luta pela independência e autonomia face aos limites impostos pelo poder falocêntrico: “This special feature, . . . suggests that women’s bodies are or can be free from phallogentric law. If women find themselves alienated or marginalized in what Gilman termed our androcentric culture, their status as outsiders is also what Gilman felt gave them a place to stand from which they could move the world.” (1992:2).

De forma idêntica, Alex Shishin afirma, em “Gender and Industry in Herland”, que Gilman criou uma sociedade onde as mulheres não estão limitadas pela opressão masculina na aquisição de características benéficas para o desenvolvimento da espécie, sendo, por isso, capazes de transmitirem às suas crianças valores e comportamentos mais nobres do que aqueles que passam de geração em geração na sociedade androcêntrica (1998:104). Na

verdade, Van, ao contar a história da formação de Herland, permite que o leitor se consciencialize de que neste país utópico existe uma *família social*, cujo objectivo é zelar pelos interesses de todos os seus membros, através de uma educação para os valores humanos. Neste sentido, os exploradores verificam, ao longo da sua aprendizagem, que a consciência social inerente a cada uma das “herlanders” se reflecte no seu desempenho enquanto mães do mundo e, consequentemente, na forma como as crianças são vistas. Em conversa com Somel, Van, Jeff e Terry descobrem que ser mãe, neste país de mulheres, é a função mais nobre das habitantes:

“ You see, almost every woman values her maternity above everything else. Each girl holds it close and dear, an exquisite joy, a crowning honor, the most intimate, most personal, most precious thing. That is, the child-rearing has come to be with us a culture so profoundly studied, practiced with such subtlety and skill, that the more we love our children the less we are willing to trust that process to unskilled hands—even our own.”

(1915:84)

Em *Women and Economics* Gilman tinha avançado já a sua perspectiva relativamente à forma precária como a maternidade era desempenhada na sociedade patriarcal³⁷. Apesar de este aspecto ter sido analisado no capítulo anterior, é importante recuperá-lo num dos momentos da obra de 1898, em que a autora expõe as vantagens de se encarar a maternidade de um ponto de vista socio-comunitário. Desta forma se prova a veracidade da ligação entre a teoria e a ficção: “A mother economically free, a world-servant instead of a house servant; a mother knowing the world and living in it—can be to her children far more than has ever been possible before. Motherhood in the world will make that world a

³⁷ Cf, pp. 70-2.

different place.” (1898:269).

Fazendo eco destes pressupostos teóricos, as mulheres de *Herland* veneram a maternidade e entendem-na como uma categoria social que, por isso, deve ser desempenhada pela comunidade para transformar o mundo. Deste modo, a maternidade assume, na utopia em estudo, dois aspectos: por um lado, sacramentaliza os processos biológicos essenciais para a continuação da raça e, por outro, põe o amor maternal ao serviço das crianças, visando o seu desenvolvimento pleno enquanto seres humanos. No início do sexto capítulo, curiosamente intitulado “Comparisons are Odious”, Moadine tenta explicar o significado da palavra “Motherhood”, salientando que as crianças são para a comunidade de *Herland* a sua razão de ser, girando à volta delas todos os interesses das habitantes:

“I do not think you quite understand yet. You are but men, three men, in a country where the whole population are mothers—or are going to be. Motherhood means to us something which I cannot yet discover in any of the countries of which you tell us. You have spoken” —she turned to Jeff, “of Human Brotherhood as a great idea among you, but even that I judge is far from a practical expression?”

Jeff nodded rather sadly. “Very far—” he said.

“Here we have Human Motherhood—in full working use,” she went on. “Nothing else except the literal sisterhood of our origin, and the far higher and deeper union of our social growth.

“The children in this country are the one center and focus of all our thoughts. Every step of our advance is always considered in its effect on them—on the race. You see, we are *Mothers*,” she repeated, as if in that she had said it all.

(1915:67)

Contudo, Terry e, em alguns aspectos, Jeff e Van, têm alguma dificuldade em compreender o significado pleno das explicações da tutora. Tomando como ponto de referência os pressupostos da sua sociedade, o primeiro personagem referido julga que as mulheres são

incapazes de cooperar: “It’s impossible! . . . Women cannot cooperate—it’s against nature.”(1915:68).

Neste tópico atinente à capacidade de cooperação e de organização das “herlanders”, a percepção de Jeff e de Van difere da opinião de Terry, o que parece indicar que estes dois personagens conseguem adaptar-se melhor ao sistema de Herland do que aquele, sendo capazes de reconhecer que, ao contrário do que se verifica nas sociedades ocidentais, as “herlanders” trabalham muito bem em conjunto e que os homens não o fazem com a mesma eficácia. A este propósito, e numa tentativa de invalidar os preconceitos machistas de Terry, Jeff compara Herland a um formigueiro gigante e assume que, mesmo nos países androcêntricos, as pessoas não cooperam:

“ ‘ Go to the ant, thou sluggard’ —and learn something,” he said triumphantly. “ Don’t they cooperate pretty well? You can’t beat it. This place is just like an enormous anthill—you know an anthill is nothing but a nursery. And what about bees? Don’t they manage to cooperate and love one another?. . . Just show me a combination of male creatures, bird, bug, or beast, that works as well, will you? Or one of our masculine countries where the people work together as well as they do here! I tell you, women are the natural cooperators, not men!”

(1915:68)

Efectivamente, numa atitude de cooperação, as mulheres educam todos os recém-nascidos da comunidade, independentemente de serem as suas mães biológicas, de tal forma que as crianças não são propriedade privada de ninguém. Este é um dos aspectos que melhor ilustra a diferença de atitudes das mães sociais de Herland e que causa maior perplexidade nos três viajantes. Porém, à medida que Van vai evoluindo e modificando os seus pontos de vista, reconhece que a maternidade na sociedade americana é desempenhada, única e

exclusivamente, pela mãe biológica, que se preocupa apenas com o bem estar do seu filho: “We are used to seeing what we call “a mother” completely wrapped up in her own pink bundle of fascinating babyhood, and taking but the faintest theoretic interest in anybody else’s bundle, to say nothing of the common needs of *all* the bundles.” (1915:70). A propósito da perplexidade com que os exploradores encaram o conceito de “maternidade universal” Gilman opera uma inversão de papéis. Assim, em conformidade com o tom didático de *Herland*, Van assume uma posição crítica face aos princípios que regem as mentes androcêntricas, atitude que seria pouco plausível nas sociedades ocidentais. Ao permitir que Van tenha consciência de que o desempenho da maternidade neste país é melhor do que aquele praticado na sociedade real, Gilman leva o narrador e, conseqüentemente, o leitor, a admitir a inutilidade dos métodos educacionais enraizados na sociedade real e a concordar com os comportamentos inovadores desta comunidade feminina.

Além de as crianças serem educadas pela comunidade, a maternidade em *Herland* não é entendida como uma função apensa ao espaço da casa. Gilman advogava que tarefas como cozinhar, limpar e cuidar dos filhos – funções exclusivamente femininas e confinadas à esfera doméstica – deveriam ser desenvolvidas por pessoas especializadas no espaço exterior. Demonstrando o pragmatismo destes ideais, *Herland* oferece ao leitor uma sociedade onde todas as actividades inerentes à sobrevivência do ser humano são feitas por especialistas, ao ar livre e onde as estruturas das casas reflectem a preocupação de uma comunidade que se alimenta do amor maternal: “The gardens and the houses planned for babies had in them nothing to hurt—no stairs, no corners, no small loose objects to swallow,

no fire—just a babies’ paradise.” (1915:108). Nesta perspectiva, Gilman liberta as “herlanders” dos aspectos que impedem o desenvolvimento do sexo feminino na sociedade androcêntrica. Pondo, por conseguinte, em prática os pontos de vista defendidos em *Women and Economics*, a autora transforma, nesta obra de ficção, as tarefas domésticas, do domínio privado feminino, em responsabilidades comunitárias, levadas a cabo fora das quatro paredes da casa. Por outro lado, ao fazer da educação das crianças o centro das atenções da população de Herland, Gilman demonstra que é possível formar seres humanos capazes e inteligentes, desde que se verifique uma mudança de atitudes e que se proporcione o ambiente adequado para o nascimento de uma nova raça. Deste modo, e partindo do princípio de que é através da educação e do amor maternal comunitário que se consegue progredir e formar a melhor das espécies, tudo em Herland é feito com o objectivo de se criar um ambiente propício à aprendizagem. Nesta linha de raciocínio, o processo educacional começa logo nos primeiros anos de vida. Como as “herlanders” acreditam que as capacidades físicas e mentais se desenvolvem melhor em conjunto, o seu esforço é feito no sentido de estimularem o corpo e a mente através de actividades que não implicam uma aprendizagem formal:

With the babies, as you may have noticed, we first provide an environment which feeds the mind without tiring it; all manner of simple and interesting things to do, as soon as they are old enough to do them; physical properties, of course, come first. But as early as possible, going very carefully, not to tax the mind, we provide simple choices, with very obvious causes and consequences. You’ve noticed the games?

(1915:107)

De facto, as crianças aprendem sem terem consciência de que o estão a fazer, já que

são encorajadas a participarem nas actividades de que gostam. Num país repleto de professoras e de materiais fascinantes para aprenderem, estas crianças são ensinadas a nadar antes de saberem andar e passam grande parte da infância a jogar e a fazer pequenas pesquisas. Quando Van pede a Somel que o elucide sobre a teoria de educação das “herlanders”, a tutora explica-lhe que todo o caminho de descoberta acontece naturalmente e sem qualquer tipo de imposição externa:

“ Our theory is this,” she went on carefully. “ Here is a young human being. The mind is a natural a thing as the body, a thing that grows, ...We seek to nourish, to stimulate, to exercise the mind of a child as we do the body. . . . In matter of feeding the mind, of furnishing information, we use our best powers to meet the natural appetite of a healthy young brain; not to overfeed it, ... The other division is in arranging a properly graduated series of exercises which will best develop each mind; . . . You do this also, do you not?

(1915:105-6)

A pergunta de Somel obriga Van, mais uma vez, a tomar consciência da ineficácia dos métodos educativos da sua própria sociedade: ““In a way,” I said rather lamely. “We have not so subtle and highly developed a system as you, not approaching it; . . .” (1915:106). Ao ser surpreendido inúmeras vezes pela forma inteligente como os bebés são tratados, Van conclui que as “herlanders” criaram um sistema perfeito de educação, possível graças à valorização da maternidade e ao seu desempenho enquanto actividade comunitária. Consciente de que as crianças de Herland são propriedade pública de uma sociedade que as protege, o narrador, inevitavelmente, faz mais uma das muitas comparações dolorosas que surgem ao longo das páginas de *Herland*: “The big difference was that whereas our children grow up in private homes and families, with every effort made to protect and seclude them from a dangerous world, here they grew up in a wide friendly world, and knew it for theirs, from the first.” (1915:102).

A preocupação com a educação e a estimulação das capacidades físicas e mentais não se aplica apenas às crianças, já que as “herlanders” procuram, de forma constante, aperfeiçoar e aumentar o seu leque de conhecimentos. De facto, o narrador menciona, inúmeras vezes, a curiosidade, a atenção e o interesse com que as tutoras ouvem as histórias relatadas pelos três homens ao ponto de tirarem notas das informações que vão obtendo. Esta procura incessante de nova informação torna-se mais evidente quando, depois do meio ano de reclusão em que Van, Jeff e Terry foram aprendendo a história de Herland e a forma de ser e de estar das suas habitantes, os três personagens são convidados a darem aulas: “We were invited, always courteously and with free choice on our part, to address general audiences and classes of girls” (1915:85). Este episódio revela-se importante na acção de *Herland* por levantar questões relacionadas com as (in)certezas masculinas dos exploradores e com o aumento de consciência de Van, que se vai tornando mais modesto ao admitir a superioridade desta sociedade relativamente ao esquema de funcionamento patriarcal.

No primeiro dia de aulas, Van, Jeff e Terry preocupam-se com a perfeição do corte das suas barbas e com o tipo de roupa que vão vestir: “I remember the first day—and how careful we were about our clothes, and our amateur barbering. Terry, in particular, was fussy to a degree about the cut of his beard, . . . that we handed him the shears and told him to please himself”. Quando se deparam com a audiência feminina, verificam que, ao contrário do que seria habitual, são eles os mais adornados: “Being offered a wide selection of garments, we had chosen according to our personal taste, and were surprised to find, on meeting large audiences, that we were the most highly decorated, especially Terry.” (1915:85). É curioso notar que, nesta situação, é o sexo masculino que é ridicularizado pelo

excesso de frivolidade. Além disso, Van constata que as “herlanders” reagem negativamente às atitudes sedutoras de Terry, e que, contrariamente àquilo a que estava habituado, as suas aulas são as mais procuradas: ““As for me, I was most agreeably surprised. At home I never was “popular”. . . .But here, to my astonishment, I found my crowd was the largest.” (1915:87). As diferentes reacções das “herlanders” provam que as características humanas são valorizadas em detrimento dos atributos sedutores do sexo masculino. Ao tomar consciência de que a sua popularidade entre as mulheres da sociedade patriarcal não se verifica em Herland, Terry afirma, em tom suficientemente severo, que as “herlanders” não são raparigas:

“ Girls!” he burst forth, when that evening was over and we were by ourselves once more.
“Call those *girls!*”
“ Most delightful girls, I call them,” said Jeff, ...
“ What do *you* call them?” I mildly inquired.
“ Boys! Nothing but boys, most of ’em. A standoffish, disagreeable lot at that. Critical, impertinent youngsters. Not girls at all.”

(1915:87-8)

O passo transcrito demonstra, claramente, a evolução que os personagens masculinos vão sofrendo ao longo desta viagem. Enquanto Terry se recusa a abdicar dos seus princípios e linguagem sexistas, alimentando sempre a esperança de vir a “domesticar” as “herlanders”, Jeff e, de forma mais radical, Van, vão-se transformando à medida que tomam contacto com a realidade desta comunidade feminina. Assim, os preconceitos masculinos que ditavam os seus comportamentos e observações no início de *Herland*, vão-se desvanecendo com a intensificação das relações com as tutoras, que, indirectamente, os fazem reflectir sobre a precaridade das sociedades ocidentais.

Depois desta oportunidade que é dada aos três exploradores para transmitirem alguns conhecimentos sobre a sua civilização, Van, Jeff e Terry reencontram as raparigas que tinham visto nas árvores e verificam que as suas expectativas, face à forma como tinham sido recebidos, estavam completamente erradas. Como não podem contar com o seu poder de sedução para fazerem a corte a Ellador, Celis e Alima, os três personagens masculinos tomam consciência de que só pela sua forma de ser poderão ser dignos dos afectos destas raparigas. Afirma Kessler: “To their chagrin, previously reliable courting demeanor backfires, because these women have too much self-esteem to be taken in by manipulative tactics” (1995:74).

O período de namoro entre os três casais proporciona-lhes momentos de aprendizagem mútua, principalmente no caso de Van e de Ellador, que se tornam grandes amigos e discutem diversos pontos de vista nos passeios que fazem por Herland:

We walked and talked. . . .She showed me things, explained them, interpreted much that I had not understood. Through her sympathetic intelligence I became more and more comprehending of the spirit of the people of Herland, more and more appreciative of its marvellous inner growth as well as outer perfection. I ceased to feel a stranger, a prisoner. There was a sense of understanding, of identity, of purpose. We discussed—everything.

(1915:91)

Este percurso de recíproco conhecimento permite a Gilman criticar aspectos da sociedade patriarcal, através das vozes dos personagens masculinos, ao mesmo tempo que credibiliza as suas teorias, veiculadas pelos pontos de vista das três “herlanders”.

No capítulo oito, “The Girls of Herland”, Van afirma que o que deixou os três exploradores americanos mais perplexos nas suas abordagens foi o facto de as mulheres

deste país não estarem familiarizadas com as tradições inerentes ao namoro e não terem consciência da distinção que é feita, na sociedade real, entre os comportamentos masculinos e os femininos. Quando Jeff, agindo em conformidade com esta distinção, leva o cesto de fruta da namorada e diz: “A woman should not carry anything”, Celis não compreende. Jeff, sem coragem para lhe dizer que o sexo feminino é o sexo frágil – justificação que seria ridícula tendo em conta a constituição física das habitantes – explica-lhe, de forma mais subtil, que as mulheres não foram feitas para desempenharem tarefas pesadas:

“ I don’t understand,” she said quite sweetly. “ Are the women in your country so weak that they could not carry such a thing as that?”

“It’s a convention,” he said. “ We assume that motherhood is a sufficient burden—that men should carry all the others.”

“ What a beautiful feeling!”

“ Does it work?” asked Alima, in her keen, swift way. “ Do all men in all countries carry everything? Or is it only in yours?”

“ Don’t be so literal,” Terry begged lazily. “ Why aren’t you willing to be worshipped and waited on? We like to do it.”

“ You don’t like to have us do it to you,” She answered.

“ That’s quite different,” he said, annoyed; and when she said, “ Why is it?” he quite sulked, referring her to me, saying, “ Van’s the philosopher.”

(1915:94)

Esta conversa entre os personagens demonstra, por um lado, que as razões que justificam as atitudes dos homens, neste caso específico de Jeff, são meras convenções sociais e, por outro, como se pode ver pelas respostas de Terry, que os três exploradores não conseguem explicar o porquê dos seus comportamentos e ficam aborrecidos quando confrontados com esta realidade. Ao colocar os personagens em situações que os obrigam, ainda que de forma inconsciente, a admitirem as incoerências dos seus princípios masculinos, Gilman mostra que os homens têm sempre a certeza de que estão correctos e

que, por isso, é-lhes difícil e penoso admitirem as falhas das suas teorias. Além disso, demonstra também que grande parte do subdesenvolvimento do sexo feminino da sociedade patriarcal é causado pela imposição de valores androcêntricos, socialmente construídos, que transformam as mulheres em seres débeis e inúteis. Em *Herland*, a situação é diferente. Libertas da supremacia masculina, as “herlanders” constroem os seus próprios valores morais e sociais independentemente dos padrões masculinos e femininos, uma vez que as características humanas são a palavra de ordem numa sociedade que se rege pelos princípios da cooperação, do amor maternal universal e do constante aumento de conhecimento.

Se a falta de tradição de namoro e a ausência de distinções entre atitudes específicas que definem os sexos tinham deixado os viajantes desorientados, a ignorância das “herlanders” face às implicações do casamento desconcertou-os por completo. Na verdade, Van, Jeff e Terry descobrem que, nesta sociedade ideal, não há uma analogia exacta para a palavra “lar”. Quando começam a falar em terem uma casa só para cada um dos casais, as “herlanders” não compreendem o propósito dos “namorados”:

“Our work takes us all around the country,” explained Celis. “We cannot live in one place all the time.”

“We are together now,” urged Alima, looking proudly at Terry’s stalwart nearness. . . .

“It’s not the same thing at all,” he insisted. “A man wants a home of his own, with his wife and family in it.”

“Staying in it? All the time?”

(1915:97-8)

Esta incompreensão da necessidade que Van, Jeff e Terry têm de coabitarem com uma delas sozinhos numa casa, está intimamente relacionada com as diferentes perspectivas de ambas as partes. Assim, para Ellador, Celis e Alima a casa é meramente um local onde,

depois de terminado o trabalho árduo que executam em Herland, podem descansar. Por outro lado, como as tarefas domésticas são responsabilidade da comunidade e são desempenhadas por profissionais especializados com uma aptidão natural para este tipo de trabalho, as três habitantes não conseguem ver a lógica de ficarem fechadas numa casa com os futuros maridos³⁸. Numa posição diametralmente oposta, os exploradores encaram a casa como o lugar onde as futuras mulheres, supostamente, os devem servir e desempenhar as tarefas domésticas.

Esta problemática sobre a importância da casa é mais uma situação através da qual Gilman exemplifica os seus pontos de vista. Deste modo, a autora demonstra que a forma como a sociedade patriarcal está organizada encarcera o sexo feminino na esfera doméstica, impedindo-o de se desenvolver plenamente. Além disso, prova, de igual forma, que a reestruturação dos conceitos de “lar” e de “família” é fundamental para que se possa construir uma sociedade ideal como a que é descrita em *Herland*³⁹.

Apesar da divergência de pontos de vista entre os três casais ter surgido durante o período de namoro, as maiores dificuldades em termos de relacionamento são descritas no capítulo onze, “Our difficulties”. Depois de Van, Jeff e Terry se terem casado com Ellador, Celis e Alima respectivamente, Van conclui que, embora a sua relação com Ellador tenha sido sempre franca e ambos estivessem preparados para a grande aventura, houve aspectos que não ficaram esclarecidos: “We had been frank. . . . But there are some things one takes

³⁸ Esta nova posição relativamente à função do lar e à sua estrutura foi já abordada no capítulo anterior, cf. pp. 74-5.

³⁹ A reestruturação do lar sempre foi uma das preocupações de Gilman. Em 1903, na obra *The Home: Its work and influence*, a autora afirma que é necessário mudar os hábitos associados ao funcionamento do lar, para se assegurar o desenvolvimento pleno do sexo feminino. Gilman conclui o seu raciocínio da seguinte forma: “So long as life lasts, we shall have homes; but we need not always have the same kind”, p. 80.

for granted, supposes are mutually understood, and to which both parties may repeatedly refer without ever meaning the same thing.” (1915:121).

O “não dito” a que Van se refere transforma-se, depois do casamento, num obstáculo que os exploradores têm dificuldade em ultrapassar. Plenamente seguros de que qualquer mulher à face da terra sabe que casar significa trabalhos domésticos, posse e relações sexuais, estes personagens, ao personificarem atitudes masculinas padronizadas, não compreendem o facto de as suas esposas não cuidarem deles, não se dedicarem às tarefas domésticas e muito menos o de dormirem em quartos separados: “We . . . fondly imagined that we could convince them otherwise. What we imagined, before marriage, did not matter any more than what an average innocent young girl imagine. We found the facts to be different” (1915:122). A este propósito, Chris Ferns, em “Rewriting Male Myths”, afirma que o objectivo de Gilman ao criar uma sociedade em que a noção de casamento não implica coabitação nem relações sexuais é realçar as suposições dos três visitantes (1998:35). Embora estes tentem persuadir as esposas a morarem com eles numa casa, as “herlanders” não vêem necessidade de tal isolamento: ““We *are* alone, dear,” Ellador explained to me with gentle patience. “We are alone in these great forests; we may go and eat in any little summer-house—just we two, or have a separate table anywhere—or even have a separate meal in our own rooms. How could we be aloner?”” (1915:125). A pergunta de Ellador demonstra, claramente, que as habitantes de Herland não associam o casamento ao isolamento do lar e desconhecem o facto de, na sociedade patriarcal, a actividade sexual ser parte integrante da relação amorosa entre os casais. Como as mulheres não sabem nada sobre a simbiose entre a sexualidade e o amor, Van tenta explicar a Ellador que a actividade

sexual é uma das formas mais elevadas de expressão do amor: “Then I did my earnest best to picture to her the sweet intense joy of married lovers, and the result in higher stimulus to all creative work.” (1915:126). Perante tal descrição, Ellador fica surpreendida pelo facto de a actividade sexual não ter como único propósito a reprodução das espécies⁴⁰. Deste modo, a conversa que se segue entre os dois personagens funciona como crítica à forma como as relações sexuais são entendidas na sociedade de Van:

“Do you mean,” she asked quite calmly, . . . “that with you, when people marry, they go right on doing this in season and out of season, with no thought to children at all?”

“They do”, I said, with some bitterness. “They are not mere parents. They are men and women, and they love each other.” . . . “There is something very beautiful in the idea,” she admitted, still as if she was discussing life on Mars. “This climactic expression, which, in all the other life-forms, has but one purpose, has with you become specialized to higher, purer, more nobler uses. It has—I judge from what you tell me—the most ennobling effect on character. People marry, not only for parentage, but for this exquisite interchange—and, as a result, you have a world full of continuous lovers, ardent, happy, mutually devoted, always living on that high tide of supreme emotion which we had supposed to belong only to one season and one use. And you say it has other results, stimulating all high creative work. What must mean floods, oceans of such work, blossoming from this intense happiness of every married pair! It’s a beautiful idea!”

(1915:127)

O passo transcrito prova, recorrendo à ironia, que na sociedade patriarcal o objectivo principal dos homens é estabelecerem um relacionamento sexual com as mulheres. Ao verem-nas como meros objectos sexuais, os homens não conseguem entender as suas companheiras como seres humanos. Gilman estabelece ainda uma diferença fulcral entre os comportamentos das mulheres da sociedade real e a atitude das “herlanders”. Na verdade,

⁴⁰ Segundo Ann J. Lane, Gilman explicitou, claramente, em *Human Work* (1904) que a natureza havia determinado que a actividade sexual teria como único propósito a reprodução e que quando os seres humanos compreendessem este princípio, seriam mais felizes. (1990), p.283.

A este propósito, Alex Shishin afirma que em *Herland* Gilman salienta esta função da sexualidade ao introduzir o conceito de partenogénese e ao fazer um contraste radical entre a sexualidade destrutiva de Terry e a de Van, cujo amor por Ellador se baseia na amizade em detrimento da atracção sexual. (1998), p.109.

em *Women and Economics*, Gilman afirmava que o casamento podia ser encarado como uma forma de prostituição, uma vez que as mulheres tinham que casar para assegurarem o seu futuro económico⁴¹. Em *Herland*, a base económica do casamento desaparece. As “herlanders” vivem num espaço ideal, libertas das tarefas domésticas e completamente independentes, de tal forma que nada as obriga a terem que ceder, por questões económicas, às tradições do matrimónio ou às práticas conjugais entre marido e mulher.

A ausência de sexualidade feminina torna-se visível em contraste com a evidência do excesso de sexualidade masculina presente no texto⁴². É curioso notar que todas as referências à ausência de instinto sexual feminino são feitas através dos personagens masculinos, condicionados pelos seus próprios pontos de vista e códigos sexuais. Desta forma, Gilman parece enfatizar mais a forma como a sociedade patriarcal regula a sexualidade feminina, do que a ausência dos impulsos sexuais das “herlanders”. Quase no desfecho de *Herland*, há um incidente que revela as atitudes sexistas dos homens em geral, e de Terry em particular. Ao pôr em prática a sua convicção primária de que as mulheres gostam de ser domadas, este personagem, com todo o orgulho e paixão pela sua masculinidade, tenta violar a esposa (1915:132). Esta atitude, inqualificável, leva as “herlanders” a reunirem para tomarem uma decisão final. Apesar de o narrador afirmar que: ““ [i]n a court in our country he would have been held quite “within his rights,”” (1915:132), nem ele nem Jeff aprovam a atitude extrema do amigo, revelando assim, alguma consciência no que respeita o absurdo dos comportamentos de supremacia do sexo masculino. Terry,

⁴¹ Cf. segundo capítulo, pp. 49,56,59,62-3.

⁴² Note-se, a este propósito, que grande parte das intervenções de Terry revelam o seu interesse na sexualidade das mulheres. Gilman associa, desta forma, a sexualidade masculina a uma vulgaridade pouco civilizada, a um excesso incontroável e a alguma dose de perigo para as “herlanders”, na medida em que este personagem

porém, não abdica dos seus princípios e, mesmo depois deste incidente, continua a não reconhecer qualquer tipo de qualidade às habitantes do espaço utópico: “He did let himself go once, and explained in definite terms that they were incapable of understanding a man’s needs, a man’s desires, a man’s point of view. He called them neuters, epicenes, bloodless, sexless creatures. He said they could of course kill him—as so many insects could—but that he despised them nonetheless.” (1915:132-3).

Apesar de Alima querer ver Terry morto, a sentença final tem em atenção aquilo que poderá ser melhor para as habitantes do país e, nesse sentido, as “herlanders” decidem expulsar Terry: “You must go home” (1915:133). Com esta atitude, as habitantes parecem querer erradicar de Herland a violência inerente ao sexo masculino, que, neste caso específico, aparece associada ao relacionamento sexual. Optando por uma posição muito mais moderada, Jeff e Van tentam compreender o ponto de vistas destas mulheres, reprimindo os seus impulsos até chegar o momento ideal: “She urged me to be patient, and I was patient. You see, I loved her so much that even the restrictions she so firmly established left me much hapiness.” (1915:139). Contudo, as restrições impostas por Ellador e por Celis não significam uma recusa definitiva da possibilidade de terem um filho, fruto de uma relação heterossexual. Aliás, como afirma o narrador, essa foi a razão pela qual as “herlanders” decidiram casar com os três personagens masculinos: “Do not imagine that these young women utterly refused “the Great New Hope,” . . . For that they had agreed to marry us, . . . To them the process was the holy thing—and they meant to keep it holy.” (1915:139). Neste sentido, o leitor é informado de que Celis é a primeira a iniciar a “nova

maternidade”. Ao anunciar a sua gravidez, o país congratula-se pela esperança na formação de uma raça bissexual: “Almost like the breathless reverence with which, two thousand years ago, that dwindling band of women had watched the miracle of virgin birth, was the deep awe and warm expectancy with which the greeted this new miracle of union.” (1915:140).

No final da história, Jeff confessa não ter vontade de regressar ao seu país e acaba por ficar em Herland com Celis: ““Why should I want to go back to all our noise and dirt, our vice and crime, our disease and degeneracy?” . . . “ I wouldn’t take Celis there for anything on earth!” he protested. “ She’d die! She’d die of horror and shame to see our slums and hospitals.” (1915:142). Van decide regressar à América com Ellador, que, ao ter consciência das limitações inerentes a um país povoado só por um sexo, se mostra muito interessada em conhecer o mundo exterior: “We have done what we could alone; perhaps we have some things better in a quiet way, but you have the whole world—all the people of the different nations—all the long rich history behind you—all the wonderful new knowledge. Oh, I just can’t wait to see it.” (1915:135-6). Contudo, o regresso de Van e de Terry ao mundo real só é permitido mediante algumas condições impostas pelas “herlanders”. Durante o período de tempo em que se dedicou a estudar os três visitantes e a sua civilização, a comunidade de Herland descobriu que na sociedade patriarcal havia ainda alguns aspectos que poderiam vir a prejudicar este país isento de vícios, de crimes, de preconceitos sexistas e de violência. Somel descreve as preocupações das habitantes reunidas em assembleia:

“We find that in all your historic period, so much longer than ours, that with all the interplay of services, the exchange of inventions and discoveries, and the wonderful progress

we so admire, that in this widespread Other World of yours, there is still much disease, often contagious.”

We admitted this at once.

“Also there is still, in varying degree, ignorance, with prejudice and unbridled emotion.”

This too was admitted.

“We find also that in spite of the advance of democracy and the increase of wealth, that there is still unrest and sometimes combat.”

Yes, yes, we admitted it all.

(1915:145)

Perante os problemas que a civilização patriarcal apresenta, as habitantes acham que ainda não é o momento ideal para exporem Herland ao mundo e, nesse sentido, pedem aos viajantes para não dizerem onde fica situado o território, até terem permissão para o fazerem, depois do regresso de Ellador. Jeff e Van concordam que esta é a melhor solução. Terry é o único que tenta oferecer resistência, mas acaba por prometer sigilo, quando se vê na iminência de ficar prisioneiro: ““The first thing I’ll do is to get an expedition fixed up to force an entrance into Ma-land.” “Then,” they said quite calmly, “he must remain an absolute prisoner, always.”” (1915:145).

O final de *Herland* deixa em aberto a possibilidade de retorno a uma sociedade bissexual. Numa primeira leitura, poder-se-á pensar que esta vontade de as “herlanders” conhecerem a sociedade masculina significa um regresso aos códigos do patriarcado. No entanto, se é verdade que as habitantes de Herland demonstram, claramente, que pretendem estabelecer uma comunidade heterossexual – e a comprovar este desejo está o facto de Ellador, Celis e Alima terem casado com os três exploradores – a forma como os casais se relacionam privilegia as características humanas e não a dependência sexo-económica associada a esta instituição na sociedade patriarcal:

To these women we came, filled with ideas, convictions, traditions, of our culture, and undertook to rouse in them the emotions which—to us—seemed proper.

However much, or little, of true Sex-feeling there was between us, it phrased itself in their minds in terms of friendship, the one purely personal love they knew, and of ultimate parentage. Visibly we were not mothers, nor children, nor compatriots; so, if they loved us, we must be friends.

(1915:97)

Deste modo, ao contrário do que se possa pensar, da leitura de *Herland* infere-se que o objectivo de Gilman não é reintegrar as habitantes deste território feminino na sociedade de Van, subjugando-as aos princípios patriarcais, mas antes criar uma nova estrutura social, baseada em ideais renovados que assegurem a formação de uma sociedade mais humanizada. Na verdade, Van reconhece que as “herlanders” possuem as características humanas que não existem nas mulheres da sociedade real: “These women have the virtue of humanity, with less of its faults than any folks I ever saw.” (1915:99). Por outro lado, o propósito de *Herland* também não parece ser o de demonstrar que uma comunidade baseada no matriarcado é melhor do que as sociedades androcêntricas. Se se admitisse esta hipótese como sendo o verdadeiro objectivo da utopia em estudo, seria difícil justificar os casamentos entre os três casais, o desejo de Ellador em conhecer a sociedade patriarcal, e o reconhecimento, por parte das “herlanders”, de que uma sociedade composta por dois sexos oferece, certamente, um maior leque de oportunidades para o desenvolvimento das suas estruturas e dos seus cidadãos: “We are only half a people. We have our woman-ways and they have their man-ways and their both-ways. We have worked out a system of living which is, of course, limited. They must have a broader, richer, better one. I should like to see it.” (1915:98).

Excluídas estas leituras redutoras dos ideais utópicos de Gilman, é possível delinear

uma outra perspectiva que, por reflectir os princípios teóricos apresentados em *Women and Economics*, é mais coerente e mais válida.

Partindo do pressuposto de que os valores patriarcais enraizados na sociedade androcêntrica e de que os comportamentos do sexo masculino relativamente ao sexo oposto são as causas de alienação das mulheres, da sua submissão aos maridos e às tarefas domésticas desempenhadas na esfera privada, Gilman sempre postulou que a opressão masculina exercida sobre as mulheres é a fonte de toda a opressão e que, nesse sentido, era necessária uma mudança radical nas estruturas sociais e nas atitudes de ambos os sexos. Nesta linha de raciocínio, *Herland* não deverá ser entendido como uma exaltação das sociedades matriarcais, nem como uma afirmação da superioridade do sexo feminino sobre o masculino. Segundo Kessler, o objectivo de Gilman ao escrever *Herland* não é excluir o sexo masculino da utopia nem revelar qualquer tipo de hostilidade contra os homens. Trata-se, apenas, de revelar um mundo de possibilidades e de potenciais para as mulheres enquanto sexo, mais do que apresentar uma sociedade segregadora como solução para os problemas do patriarcado (1995:69). Partilhando do mesmo ponto de vista, Alex Shishin afirma que as mulheres precisam de estar sozinhas, longe das fontes opressivas, para descobrirem quem são, podendo, assim, desenvolver-se como seres humanos e contribuírem de forma inteligente para a construção de um mundo melhor. Contudo, a separação do sexo masculino não tem que ser definitiva. A mensagem de Gilman é que quando as mulheres evoluírem e forem capazes de demonstrar que são tão racionais e empreendedoras como os homens, poderão reintegrar-se. Porém, os homens terão que se transformar como Van se transformou, isto é, terão que ser suficientemente maduros para receber este novo sexo

feminino⁴³ (1998:112).

As leituras críticas de Kessler e de Shishin são, de facto, aquelas que exprimem o conteúdo da utopia de Gilman. No entanto, os ideais utópicos de *Herland* só podem ser compreendidos de forma plena se a obra de 1916, intitulada *With Her in Our Land: A Sequel to Herland*, for tida em linha de conta. Embora não seja objectivo deste capítulo fazer uma análise da obra supracitada, parece importante referi-la enquanto complemento ideológico de *Herland*, na medida em que expande o significado e a compreensão dos objectivos de Gilman – a formação de uma nova raça e o consequente aparecimento de uma sociedade humanizada.

With Her in Ourland começa onde *Herland* termina. Ellador e Van saem do espaço utópico e viajam para o mundo real com o firme propósito de fazerem um estudo da sociedade patriarcal. De facto, Ellador deixa *Herland* para apreender o mais possível da sociedade ocidental, confrontar os desafios do quotidiano androcêntrico com as vivências da sua comunidade e descobrir as oportunidades necessárias para o desenvolvimento e mudança de um mundo partilhado não só por homens e por mulheres, mas também por ela e pelo novo homem em que Van se transformou. Consciente de que um mundo povoado pelos dois sexos será mais proveitoso, no sentido de permitir um desenvolvimento eficaz das mentalidades e das estruturas sociais, Ellador afirma no início de *With Her in Ourland*:

⁴³ A propósito desta transformação no narrador de *Herland*, Kessler faz uma analogia bastante interessante entre a afirmação inicial dos selvagens quando falam de *Herland* (“a strange and terrible woman land. . . It was dangerous, deadly for any man to go there. . . They never came back” (4,5)) e a conversão de Van e de Jeff à cultura de *Herland*. Nesse sentido, afirma a autora, os mesmos homens que chegaram a *Herland* nunca podem

I understand that men are different from women—must be, but I am convinced that it is better for the world to have both men and women than to have only one sex, like us. We have done the best we could, we women, all alone. We have made a nice little safe clean garden place and lived happily in it, but we have done nothing whatever for the rest of the world.

(1916:63)

O passo transcrito dá conta do princípio que servirá de linha condutora em *With Her in Ourland*: o mundo real de Van reúne as condições necessárias para uma reestruturação social, se os dois sexos forem cooperantes. Porém, os dois viajantes, ao darem a volta ao mundo, vão-se apercebendo dos efeitos devastadores da primeira guerra mundial que causam perplexidade e horror em Ellador. Quando chegam à América, supostamente um país desenvolvido, rico e civilizado, Ellador depara-se com uma realidade nada condizente com aquela que tinha imaginado para a sociedade composta pelos dois sexos. Através da voz deste personagem, Gilman procede à avaliação da sociedade real, segundo os princípios da sociedade de Herland. Neste sentido, Ellador analisa as fissuras sociais da sociedade patriarcal, provando a Van que a sociedade androcêntrica exclui metade da humanidade, ao manter as mulheres num estado de desenvolvimento inferior ao do sexo masculino. Na verdade, Ellador constata que o mundo de Van está repleto de imperfeições: a América é uma democracia falhada, as mulheres estão escravizadas por não poderem votar, por serem economicamente dependentes, por viverem em casas disfuncionais, por usarem um vestuário ridículo e por desempenharem a sua função de mães de forma precária. Relativamente ao estado geral de submissão das mulheres, enclausuradas no espaço doméstico, Ellador faz uma afirmação que resume as causas da situação redutora do sexo feminino:

“Your children grow up in the charge of home-bound mothers who recognize no interest, ambition or duty outside the home—except to get to heaven if they can. These home-bound women are man-suckers; all they get he must give them, and they want a good deal. . . . It is not only this relentless economic pressure, though. What underlies it and accounts for it all is the limitation of the idea! You think Home, you talk Home, you work Home, where you should from earliest childhood be seeing life in terms of the community.

(1916:134-5)

Diagnosticados os problemas sociais, políticos e económicos da sociedade real, Ellador e Van discutem programas sociais que poderiam ajudar os seres humanos a evoluírem. Assim, no que respeita ao subdesenvolvimento do sexo feminino, e em resposta à pergunta de Van: “And how are our women going to catch up?”, Ellador apresenta uma solução que espelha a ideologia feminina de Gilman: “They have to make a long jump, from patriarchal status to the democratic, from the narrowest personal ties to the widest social relation, from first labor, mere private service of bodily needs, to the specialized, organized social service of the whole community. . . . It is the mind that needs changing.” (1916:179).

Recolhidas as informações sobre a sociedade masculina e discutidas as possíveis perspectivas de mudança, o casal resolve regressar a Herland e é, fundamentalmente, neste regresso que reside a importância de *With Her in Ourland*. O desfecho desta obra prova que a utopia de Gilman não tem como propósito separar os sexos ou sublinhar a supremacia de um sobre o outro, muito pelo contrário. O facto de as “herlanders” se abrirem para o mundo exterior e trazerem para Herland o sexo masculino significa que a sua preocupação mais nobre é a formação de uma nova raça. Ao chegarem a Herland, Ellador dá a conhecer às “herlanders” os seus relatórios sobre a sociedade de Van. Conscientes de que é imperativo

operar uma mudança ideológica que modifique os hábitos enraizados e os problemas inerentes à sociedade patriarcal, as mulheres de Herland começam a traçar os planos que conduzirão à transformação do tecido social: “Reprints of that encyclopaedia were scattered to every corner of the land, and read swiftly, eagerly, to crowding groups of listeners. There began to stir in Herland a new spirit, pushing, seeking, a new sense of responsibility, a larger duty.” (1916:193). Examinada a planificação para que a mudança se verifique, permitindo o aparecimento de uma nova raça, no final de *With Her in Ourland* o leitor tem a confirmação de que Ellador e Van vão contribuir para o nascimento da melhor das espécies: ““And then—the other new Hope, too,—perhaps—perhaps—a son!” And in due time a son was born to us.”⁴⁴ (1916:193). Esta criança representará o futuro de uma nova geração com valores diferentes dos da sociedade patriarcal. A sua forma de ver o mundo terá que ser, inevitavelmente, mais humanizada e menos sexista, se tivermos em conta que ela é o fruto de uma relação entre dois seres humanos que amadureceram pelo confronto de experiências e que perceberam que a cooperação entre os dois sexos é a solução para transformar o mundo. Este esforço em criar uma nova mulher e um novo homem surge como a preocupação central de toda a comunidade de Herland, na medida em que as suas habitantes estão mobilizadas para conseguirem que o mundo seja feliz: ““It is not enough,” they said, “that we should be so happy. Here is the whole round world—millions and hundreds of millions of people—and all their babies! Not in a thousand years will we rest, till the world is happy!”. And to this end they began to plan, slowly, wisely, calmly, making no haste; . .

⁴⁴ A propósito do nascimento deste filho, Kessler afirma que da mesma forma que o nascimento de uma criança do sexo feminino pode ser entendido metaforicamente como o renascer do potencial feminino de uma nova mulher, o facto de Ellador dar um filho a Van pode ser entendido como a prefiguração do nascimento de um

.’” (1916:193).

novo homem capaz de cooperar, de forma igualitária, com o sexo feminino. (1995), p.75.

CONCLUSÃO

Fiquei com a migalha,
desconhecida oferta do leitor,
mas por jogo ou consumo
deixei-lhe uma migalha minha,
não marca de água, mas de pão também:
um tema posterior a decifrar mais tarde
em posterior leitura
alheia

Ana Luísa Amaral, "Intertextualidades",
(1999), p.25.

No momento de concluir, torna-se pertinente retomar a introdução, no sentido de recuperar o princípio ao qual obedece a planificação do programa de acção desenvolvido ao longo deste trabalho: o cabal entendimento do papel que a mulher ocidental reclama para si na sociedade contemporânea alia-se, intrinsecamente, à compreensão do seu posicionamento social em termos diacrónicos. Para testar a validade desta hipótese, efectuou-se o levantamento de algumas obras consideradas fundamentais para uma abordagem da actual concepção da mulher.

Distanciados entre si no tempo, os autores destas obras revelaram-se uníssonos na crítica à forma como a sociedade vigente concebia o papel da mulher e o seu contributo para o progresso social e ainda na proposta de uma reformulação de ambas, cujo resultado prático consistiria, em última instância, na formulação de um novo conceito de sociedade.

Assim, tomando como ponto de partida o manifesto de Mary Wollstonecraft, *A Vindication of The Rights of Woman*, publicado em 1792, que reivindicava um conjunto de reformas sociais centradas na alteração do papel desempenhado pela mulher nos domínios

social e privado, estabeleceu-se um percurso de continuidade com os princípios formulados por esta autora (que Virginia Woolf designou de “imortal”)⁴⁵, tendo-se destacado como contributo saliente mais próximo *The Subjection of Women*, da autoria de John Stuart Mill.

Esta obra, publicada em 1869, surgiu numa época de convulsões e de mudanças sociais, em que o movimento sufragista inglês, de que Stuart Mill foi um impulsionador, propunha o alargamento do direito de voto às mulheres. A apologia deste direito e a percepção das suas implicações na sociedade marcadamente androcêntrica da época permitiram intuir, logo à partida, o carácter revolucionário das considerações inscritas em *The Subjection of Women*. De facto, as aproximações textuais feitas a esta obra, permitiram verificar que nela se postula uma efectiva mudança social, assente na assunção da igualdade entre os sexos e operacionalizada mediante co-participação do homem e da mulher na esfera pública e no domínio privado. Tal como Mary Wollstonecraft, Stuart Mill fazia depender essa mudança de dois tópicos interligados: educação e economia.

Fundando a sua proposta teórica numa reflexão acerca dos correlatos implicados na dimensão lexical e social anunciada no próprio título, através do substantivo “subjection”, Stuart Mill contrapõe a imagem tradicional da mulher à de uma nova mulher, centrando nessa mudança o progresso da sociedade. Em síntese, as virtudes da “True Womanhood”, que se traduzem na execução dos trabalhos domésticos, na superintendência da casa e na educação dos filhos, são substituídas por características conformadoras de uma mulher livre,

⁴⁵ Na sua apreciação crítica a alguns autores, Virginia Woolf dedica algumas páginas a Mary Wollstonecraft em *A Common Reader* (1932), atribuindo-lhe “a special form of immortality”. [She] is alive and active,” escreve Woolstonecraft, “she argues and experiments, we hear her voice and trace her influence even now among the living”, cit. por Herbert Marder, *Feminism and Art: A Study of Virginia Woolf*, (London: The University of Chicago Press, 1974), p.55.

independente intelectual e economicamente, assegurando a sua posição social sem os vínculos obrigatórios do casamento. Esta imagem inscreve-se na criação das condições necessárias para o desenvolvimento intelectual da mulher, aliada à qual estaria a abertura das ocupações laborais a ambos os sexos, o alargamento do nível de participação das mulheres no domínio público e o aumento do seu poder de decisão.

A relevância destes princípios foi confirmada através da convocação das outras obras constitutivas da colectânea “Essays on Sex Equality: Stuart Mill & Harriet Taylor Mill”, de que *The Subjection of Women* faz parte. Efectivamente, “Early Essays on Marriage and Divorce” (1832), de ambos os autores, e *Enfranchisement of Women* (1851), de Harriet Taylor Mill, corroboraram e reforçaram os postulados destacados. Além disso, permitiram ainda atestar os laços de continuidade existentes com a obra de Mary Wollstonecraft, servindo de ponte para o ponto de chegada do percurso estabelecido: a apresentação da teoria socio-económica de Charlotte Perkins Gilman.

Esta teoria, apresentada em *Women and Economics* (1898), retomada, em alguns aspectos, em *The Man-Made World: Or Our Androcentric Culture* (1911), e tratada ficcionalmente em *Herland* (1915) e *With Her in Ourland: Sequel to Herland* (1916), surgiu, tal como as anteriores, no âmbito de uma conjuntura marcada por intervenções políticas de índole reformista, nesta fase a ascensão do socialismo, e é igualmente caracterizada pela formulação de uma proposta alternativa à sociedade androcêntrica, que parte do tratamento da mulher nessa sociedade para a assunção de uma nova mulher e, por essa via, de uma nova sociedade.

Tomando como ponto de partida da sua crítica a relação sexo-económica estabelecida

entre os dois sexos na viragem do século XX e o principal efeito nefasto dessa relação – a dependência anti-natural da mulher ao homem em todos os domínios da sua vida –, Gilman propõe uma teoria, cujas palavras-chave constituíam já o ponto central das obras referidas para os séculos precedentes. Assim, a educação, a independência económica, a liberdade, a bipolaridade, a profissão, o poder, a igualdade, a maternidade, o casamento, o lar, a participação e a consciencialização, são equacionados no sentido da configuração de uma imagem da mulher dignificada, coincidente com o aparecimento das gerações de “New Woman”. Esta imagem, criticada pela sociedade androcêntrica conservadora, pode traduzir-se nas seguintes alterações: libertação da mulher em termos económicos, físicos e morais; alargamento dos interesses do sexo feminino à esfera social; mudança do conceito de maternidade; reestruturação do espaço e das tarefas domésticas; mudança da perspectiva na gestão do estado; igualdade de direitos e liberdade de expressão.

Estes princípios, que implicam considerar a mulher como um ser tão capaz como o homem, foram aplicados em *Herland*. Nesta utopia, Charlotte Perkins Gilman prova que um país povoado só pelo sexo feminino seria tão cuidado, organizado e civilizado como um país gerido pelos homens, mostrando que o subdesenvolvimento da mulher da sociedade patriarcal resulta da imposição de valores androcêntricos, socialmente construídos e não naturais. De facto, *Herland* é um espaço de revelação de um mundo de possibilidades para as mulheres, não pretendendo, contudo, separar os sexos ou enfatizar a supremacia de um sobre o outro. O objectivo final, consignado na entrada dos homens nesse mundo utópico e na participação das mulheres desse espaço no mundo real, patente na sequência de *Herland*, publicada em 1916, *With Her in Ourland*, aponta para a constituição de uma nova raça, em

que vigora a cooperação entre os sexos. Não há, por conseguinte, a apologia de uma sociedade matriarcal em detrimento da sociedade patriarcal, mas a manifestação da necessidade de uma mudança nas mulheres e nos homens, facultada por um processo de descoberta, decorrente, por exemplo, destas leituras.

À atribuição de um carácter utópico à ficção, entendida como ilustração da teoria mais próxima da realidade da mulher de hoje, esteve subjacente a definição de utopia de Ruth Levitas:

Utopia is about how we would live and what kind of world we would live in if we could do just that...sometimes utopia embodies more than an image of what the good life would be and becomes a claim about what it could and should be; the wish that things might be otherwise becomes a conviction that it does not have to be like this. Utopia is then not just a dream to be enjoyed, but a vision to be pursued.

(1990:1)

A ideia central de que a utopia oferece a promessa de uma sociedade melhor ou de estruturas sociais melhores que contrastam com a sociedade do autor tornou-se um fio condutor deste trabalho, na medida em que facilmente se operou a transposição desse princípio para os universos textuais em que não se verificava, tal como em *Herland*, a visão de um lugar aprazível, mas antes a enunciação de um conjunto de propostas conducentes à criação de tais lugares. Essa similitude programática de base pareceu-nos tanto mais pertinente quanto percorre igualmente as leituras de Virginia Woolf e de Betty Friedan, visto que estas autoras, numa linha de continuidade com os autores estudados, mantêm, recorrendo, por vezes, a tipos de textos diferentes, o mesmo esquema estrutural fundado

num processo de crítica e proposta alternativa ao universo criticado⁴⁶. Esta estrutura traduziu-se tematicamente numa vertente enunciativa da condição inferiorizada da mulher na sociedade e da necessidade de garantir a sua dignificação social.

Por esta via, atestou-se, por um lado, uma perspectiva contínua nas preocupações sobre o estatuto da mulher como ser humano ao longo da história e inferiu-se, por outro, da sua actualidade e, por conseguinte, da produtividade deste estudo⁴⁷.

A ideia da continuidade e actualidade das obras consideradas não equivale, no entanto, à noção de estatismo, na medida em que o seu percurso permitiu concluir de uma evolução ao nível da consideração do papel social da mulher. Isso significa, em primeiro lugar, que o esforço realizado pelo autor precedente deixou sempre, em conjugação com alterações políticas e sociais conjunturais, semente frutificadora de que o autor seguinte se serviu para continuar as suas reivindicações. Em segundo lugar, a comparação entre o ponto de partida e o ponto de chegada permitiu verificar a existência de uma mudança parcial efectiva do estatuto conseguido⁴⁸, que autores subsequentes vão procurando alargar, no sentido da globalidade. Poder-se-ia, de alguma forma, pensar que as questões levantadas por Stuart Mill e por Charlotte Perkins Gilman não mereciam ser recuperadas, porque, no fundo, continuam

⁴⁶ Embora as obras destas autoras não sejam objecto de análise deste estudo, pode referir-se, como exemplo confirmativo da asserção produzida, *A Room of One's Own* (1929) e *Three Guineas* (1938), de Virginia Woolf e *The Feminine Mystique* (1963), de Betty Friedan.

⁴⁷ A esse nível, poderia juntar-se à voz de Betty Friedan, por ser a mais recente, a ocorrência de programas televisivos e de títulos de imprensa com enfoques no papel desempenhado pela mulher na esfera social e privada, que acentuam frequentemente o carácter desigual da relação entre os sexos e a consequente necessidade de dignificação. Para exemplo, bastará recuperar o título e subtítulo que ocorrem como manchete no jornal "Público", de 08-03-00: "Dia Internacional da Mulher: foram dados grandes passos, mas a discriminação continua a atingir o género feminino. MUNDO AINDA DESIGUAL."

⁴⁸ O número de trabalhos neste domínio e a facilidade da sua divulgação confirmam esta mudança. Assim, entre a publicação problemática e difícil da obra de Mary Wollstonecraft e a publicação mais fácil dos trabalhos de Betty Friedan, há um hiato temporal a que corresponde igualmente a um assinalável hiato nas concepções

a ser objecto de análise nesta viragem de século. Porém, esta foi precisamente a razão da sua invocação. Por um lado, o carácter inovador e utópico das suas propostas é facilmente apreendido e, por outro, ressalta uma continuidade no tratamento das questões inerentes à igualdade entre os sexos, que conduz à reflexão sobre a sua exequibilidade na sociedade actual.

Nesta conclusão inscreve-se ainda uma outra questão, de natureza metodológica, que confirma a validade da opção tomada na realização deste trabalho: a de que nenhuma perspectiva atomística será suficiente para compreender uma questão tão complexa como é a do posicionamento social da mulher. Deste modo, torna-se necessário partir de cada uma das contribuições dadas para a sua equação global. E globalmente se conclui também que, independentemente do século, todos os autores considerados foram imbuídos do mesmo espírito revolucionário que agitava politicamente o seu mundo, tendo-se manifestado como arautos de propostas teóricas que visavam alterar esse mundo pela sua implementação prática. Podem, por isso, ser integrados no grupo dos seres humanos que, nas palavras de William Wordsworth⁴⁹, embora veiculando a utopia através das suas obras, não se limitaram ao mundo dos sonhos e da ficção, procurando exercer a sua habilidade literária e a sua vivência revolucionária no “mundo de todos nós”, o lugar adequado, de resto, para a consumação das suas propostas utópicas.

Esta constatação remete-nos, de imediato, para a consideração de duas questões relevantes na consciencialização social e no esforço de mutação ideológica daí decorrente: a

sociais de base.

⁴⁹ Cf. poema-epígrafe desta dissertação.

do papel da literatura na mudança das mentalidades e a do valor da utopia como forma de transformação social e individual.

O facto de esta questão ter sido sempre intuída ao longo do trabalho, ainda que não tivesse sido explorada introduz-nos no domínio de uma avaliação do trabalho efectuado.

Dessa avaliação resulta, compreensivelmente, uma ideia de incompletude a nível da metodologia e do *corpus*.

Atendendo a este último, considera-se que, embora constitua uma amostra representativa para uma abordagem diacrónica do estatuto e papel da mulher na sociedade, o *corpus* seleccionado constitui uma fonte limitativa, visto que, por um lado, não contempla todas as obras em que esse posicionamento é tratado e, por outro, não esgota todas as possibilidades de exploração dos textos considerados, reduzindo-os nas suas potencialidades interpretativas. A esta redução, voluntariamente operada pela circunscrição do objecto e dos objectivos do trabalho, aliou-se uma outra, que consistiu na dificuldade sustida na sua análise pela falta de trabalhos críticos facilitadores de uma aproximação mais segura. Denise Knight, na introdução ao seu estudo sobre os contos de Gilman, confirma esta escassez ao afirmar: “Although the social and literary contributions of Gilman were virtually forgotten by the time of her death. . . .the resurgent interest in her life and literature datind back to the mid-1960s has been nothing short of extraordinary.” (1997:ix).

De facto, apesar deste interesse, não foram encontradas análises sobre aquela que é, sem dúvida, a sua utopia mais famosa – *Herland*, na medida em que a maior parte dos autores se limita a enumerar as semelhanças entre a vida de Gilman e a forma como os problemas da sociedade são abordados nas suas obras.

A escassez da crítica para as obras de Gilman tornou-se ainda mais notória relativamente aos trabalhos de John Stuart Mill e de Harriet Taylor Mill, o que levou a substituir a operação de crítica, ainda que sumária, efectuada para as obras de Gilman, pela de aproximação textual.

Nesta ideia de “aproximação” inscreve-se, de certa forma, a consciência de uma incompletude de natureza metodológica: por um lado, a opção por uma via de exploração das obras estudadas deixou, à partida, por tratar outras vias profícuas; por outro lado, a abordagem realizada abriu caminho para novas propostas de leitura, que poderão permitir não só o alargamento das questões analisadas, mas também o seu aprofundamento. Assim, poderia dar-se como exemplo a possibilidade de tratamento deste tema apenas através de obras ficcionais ou da análise comparativa de obras em oposição (como ficou esboçado na introdução com o par Mary Wollstonecraft e Rousseau). Além disso, poderia Ter sido também pertinente analisar as obras de Virginia Woolf e de Betty Friedan no sentido da continuação do que agora se apresenta, bem como verificar a influência efectiva de obras deste tipo na actuação da mulher e do homem no tecido social e pessoal que configura a sociedade no dealbar de um novo milénio. Umas e outras opções não couberam, como o demonstra a explanação do objecto e dos objectivos consignada na introdução, no âmbito deste trabalho, que pretendeu ser uma migalha intertextual, uma “migalha minha” interagindo com outras migalhas, todas elas susceptíveis de se transformarem em “tema posterior a decifrar mais tarde/ em posterior leitura/ alheia”. Todas elas unidas, também, no propósito de contribuir para a reflexão sobre o posicionamento da mulher e, em consequência, para o objectivo contínuo da sua dignificação como ser humano.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ALLEN, Polly Wynn. *Building Domestic Liberty: Charlotte Perkins Gilman's Architectural Feminism*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1988.

DIETZ, Frank. "Women's Space: The Fiction of Charlotte Perkins." Indian Journal of American Studies. vol.19, Nos 1&2, Winter & Summer 1989.19-27.

FERNS, Chris. "Rewriting Male Myths: *Herland* and The Utopian Tradition." *A Very Different Story: Studies on the Fiction of Charlotte Perkins Gilman*. eds. Gough, Val, Jill Rudd. Liverpool: Liverpool University Press, 1998. 24-37.

GILMAN, Charlotte Perkins. *The Yellow Wallpaper and Other Writings*. U.S.A: Bantam Books, 1989.

-----. *Women and Economics: A Study of the Economic Relation Between Men and Women as a Factor in Social Evolution*. 1898. Los Angeles: University of California Press, 1998.

-----. *The Man-Made World or Our Androcentric Culture*. 1911. New York: Charlton Company.

-----. *Herland and Selected Stories by Charlotte Perkins Gilman*. Barbara H. Solomon, ed. 1915. U.S.A: Penguin Books, 1992.

-----. *With Her in Ourland: Sequel to Herland*. Mary Jo Deegan, Michael R. Hill, eds. 1916.

- U.S.A: Praeger Publishers, 1997.
- GOUGH**, Val, Jill Rudd, eds. *A Very Different Story: Studies on the Fiction of Charlotte Perkins Gilman*. Liverpool: Liverpool University Press, 1998.
- HILL**, Mary A. *Charlotte Perkins Gilman: The Making of a Radical Feminist 1860-1896*. Philadelphia: Temple University Press, 1980.
- LANE**, Anne J. *To Herland and Beyond: The Life and Work of Charlotte Perkins Gilman*. 1990. U.S.A: University Press of Virginia, 1997.
- KESSLER**, Carol F. *Charlotte Perkins Gilman: Her Progress Toward Utopia With Selected Writings*. New York: Syracuse University Press, 1995.
- MORGAN**, David. *Suffragists and Liberals: The Politics of Woman Suffrage in England*. Oxford: Basil Blackwell, 1975.
- PARKER**, Christopher. *Gender Roles and Sexuality in Victorian Literature*. England: Scholar Press, 1995.
- PEYSER**, Thomas, Galt. "Reproducing Utopia: Charlotte Perkins Gilman and *Herland*." *Studies in American Fiction*. Spring, 20:1, 1992. 1-16.
- PYLE**, Andrew, ed. *The Subjection of Women: Contemporary Responses to John Stuart Mill*. England: Thoemmes Press, 1995.
- ROBSON**, John M., ed. *John Stuart Mill: Autobiography*. 1873. England: Penguin Books, 1989.
- ROSENBERG**, Carroll Smith-. "The New Woman as Androgyne: Social Disorder and Gender Crisis, 1870-1936." *Disorderly Conduct: Visions of Gender in Victorian*

- America*. Oxford: Oxford University Press, 1985. 245-96.
- ROSSI**, Alice S., ed. *Essays on Sex Equality: John Stuart Mill & Harriet Taylor Mill*. 1832. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- SHISHIN**, Alex. “ Gender and Industry in Herland: Trees as a Means of Production and Metaphor.” *A Very Different Story: Studies on the Fiction of Charlotte Perkins Gilman*. eds. Val Gough, Jill Rudd. Liverpool: Liverpool University Press, 1998. 100-114.
- STUART MILL**, J. *The Subjection of Women*. 1869. Cambridge: The MIT Press, 1993.
- WELTER**, Barbara. “The Cult of True Womanhood.” American Quarterly. XVIII, 2, Part I, Summer 1996. 151-174.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALLEN**, George, ed. *Selections from The Writings of John Ruskin*. 1907. Scotland: Ballantyne Press.
- AMARAL**, Ana Luísa. *Minha Senhora de Quê*. Lisboa: Quetzal, 1999.
- BADINTER**, Elisabeth. *XY: A Identidade Masculina*. Porto: Edições Asa, 1993.
- BASOW**, Susan A. *Gender Stereotypes: Traditions and Alternatives*. 1947. Monterey,

California: Brooks/ Cole Publishing Company, 1986.

BEAL, Carol R. *Boys and Girls: Development of Gender Roles*. U.S.A: McGraw-Hill, Inc., 1994.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 2 vols. trad. Sérgio Millet. 1949. Amadora: Livraria Bertrand, 1975.

BROWNING, Elizabeth B. "Aurora Leigh" *The Works of Elizabeth Barrett Browning*. Ware: Wordsworth Editions Ltd, 1994. 381.

CATLIN, George E. G. *The Rights of Woman: Mary Wollstonecraft; The Subjection of Women: John Stuart Mill*. London: J. M. Dent & Sons Ltd., 1929.

CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and The Sociology of Gender*. Bekerley: University of California Press, 1978.

DILLER, Ann, et al. *The Gender Question in Education: Theory, Pedagogy and Politics*. U.S.A: Westview Press, 1996.

DUBY, Georges, et al. *História das Mulheres: O Século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família da Propriedade e do Estado*. trad. H Chaves. Lisboa: Editorial Presença, s. d.

FRIEDAN, Betty. *The Feminine Mystique*. 1963. Harmondsworth: Penguin Books, 1965.

FREUD, Sigmund. "Femininity" *New Introductory Lectures on Psychoanalysis*. 1964. London: Penguin Books, 1991.

GILMAN, Charlotte Perkins. *The Home: Its Work and Influence*. 1903. New York: Source Book Press, 1970.

-
- GOULD, Carol C., ed. *Key Concepts in Critical Theory: Gender*. New Jersey: Humanities Press, 1997.
- HUMM, Maggie. *A Reader's Guide to Contemporary Feminist Literary Criticism*. London: Harvester-Wheatsheaf, 1994.
- , *Practising Feminist Criticism: An Introduction*. London: Prentice Hall, 1995.
- HUNT, Morton. *The Natural History of Love*. London: Hutchinson, 1960.
- JOANNA, Russ. *The Female Man*. London: Women's Press, 1985.
- JOERES, Ruth-Ellen B., et al. ed. *The Second Signs Reader: Feminist Scholarship 1983-1996*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- JONES, Vivien, ed. *Women in the Eighteenth Century: Constructions of Femininity*. 1990. London: Routledge, 1991.
- KEDDIE, Nikki R. *Debating Gender: Debating Sexuality*. New York: New York University Press, 1996.
- LAURETIS, Teresa de, ed. *Feminist Studies, Critical Studies*. U.S.A: Indiana University Press Bloomington, 1986.
- LEVITAS, Ruth. *The Concept of Utopia*. London: Philip Allen, 1990.
- LINDSEY, Linda L. *Gender Roles: A Sociological Perspective*. New Jersey: Prentice Hall, 1997.
- MADOC- JONES, Beryl, et. al., eds. *An Introduction to Women's Studies*. U.K: Blackwell Publishers Ltd, 1996.
- MARDER, Herbert. *Feminism and Art: A Study of Virginia Woolf*. 1968. London: The University of Chicago Press, 1974.

-
- MEAD**, Margaret. *Male and Female: The Classic Study of The Sexes*. 1949. New York: Quill William Morrow, 1975.
- MILLETT**, Kate. *Sexual Politics*. 1970. London: Virago Press, 1983.
- MORTON**, A. L. *A People's History of England*. 1938. London: Lawrence & Wishart, 1992.
- PLAIN**, Gill. *Women's Fiction of The Second World War: Gender Power and Resistance*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.
- POOVEY**, Mary. *The Proper Lady and the Woman Writer: Ideology as Style in the Works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley and Jane Austen*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.
- ROUSSEAU**, J. J. *Émile ou de l'Education*. 1762. Paris: Garnier- Flammarion, 1966.
- ROWBOTHAM**, Sheila. *Woman's Conciousness, Man's World*. 1973. Great Britain: Penguin, 1976.
- RUSKIN**, John. *Sesame and Lilies: The Two Paths and the King of The Golden River*. 1907. Toronto: E.P.Dutton & Co, 1928.
- *Readings in John Ruskin's Fors Clavigera: 1871-1884*. London: George Allen and Unwin Ltd, 1937.
- SANDERS**, Andrew. *The Short Oxford History of English Literature*. 1994. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- SCHNEIR**, Miriam, ed. *Feminism: The Essential Historical Writings*. 1972. New York: Vintage Books, 1992.
- SCHWARTZ**, Joel. *The Sexual Politics of Jean-Jacques Rousseau*. 1984. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

-
- SPENCER**, Herbert. *Essays on Education, Etc.* 1911. London: J.M. Dent and Sons Ltd, 1939.
- STONE**, Lynda, ed. *The Education Feminism Reader*. London: Routledge, 1994.
- SULEIMAN**, Susan Rubin, ed. *The Female Body in Western Culture: Contemporary Perspectives*. 1985. U.S.A: Harvard University Press, 1986.
- TRAVELYN**, G. M. *A Shortened History of England*. 1942. London: Penguin Books, 1987.
- TROUILLE**, Mary Seidman. *Sexual Politics in the Enlightenment: Women Writers read Rousseau*. 1951. U.S.A.: State University of New York Press, 1997.
- VICINUS**, Martha, ed. *Suffer and Be Still: Women in the Victorian Age*. 1972. London: Methuen and Co. Ltd, 1980.
- WALKOWITZ**, Judith R. *Prostitution and Victorian Society: Women, Class and the State*. 1980. Cambridge: CUP, 1991.
- WORDSWORTH**, William, ed. Roger Sharrock. "The French Revolution" *Selected Poems of William Wordsworth*. 1958. London: Heinemann, 1978.
- WEISS**, Penny A. *Gendered Community: Rousseau, Sex and Politics*. New York: New York University Press, 1993.
- WOLLSTONECRAFT**, M. *A Vindication of the Rights of Woman*. 1792. London: Penguin Books, 1992.
- *A Vindication of the Rights of Woman: An Authorative Text, Backgrounds, Criticism*. New York: W. W. Norton and Company, 1975.
- WOOLF**, Virginia. *A Room of One's Own*. 1929. London: The Hogarth Press Ltd., 1974.

-----, *Three Guineas*. 1938. London: The Hogarth Press Ltd., 1977.

ZERILLI, Linda M. G. *Signfying Woman: Culture, Chaos in Rousseau, Burke and Mill*.

London: Cornell University Press, 1994.